

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

MESTRADO EM TECNOLOGIA

FLAVIO ROBERTO FACIOLLA THEODORO

A EDUCAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DIAGNÓSTICO-PROPOSITIVA

SÃO PAULO

MAIO/2011

FLAVIO ROBERTO FACIOLLA THEODORO

A EDUCAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DIAGNÓSTICO-PROPOSITIVA

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Tecnologia no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, no Programa de Mestrado em Tecnologia: Gestão Desenvolvimento e Formação, sob a orientação do Professor Doutor Alfredo Colenci Junior.

SÃO PAULO

MAIO/2011

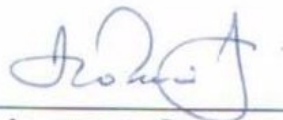
Theodoro, Flavio Roberto Faciolla
T387e A educação econômico-financeira na formação
profissional: uma análise diagnóstico-propositiva / Flavio
Roberto Faciolla Theodoro. – São Paulo : CEETEPS, 2011.
121 f. + anexos: il.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Colenci Júnior.
Dissertação (Mestrado) – Centro Estadual de Educação
Tecnológica Paula Souza, 2011.

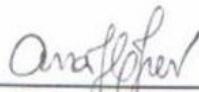
1. Educação financeira. 2. Finanças pessoais. 3. Ensino
profissional. I. Colenci Júnior, Alfredo. II. Centro Estadual de
Educação Tecnológica Paula Souza. III. Título.

FLAVIO ROBERTO FACIOLLA THEODORO

A EDUCAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DIAGNÓSTICO-PROPOSITIVA



PROF. DR. ALFREDO COLENCI JÚNIOR



PROFA. DRA. ANA TERESA COLENCI TREVELIN



PROFA. DRA. SENIRA ANIE FERRAZ FERNANDEZ

São Paulo, 24 de maio de 2011

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam que a educação é o caminho mais rápido para se alcançar um mundo melhor.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por guiar cada passo da minha vida, conduzindo-me por caminhos magníficos, apresentando-me pessoas formidáveis e fundamentais para o meu desenvolvimento intelectual;

À minha mãe Sueli, meu pai Paulo, meus irmãos Gustavo, Simone e Priscila, e, principalmente à minha esposa Josiene e ao meu filho Felipe, por suportarem minhas constantes ausências na busca de um futuro melhor para todos.

Ao meu orientador, Prof^o Dr Alfredo Colenci Junior, que acreditou e contribuiu muito com esta proposta, dedicando sabedoria e tempo para sua consolidação;

À Prof^a Dr^a Ana Teresa Colenci Trevelin, pelas dicas valiosas que foram utilizadas nesta obra, bem como pelo dispêndio de tempo para a leitura e avaliação da mesma.

A todos os Professores do Programa de Mestrado do Centro Paula Souza e, em especial às Professoras Dra Helena Gemignani Peterossi, Dra Senira Anie Ferraz Fernandez e ao Professor Ms Sérgio Eugênio Menino, pelo subsídio de conhecimento proporcionado para a realização deste trabalho.

A todos os colaboradores que sempre atenderam prontamente nossas necessidades desde o período de seleção até a conclusão do curso.

Aos colegas de turma que, juntamente com os professores, ajudaram na construção dos fundamentos deste trabalho através de discussões e apresentações realizadas em sala ou fora dela.

Resumo

THEODORO, F.R.F. **A Educação Econômico-Financeira na Formação Profissional: Uma Análise Diagnóstico-Propositiva.** 2011. 121f + anexos. Dissertação de Mestrado em Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, São Paulo, 2011.

A realidade econômica do Brasil, após a implantação do Plano Real em 1994, estabilizou a inflação e proporcionou algumas mudanças nos padrões de consumo da população. Tal fato, aliado à globalização, contribuiu para o crescimento econômico e para uma melhor distribuição de renda, porém, foi responsável pela propagação do consumismo, mudando o comportamento do consumidor que passou a comprar mais, se esquecendo, muitas vezes, de planejar seu orçamento. O presente trabalho tem por objetivo mostrar que através da formação escolar o indivíduo poderá tomar decisões mais racionais e disciplinadas no âmbito financeiro. Partiu-se da compreensão dos aspectos teóricos relacionados à Educação Financeira através das leis econômicas, dos conceitos contábeis, da matemática financeira e, sobretudo, dos aspectos comportamentais. Através da revisão da literatura, da legislação e da documentação relacionada ao tema buscou-se trabalhar a hipótese de que a disciplina e a racionalidade no trato das finanças pessoais podem ser adquiridas através da formação escolar. Uma pesquisa de campo foi realizada com alunos do ensino técnico de uma instituição pública de ensino onde foi aplicado um questionário versando sobre os hábitos, responsabilidades e opiniões sobre educação financeira. Nos resultados obtidos concluiu-se que a maior parte das pessoas tem dificuldades em planejar suas finanças, não tem poupança ou investimentos e vem apresentando recordes de inadimplência e endividamento.

Palavras Chaves: Educação Financeira, Finanças Pessoais, Ensino Profissional.

Abstract

THEODORO, F.R.F. A Educação Econômico-Financeira na Formação Profissional: Uma Análise Diagnóstico-Propositiva. 2011. 121f + anexos. Dissertação de Mestrado em Tecnologia Centro Estadual De Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, São Paulo, 2011.

The economic reality of Brazil after the Real Plan in 1994 stabilized inflation and gave some changes in consumption patterns of population. The fact, coupled with globalization, on the one hand contributed to economic growth and better income distribution on the other hand, was responsible for the spread of consumerism, changing consumer behavior forgetting to plan your budget. In this scenario, the paper contributes to rationalization and discipline in the individual financial decisions. The paper was started from the understanding of theoretical aspects related to financial education through economic laws of accounting concepts, financial mathematics, and especially the behavioral aspects. Through literature review, legislation and documentation relating to financial education sought to prove the hypothesis that the discipline and rationality in dealing with personal finances can be acquired through education. A field survey was conducted with students of a public institution of technical education where a questionnaire was dealing on the habits, opinions about responsibility and financial education. In the results obtained it was concluded that most of the population has financial difficulties, has no savings or investments and has been showing record of delinquency and debt.

Keywords: Financial Education, Personal Finance, Professional Education

Lista de Figuras

Figura 01 - Material disponibilizado pelo INMETRO.....	31
Figura 02 - Eixos articuladores da Matriz Curricular da Escola Nacional	32
Figura 03 - Principais correntes econômicas e suas ramificações.....	50
Figura 04 - Riscos e atitudes financeiras relacionadas à idade.....	55
Figura 05 - Pirâmide das necessidades segundo Maslow.....	60
Figura 06 - Divisão das unidades domésticas	62

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Relação entre nível de poupança e de escolaridade.....	28
Tabela 02 - Relação dos órgãos federais que possuem material educativo.....	30
Tabela 03 - Projeto de lei e outras proposições relativas à educação financeira.....	33
Tabela 04 - Distribuição dos rendimentos monetários e não monetários.....	42
Tabela 05 - Alíquota de I.R. para investimentos em renda fixa.....	47
Tabela 06 - Modelo de planilha de orçamento.....	67
Tabela 07 - Simulador de financiamento imobiliário.....	72
Tabela 08 - Comparativo de desembolso na compra de um automóvel.....	74

Lista de Gráficos

Gráfico 01 - Total da renda comprometida com dívidas.....	16
Gráfico 02 - Total de endividados e de investidores.....	17
Gráfico 03 - Rendas auferidas ao longo da vida.....	41
Gráfico 04 - Comparativo de rentabilidades entre poupança, CDB e ações.....	46
Gráfico 05 - Proporção de municípios com índice de pobreza acima de 50%.....	53
Gráfico 06 - Juro simples e juro composto.....	69
Gráfico 07 - Percentual de alunos que planejam seus investimentos.....	87
Gráfico 08 - Percentual de alunos que planejam suas compras.....	87
Gráfico 09 - Percentual de alunos que terminam o mês com saldo negativo.....	88
Gráfico 10 - Principais gastos e investimentos dos alunos.....	88
Gráfico 11- Percentual de alunos que não detém informações suficientes para tomar decisões de consumo e de investimentos.....	89
Gráfico 12 - Responsáveis pela educação financeira.....	90

Lista de Siglas

BACEN - Banco Central do Brasil
BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo
CDB - Certificado de Depósito Bancário
CDC - Código de Defesa do Consumidor
CEETPS - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CEF - Caixa Econômica Federal
COREMEC - Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DCI - Certificado de Depósito Interbancário
ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira
FEBRABAN - Federação Brasileira dos Bancos
FECOMERCIO - Federação do Comércio, Bens e Serviço
FGTS - Fundo de Garantia para Tempo de Serviço
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDCC - Instituto para o Desenvolvimento do Crédito
IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor
IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado
INAF - Indicador de Analfabetismo Funcional
INFE - International Financial Education
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LDB - Lei de Diretrizes Básicas da Educação
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MMA - Ministério do Meio Ambiente
OCDE - Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico
PNMPO - Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado
POF - Pesquisa de Orçamento Familiar
PPCS - Plano de Produção e Consumo Sustentáveis
SAC - Sistema de Amortização Constante
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SNDC - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

SUSEP - Superintendência de Seguros Privado

UFC - Universidade Federal do Ceará

UNICAMP - Universidade de Campinas

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
CAP 1 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	25
1.1 Panorama geral da Educação Financeira.....	25
1.2 Educação, Trabalho e Dinheiro: Relações no contexto histórico.....	35
1.3 Os Investimentos no Brasil.....	41
CAP 2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS CIÊNCIAS E DISCIPLINAS.....	48
2.1 Economia.....	48
2.2 Psicologia.....	57
2.3 Contabilidade.....	64
2.4 Matemática Financeira.....	68
CAP 3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO PROFISSIONAL.....	75
3.1 Considerações gerais.....	75
3.2 O Ensino Profissional.....	77
3.3 Objetivos do conteúdo.....	78
3.4 Habilidades e Competências.....	79
3.5 Estruturação do conteúdo.....	79
CAP 4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	86
4.1 Pesquisa de Campo.....	86
4.2 Resultados e discussões.....	86
CONCLUSÃO.....	91
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES.....	103
ANEXOS.....	122

Diante de uma loja de decoração, Margarida, a eterna namorada do Pato Donald, fica encantada com o abajur na vitrine, em oferta. Fala em monólogo, tranquila, como se a promoção fosse eterna:

- Que abajur bonito! Quanto custa? ...Hum, R\$ 130,00 e com o desconto da promoção, hoje sai por R\$ 100,00.

- Puxa, se ao menos tivesse R\$ 100,00, eu economizaria R\$ 30,00 (Jornal O Globo, 2002).

INTRODUÇÃO

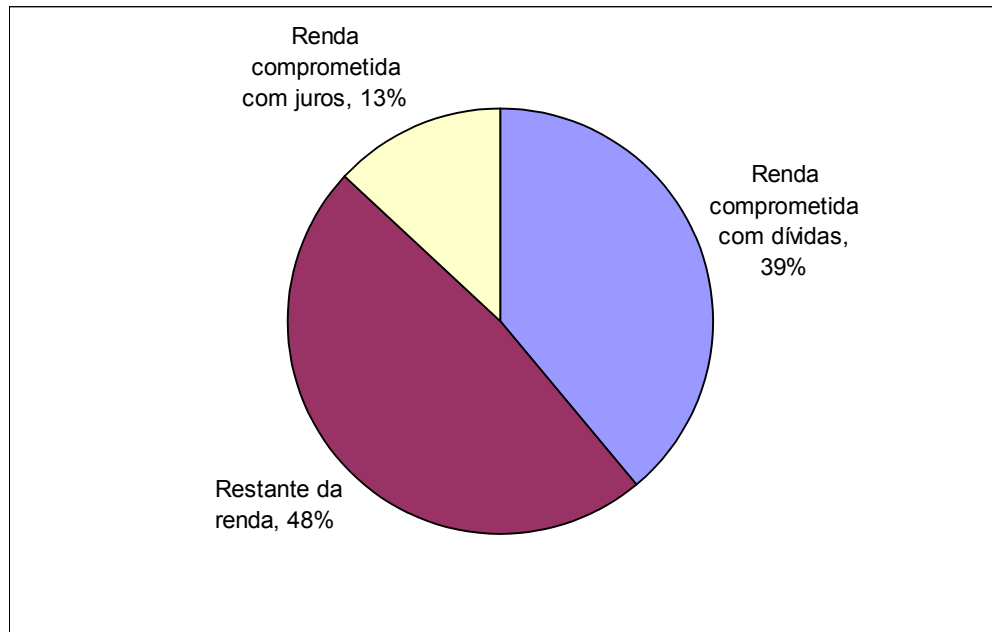
A realidade econômica do Brasil, após a implantação do Plano Real em 1994, estabilizou a inflação e proporcionou algumas mudanças significativas nos padrões de consumo da população. Houve uma melhora nos índices de empregabilidade e redução de taxas de juros, aumento do crédito e dilatação dos prazos para financiamentos. Entretanto, mesmo com estas mudanças o consumidor brasileiro ainda sofre por não possuir uma cultura de planejamento financeiro, pela falta de uma regulamentação relacionada à propaganda e pelas altas taxas de juros praticadas pelo mercado. O Brasil possui as taxas de juros reais mais altas do mundo dentre os países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Apesar da queda na última década, o Brasil fechou como o país com a maior taxa real de juro entre as 40 economias relevantes do mundo. Em 2001, a taxa básica de juros (Selic) era de 15,75% ao ano e, em 2010, fechou em 10,75%, conforme a última decisão do Copom (REZENDE, 2010).

A combinação entre juros altos, estratégias agressivas de vendas e baixos níveis de educação no Brasil tem proporcionado um quadro que pode afetar a economia em nível pessoal e institucional e, de forma ampla, toda a cadeia produtiva e sua sustentabilidade, comprometendo, inclusive, questões ambientais.

Segundo o Banco Central (BACEN, 2010), as famílias brasileiras comprometem, em média, 13% do seu orçamento mensal com pagamento de juros de seus endividamentos. O volume de dívidas contraídas por essas famílias corresponde a 39 % de sua renda mensal, restando-lhes 48% de sua renda para o provimento das demais despesas com alimentação, saúde, educação, lazer, transporte, moradia, dentre outras necessidades, que ocasionam, inevitavelmente, outros endividamentos crônicos e chegam a provocar até mesmo sua exclusão social.

Gráfico 01: Total da renda comprometida com dívidas.



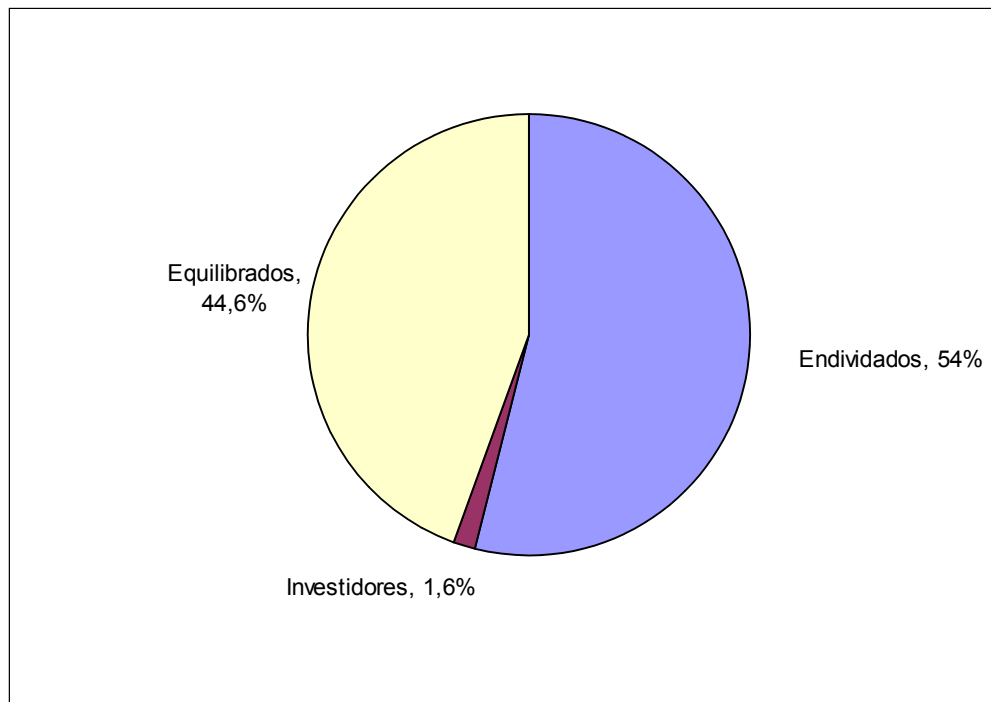
Fonte: BACEN, 2010

A porcentagem de famílias endividadas, segundo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), chega a 54%, destas, 11% declararam estarem muito endividadas. Em contrapartida, com relação aos investimentos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 1,6% dos rendimentos provém de fontes diferentes de trabalho ou transferência de rendas, ou seja, não se tem por prática a poupança e o investimento entre os brasileiros.

Dados da Bolsa de Valores de São Paulo (BMF&BOVESPA) mostram que o país possui aproximadamente 600.000 investidores pessoa física, o que corresponde a menos de 0,3% da população total do país. Um número baixo se comparado aos países mais desenvolvidos.

Como ilustra o gráfico seguinte, mais da metade das famílias brasileiras encontra-se em situação de endividamento, enquanto apenas uma pequena parte consegue viver com rendas que não provenham do trabalho ou de fontes assistencialistas, ou seja, conseguem sobreviver de investimentos.

Gráfico 02: Total de endividados e de investidores.



Fonte: IPEA, 2010

Com relação aos jovens, o Instituto Gastão Vidigal verificou que, em 2009, o endividamento entre os 18 e 25 anos cresceu 8%, e que o motivo desse endividamento está na compra de produtos considerados supérfluos. Ao estudar o assunto com o foco nas crianças, a Universidade de Campinas (UNICAMP) observou que são elas que ditam o consumo das famílias e que as famílias falham ao orientar sobre o uso racional do dinheiro. Observou-se também que cerca de 80% dos pais são influenciados pelos filhos com relação ao consumo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

Os idosos também vêm contribuindo para o aumento dos percentuais de endividamento no Brasil, seja pela ineficiência do sistema de previdenciário, pela avidez das instituições financeiras, que veem nos idosos uma boa fonte de recursos através de empréstimos consignados¹, ou ainda, pela falta de informação por parte dos aposentados. Dados da Previdência Social mostram que, em 2009, havia no Brasil cerca de 22.000.000 benefícios previdenciários ativos referentes a aposentadorias. Segundo a Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social,

¹ Empréstimos cujas parcelas são descontadas direto na folha de pagamento.

houve em 2010, 10.112.432 contratos de empréstimos para aposentados. O que representa, praticamente, que metade dos aposentados está com dívidas, muitos deles mantendo sistemática renovação.

Observa-se por estes dados que há um ciclo vicioso de endividamento que independe da faixa etária e atinge diversas classes sociais. Esse ciclo apontado tende a crescer alimentado pela voracidade do aumento das vendas para uma população de identidade cada vez mais imediatista.

Tal mudança de identidade para o imediatismo, de acordo com Hall (2006), está relacionada com o processo de descentramento do sujeito e tem como um dos fatores principais a globalização, onde uma cultura de valorização às origens passa a contemplar a diversidade e a novidade rotativa e breve.

A política neoliberal trouxe em seu bojo a globalização, a inovação tecnológica e o livre comércio. Este novo modelo de organização do capital contribuiu com o crescimento econômico e uma melhor distribuição de renda, todavia, foi responsável pela propagação do consumismo. O consumidor que, encorajado pela propaganda e, no caso brasileiro, pela falta de regulamentação da mesma, passou a comprar mais se esquecendo, muitas vezes, de planejar seu orçamento. O recorrente superendividamento dos lares passou a ser, segundo Marques (2010), parte da paisagem sociológica das sociedades, sendo nocivo não só para o indivíduo, condenando-o à exclusão, como para a economia, pois, retira o consumidor do mercado. Para Marques (2010, p. 24) “Consumo é inclusão na sociedade, nos desejos e benesses do mercado atual [...], o que podemos chamar de verdadeira cidadania econômico-social”.

Colenci Jr. (2004) acrescenta que a transformação de alguns valores, tanto no ponto de vista individual como social potencializaram a questão do consumismo. Souza e Tarralvo (2006) apontam que as influências culturais, sociais e psicológicas também são determinantes como influenciadores na gestão dos recursos.

Numa época de intensificação do consumismo, equivocadamente imposto ao Homem como resposta afirmativa à questão existencial, pretende-se de maneira imediatista e superficial, através do ter, atingir a plena satisfação e o atendimento às demais necessidades humanas (COLENCI JR, 2004, p.138).

A falta de planejamento financeiro, seja para um Estado, empresa ou indivíduo, leva à vulnerabilidade, insegurança e a falta de autonomia que, no nível familiar, pode ocasionar instabilidade conjugal, degradação dos valores éticos, e ainda, doenças psicossomáticas como o estresse, por exemplo, comprometendo a qualidade de vida significativamente. Conforme o Instituto Gallup, nos Estados Unidos, em 40% dos casos de divórcio o dinheiro foi o principal motivo das brigas que levaram a separação (VOCE S.A, 2010).

Perante o exposto, cria-se um ambiente favorável para se discutir a Educação Econômico-Financeira do cidadão, tendo em vista que o consumo em excesso está comprometendo não só a vida financeira de algumas famílias, mas o meio ambiente, a saúde e as relações interpessoais. Urge a necessidade de conscientizar as pessoas sobre as questões financeiras, sobretudo levando em conta a expectativa de vida da população que vem aumentando consideravelmente com o avanço da medicina. A previdência, por exemplo, é um grave problema a ser superado e a Educação Financeira tem papel preponderante neste cenário. O que esperar de um sistema previdenciário que, mesmo com a pirâmide etária favorável, apresenta dificuldades? Segundo o IBGE, a população brasileira a partir de 2030 começará a encolher trazendo como consequências o envelhecimento da população e um menor volume de contribuição para o sistema previdenciário (CARTA CAPITAL, 2010).

Outro aspecto que envolve a educação para o consumo consciente é a questão dos resíduos, sobretudo os de origem tecnológica. A diminuição da vida útil de produtos como celulares e computadores aliados ao aumento das vendas, torna o descarte desses produtos um sério problema para o meio ambiente. Essa discussão apesar de atual não é recente, pois, há cerca de vinte anos antes da Rio-92², este problema já era debatido sem sucesso (CAETANO, 2007).

Tratar o tema Educação Econômico-Financeira envolve um conflito de interesses. Para muitos, ensinar a população a consumir de maneira consciente implica diretamente na diminuição das vendas, contudo, sabe-se que não há possibilidade de desenvolvimento sustentável sem a educação para o consumo. O Brasil, nos últimos anos, pouco evoluiu nesse impasse, contudo, a criação do

² A Rio-92 foi o maior evento sobre meio ambiente já realizado no mundo.

Código de Defesa do Consumidor (CDC) foi importante para a delimitação de alguns direitos básicos ao consumidor, como a educação e a proteção contra a publicidade enganosa, por exemplo. No entanto, iniciativas para a regulamentação da propaganda ou para a instrução do consumidor quanto à utilização de produtos e serviços bancários ainda são muito modestas no Brasil. Também as responsabilidades por estas iniciativas não estão bem definidas, tanto que, há bancos tentando educar para o uso do crédito, algo que pode parecer incoerente com o sistema capitalista vigente. Segundo Kotler (2005), países como os da União Européia, da Antiga União Soviética e Estados Unidos possuem leis relativas a questões como segurança e responsabilidade dos produtos, embalagem, conteúdo dos rótulos e práticas leais no comércio. Estas práticas, segundo Damasceno (2002) tiveram início nos Estados Unidos em 1891 e na Europa em 1947, o que demonstra o atraso brasileiro relativo à questão.

O aumento irresponsável do crédito é outro fator contribuinte que coloca em risco a saúde financeira do indivíduo e, sobretudo, da economia como um todo. De acordo com o Instituto para o Desenvolvimento do Crédito (IDCC), corre-se o risco de faltar dinheiro, por exemplo, para o financiamento de imóveis, tendo em vista que os recursos para tal provêm de fontes como poupança e FGTS, sendo a fonte destes recursos bastante limitada. Do lado do tomador o problema é o valor pago pelos juros e encargos que, num financiamento de trinta anos, equivalerá aproximadamente a duas vezes o valor presente financiado, segundo dados da Caixa Econômica Federal (CEF), ou seja, um excelente negócio para os bancos e ruim para o consumidor.

Uma pesquisa realizada pela Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) sinaliza que os brasileiros pesquisam preços, preocupam-se com seu orçamento, mas tem dificuldade para gerenciá-lo. Tal problema, além de representar uma questão cultural, pode ter origem de cunho educacional, pois o analfabetismo funcional, segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) do Instituto Paulo Montenegro, chega a 30% da população brasileira. Esse analfabetismo funcional pode acarretar o analfabetismo financeiro, caracterizado pela incapacidade de avaliar, por exemplo, a viabilidade promocional de produtos em supermercados.

Abordar tópicos de educação financeira através da educação formal pode ser uma maneira eficiente de instruir, principalmente os jovens com relação às questões financeiras, principalmente nos cursos técnicos e tecnológicos, onde há um bom nível de empregabilidade e acesso rápido ao mercado de trabalho. De acordo com Martins (2004), o sistema educacional ignora o assunto dinheiro, algo incompreensível segundo ele, pois a alfabetização financeira é fundamental para ser bem sucedido.

[...] mesmo num curso da área, não há preocupação em ensinar como gerir as finanças pessoais [...], em um curso de Economia você aprende a resolver o problema do país, mas não aprende a resolver seus próprios problemas (MARTINS, 2004 p.15).

A Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma organização internacional que tem como um de seus objetivos o desenvolvimento sustentável, criou em 2008 a International Financial Education (INFE). A INFE é uma rede internacional de educação financeira que em seu projeto sugeriu uma série de medidas para melhorar os níveis de educação financeira em diversos países, dentre os quais o Brasil que, mesmo não sendo membro efetivo, participa destas ações através da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Segundo o Projeto da OCDE (OCDE, 2008), dois dos objetivos principais da INFE são: fomentar e melhorar a consciência sobre a importância da Educação Financeira no mundo, e; discutir e intercambiar práticas eficientes relacionadas ao tema.

No Brasil, a ENEF, segundo COREMEC (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização), atua em âmbito nacional em três níveis diferentes: informação, formação e orientação, visando:

1. Promover e fomentar a cultura de Educação Financeira no país;
2. Ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas de forma consciente relativas à administração de seus recursos;
3. Contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

Para cumprir o proposto pela OCDE, desde 2007 vem se desenvolvendo ações e parcerias para tratar o tema, contudo, com a falta de priorização da educação e de incentivo para pesquisas nessa área, educar financeiramente fica a cargo das instituições financeiras privadas. Seria, no jargão popular, como colocar a lobo para cuidar das ovelhas.

Vê-se, portanto, uma complexa questão que precisa ser debatida com seriedade, tanto no âmbito acadêmico, político e econômico, para que atitudes relevantes comecem a serem tomadas.

Este trabalho objetiva apresentar uma estrutura didática para inserir a Educação Econômico-financeira nos cursos de formação profissional, seja em nível técnico, tecnológico ou profissionalizante. Como objetivos específicos definiram-se: investigar as ações realizadas pelas iniciativas públicas e privadas no sentido de prover o consumidor de informações básicas e fundamentais para a tomada de decisão com relação às práticas de consumo e investimentos; identificar as causas e consequências da falta de planejamento financeiro pessoal e suas relações com a qualidade de vida individual e coletiva, e; verificar o comportamento do aluno do ensino profissional com relação às finanças.

Empiricamente observa-se que a maioria das pessoas não tem conhecimento sobre as estratégias de vendas (*marketing*) das empresas; não sabem e não querem calcular os juros pagos nas compras a prazo e no cartão de crédito e; não tem conhecimento sobre as oportunidades oferecidas pelo mercado financeiro para que os juros trabalhem em seu favorecimento. Nesse cenário observa-se a questão: A falta de racionalidade e disciplina no trato das finanças pessoais, que sinalizam para o aumento do endividamento pessoal, pode ser consequência da ausência de formação e informação econômico-financeira?

Como hipótese tem-se que: a formação econômico-financeira contribui para aumentar a disciplina e a racionalidade nas decisões financeiras pessoais, diminuindo assim o endividamento e proporcionando melhor qualidade de vida individual e coletiva.

A fim de atender os objetivos propostos no trabalho foram adotados dois procedimentos metodológicos para a coleta de dados. Inicialmente foi executado o levantamento bibliográfico e documental, onde se analisaram os aspectos teóricos referentes ao tema. Foram revisitados livros, artigos, relatórios de pesquisa, teses, publicações de revistas, jornais, *sites*, entre outros, nas áreas de economia, psicologia, *marketing*, contabilidade, sociologia, matemática financeira e educação. Na pesquisa documental foram analisados documentos do governo federal disponíveis em *sites* dos seus ministérios e documentos referentes a leis e projetos de leis relacionadas à Educação Financeira. Foram investigados também *sites* de instituições financeiras públicas e privadas como o Banco Central do Brasil (BACEN) e o Banco Itaú para relatar seus projetos sobre o tema. Instituições internacionais como a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) também foram consultadas através de seus *sites* para verificar suas iniciativas com relação ao tema estudado. Foram avaliados também na pesquisa documental os Referenciais Curriculares dos cursos técnicos e tecnológicos para verificar se havia alguma disciplina em algum destes cursos que se relacionava com o tema tratado. Por fim, ainda na pesquisa documental, foram observadas fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Federação do Comércio, Bens e Serviço (FECOMERCIO) dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como outros organismos de pesquisa que contribuíram para a fundamentação dos dados da proposta.

A segunda parte da pesquisa foi realizada com alunos de ensino técnico tendo como técnica de coleta de dados um questionário com sete perguntas fechadas e respostas do tipo “sim” ou “não”. As perguntas, além de fazer um diagnóstico da situação financeira dos alunos, verificaram seu comportamento com relação à gestão dos próprios recursos.

O texto está estruturado em quatro capítulos, além da conclusão e de uma introdução, onde nesta são sinalizadas as justificativas para a escolha do tema e alguns dados que fundamentam a escolha, os objetivos gerais e específicos a serem alcançados, a problemática acerca do tema e a hipótese proposta, a metodologia utilizada na pesquisa e a forma que a dissertação foi estruturada.

O primeiro capítulo trata sobre a conceituação e as definições da Educação Financeira através de algumas publicações científicas sobre o assunto e, sobretudo, na visão da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE). São elencadas as ações e propostas públicas e privadas que estão sendo desenvolvidas com relação ao assunto. Em seguida são vistos os aspectos históricos que determinam relação entre educação e trabalho. Buscou-se nas origens históricas verificar as mudanças ocorridas na educação desde a antiguidade, onde o modelo era baseado nas trocas, até o capitalismo, cujo trabalhador é considerado apenas pelo valor de sua força de trabalho (OSER, 1996, p.150). Por fim, o primeiro capítulo aborda a questão dos investimentos no Brasil, onde é feita uma análise dos principais tipos de investimentos, suas perspectivas e sua importância para o planejamento financeiro pessoal.

No segundo capítulo buscou-se entender a Educação Financeira à luz da teoria econômica que atualmente, na política neoliberal, potencializou o conceito de inovação e trouxe um incremento para a questão do lucro. As teorias comportamentais da psicologia e conceitos do *marketing*, da contabilidade e da matemática financeira também contribuíram para desenvolvimento do assunto, pois, demonstram as relações de consumo, e dão suporte teórico e prático à proposta.

O terceiro capítulo apresenta a proposta de um conteúdo estruturado sobre educação financeira servindo como base para a implementação do assunto nos cursos de formação profissional. O conteúdo é apresentado de maneira a ser utilizado como uma disciplina opcional ou através de tópicos independentes, podendo ser trabalhado também em várias disciplinas como tema transversal e como atividade extracurricular. São apresentadas as habilidades e competências a serem desenvolvidas e um roteiro sugerido para aplicação.

O quarto capítulo traz uma análise e discussão dos dados obtidos através de uma pesquisa de campo realizada com alunos do ensino técnico de uma instituição pública de ensino.

Por fim, a conclusão do trabalho apresenta algumas propostas com base na pesquisa para se melhorar os níveis endividamento e de planejamento financeiro entre a população e algumas sugestões para trabalhos futuros sobre o assunto.

1 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Este capítulo aborda o panorama geral da Educação Financeira, seus conceitos principais e definições, as iniciativas públicas e privadas na promoção do tema no Brasil, a contextualização histórica da educação e do trabalho, cujos fatos determinam uma relação de interdependência e, por fim, os investimentos e sua importância para o planejamento financeiro pessoal.

1.1 Panorama geral da Educação Financeira

A Educação Financeira não é uma ciência, logo, não possui teoria própria. A escassez de publicações científicas sobre este tema, sobretudo no Brasil, dá margem à interpretação do senso comum. Tais interpretações podem gerar algumas divergências, inclusive nas definições e nomenclaturas utilizadas. Optou-se neste trabalho, pelas definições utilizadas pela Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), pois é a fonte de documentos sobre o assunto de maior credibilidade.

De acordo com a OCDE, a Educação Financeira é o processo pelo qual os indivíduos e a sociedade melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos sobre os produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação clara possam desenvolver os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos, e então, poderem fazer escolhas bem informados.

Analisando o tema de maneira abrangente, observa-se que a Educação Financeira tem um sentido ainda mais amplo, pois consiste na arte de gerenciar seus recursos escolhendo o que é mais ou menos necessário em cada fase da vida, na busca de uma melhor qualidade de vida para si mesmo e para a sociedade.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), é dever do Estado proporcionar educação financeira através de órgãos específicos como o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), por exemplo. O Brasil, ainda de forma modesta e descentralizada, vem promovendo algumas ações em escolas e faculdades com ajuda de instituições como o Banco Central do Brasil (BACEN), a

Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Bolsa de Valores de São Paulo (BMF&BOVESPA), o Instituto Unibanco, entre outros. Ainda à luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC), tem-se, entre os direitos básicos do consumidor, a educação e divulgação sobre o consumo adequado, bem como a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva. O mesmo código trata também sobre a educação e informação de consumidores e fornecedores sobre os seus próprios direitos e deveres, visando à melhoria da qualidade do consumo. Entretanto, a falta de uma rígida fiscalização no sentido de fazer cumprir os preceitos do CDC, proporciona prejuízos aos consumidores.

Dos Direitos Básicos do Consumidor ART. 6º – São direitos básicos do consumidor: I – a proteção da vida, saúde e segurança [...]; II – a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva [...]; V– a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais[...]; VI – a efetiva prevenção e reparação de danos [...] VII – o acesso aos órgãos judiciários e administrativos [...]; VIII – a facilitação da defesa de seus direitos[...]; IX–(VETADO).X – a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. (CDC, 1990).

No âmbito da informação e da formação cabe esclarecer que a informação é aquela que o consumidor deve receber por parte do vendedor ou prestador do serviço, ou mesmo de outra fonte. Tais informações são relacionadas a preço, qualidade do produto, taxas de juros, concorrência, etc. Já a formação do consumidor está relacionada com práticas educacionais em busca da melhor interpretação dessas informações, ou seja, educar o consumidor significa provê-lo de ferramentas para auxiliar no momento da escolha. Kotler (2005, p.2) ressalta que “a revolução digital colocou uma série de novos recursos nas mãos dos consumidores”. Tal revolução digital trouxe maiores possibilidades de acesso à informação e maior variedade de bens e serviços disponíveis, entretanto, essas informações, para muitas pessoas despreparadas, pode aumentar o potencial de endividamento.

A lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes Básicas da Educação (BRASIL, 1996), traz como princípio, a educação como obrigação da família e do Estado. Tendo em vista a falta de condições de a família educar financeiramente por diversas razões, cresce a responsabilidade do Estado com a educação, técnica e humana, de qualidade.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Um grande avanço na educação na década de 90 foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Para Vertuan (2009), os PCNs são documentos que propõe estratégias, apóiam as discussões pedagógicas e o planejamento das aulas. Constatam nos PCNs a preocupação com a formação do cidadão e a contextualização dos conteúdos, além da importância de se resolver problemas do cotidiano. Os PCNs trazem em seus temas transversais uma gama de possibilidades de se trabalhar em sala com informações cotidianas e extremamente importantes para a formação do indivíduo, dentre elas destacam-se a educação para o consumo. Fazendo uma analogia com o ensino profissional, os PCNs poderiam ser comparados à Proposta Pedagógica do curso.

[...] com a criação permanente de novas necessidades transformando bens supérfluos em vitais, a aquisição de bens se caracteriza pelo consumismo. O consumo é apresentado como forma e objetivo de vida. [...]. É preciso mostrar que o objeto de consumo, seja um tênis ou uma roupa de marca, um produto alimentício ou aparelho eletrônico etc, é fruto de um tempo de trabalho, realizado em determinadas condições. Quando se consegue comparar o custo da produção de cada um desses produtos com o preço de mercado é possível compreender que as regras do consumo são regidas por uma política de maximização do lucro e precarização do valor do trabalho. [...] para analisar a composição e a qualidade dos produtos e avaliar seu impacto sobre a saúde e o meio ambiente, ou para analisar a razão entre menor preço/maior quantidade[...].Habituar-se a analisar essas situações é fundamental para que os alunos possam reconhecer e criar formas de proteção contra a propaganda enganosa e contra os estratagemas de marketing que são submetidas os potenciais consumidores. (BRASIL, 1998, p.35).

No Brasil há uma carência de fontes científicas sobre finanças pessoais, no entanto, com o advento do processo de estabilidade da economia a partir de 1994, vem crescendo gradativamente as pesquisas nesta seara. Esse processo, pode ser visto com naturalidade, tendo em vista que, anteriormente ao cenário econômico atual, as prioridades eram outras, como o controle da inflação, por exemplo.

Segundo Fabrício (2007), não havia ambiente favorável para o investimento por parte das empresas e o caminho para tentar manter o poder de compra do dinheiro era o consumo imediato. A dificuldade de acesso ao crédito e o comércio ainda não globalizado dificultavam o consumo. O planejamento de longo prazo ficava inviabilizado pela incerteza econômica devido às constantes mudanças ocorrida nos modelos econômicos vigentes.

O sucesso inicial do Real no que tange ao controle da inflação foi inegável. Através da quebra dos mecanismos de indexação, o plano alcançou seu primeiro e principal objetivo, a estabilização dos preços, determinado a queda imediata e acentuada da inflação brasileira. Nesta perspectiva, a partir do ano de 1994, a taxa de inflação reduziu-se drasticamente chegando a casa de dois dígitos já em 1995 (FABRÍCIO, 2007).

O fortalecimento da economia e o incentivo a pesquisa, trouxeram uma maior motivação para os estudos relacionados com às finanças pessoais. Dentre as áreas pesquisadas destacam-se as questões da qualidade de vida, os métodos de gestão financeira, o comportamento com relação as finanças, entre outros.

Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2007) apontaram que a qualidade de vida e a qualidade no trabalho estão diretamente relacionados a uma boa saúde financeira. Estes pesquisadores concluíram que 90% das pessoas nunca tiveram informações, através de qualquer que fosse o nível de ensino, sobre a importância do planejamento financeiro pessoal. Estes dados podem indiciar uma relação entre a falta de informação e formação com o elevado número de endividamento pessoal.

Conforme dados da Superintendência de Recursos Humanos da Universidade Federal do Ceará (UFC), em pesquisa com servidores da saúde, existe relação entre escolaridade e número de aplicações financeiras e poupança existente. Concluiu-se que quanto maior o nível de escolaridade, maior a propensão a poupar.

Tabela 01:Relação entre nível de poupança e escolaridade

Especificação	Aplicação financeira/poupança		
	Sim	Não	Total
Nível Superior	35	46	81
Intermediário	34	165	199
Apoio	2	60	62
Total	71	171	342

Fonte : UFC, 1998

A tabela supra mostra que cerca de 20% do total de participantes possuem aplicações financeiras, sendo que, no universo de nível superior, este índice chega a 43%. O pessoal de nível intermediário que possui investimentos é de, aproximadamente, 17%, enquanto nos funcionários do apoio o total das pessoas que tem poupança/investimentos é de 3%. O índice de poupança e investimento encontrado na pesquisa corrobora o conceito da economia que diz que quanto maior a renda maior a propensão a poupar, pois a renda está diretamente ligada ao nível de escolaridade.

No entanto, Sousa e Torralvo (2004) constataram que a população brasileira possui dificuldades para gerir suas finanças pessoais e isso pode estar ligado ao baixo nível de escolaridade. Para eles a disparidade entre receitas e despesas e elevado consumo com pouca tendência a poupar são os principais fatores que levam à dificuldade financeira. Junto com o fator renda, Souza e Tarralvo (2004) apontam que as influências culturais, sociais e psicológicas são determinantes como influenciadores na gestão dos recursos.

Saito (2006) relata a Educação Financeira segundo os princípios e recomendações da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com o autor, o processo de educação financeira em países como os Estados Unidos, Austrália, Reino Unido, entre outros, está mais desenvolvido que no Brasil. Nestes países as instituições financeiras públicas, comparadas ao Banco Central do Brasil, participam de forma atuante no processo educacional.

No Brasil, mesmo de forma desordenada e isolada, tanto o Governo Federal como alguns segmentos da sociedade civil estão desencadeando algumas ações de desenvolvimento do processo de educação financeira, conforme relacionadas:

1. Iniciativas do Governo Federal: Desde 2007, através da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), um grupo de trabalho estuda formas de divulgar a educação financeira pelo país. Outra ação por parte do governo federal que contribui com a divulgação do tema é o material educativo e informativo disponibilizado através dos *sítes* de alguns dos ministérios, autarquias e instituições financeiras do governo federal:

Tabela 02: Relação dos órgãos federais que tem material relacionado à educação financeira.

Ministérios	Instituições financeiras	Autarquias	Institutos
Desenvolvimento, indústria e comércio exterior	Banco Central	Comissão de Valores Mobiliários	Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (IMETRO)
Previdência	Banco do Brasil	Superintendência de Seguros Privado (SUSEP)	Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC)
Trabalho		Superintendência Nacional de Previdência Complementar	
Justiça			
Fazenda			
Meio Ambiente			

Destacam-se nos materiais educativos disponibilizados pelos portais do governo federal algumas cartilhas sobre educação financeira, sobre produtos bancários, cursos gratuitos, ferramentas para gestão de recursos financeiros e outros. No “Portal Brasil”, o site oficial do governo, são disponibilizados através do *link* “Trabalho”, informações sobre funcionamento dos bancos, imposto de renda, previdência, consórcio, entre outras.

Através do Ministério do Meio Ambiente, são oferecidas informações sobre consumo sustentável, dentre as quais o Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentável (PPCS), que enfatiza o papel do consumidor na demanda por produtos e serviços mais sustentáveis. O plano prioriza, além da educação para o consumo sustentável, as compras sustentáveis por parte do governo, dentre outras metas.

O Ministério da Previdência Social, além de disponibilizar os conteúdos sobre educação previdenciária, traz também informações sobre taxas de juros oferecidas à aposentados. Foi verificado que o referido Ministério frequentemente promove concursos de monografia e ações no sentido de conscientização quanto a questão previdenciária.

Com relação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), seu conteúdo é válido principalmente para os micro empreendedores, cuja educação financeira é fundamental para a sobrevivência de seu negócio. Através do

seu portal observa-se, no *link* “publicações”, a “Cartilha Informativa de Produtos e Serviços Bancários para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”, onde pode-se ter informações sobre os produtos disponíveis para este seguimento, linhas de créditos oferecidas, prazos e taxas de juros práticas.

O Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial, INMETRO, configura-se como uma das fontes de informação de maior importância no auxílio ao consumidor. Através do link “informação ao consumidor” pode-se obter conteúdos relacionados à educação para o consumo consciente de maneira bastante detalhada. Pode-se encontrar também materiais relacionados à ética, meio ambiente, saúde e publicidade no consumo. O material está disponível em cartilhas que foram confeccionadas no ano de 2002, mas com conteúdos bastante atuais desenvolvidos com atividades práticas e interdisciplinares que, por motivos desconhecidos, não são de conhecimento dos professores e dos cidadão em geral.

Figura 01: Material disponibilizado pelo INMETRO



Fonte: INMETRO

O Ministério da Justiça, dentre outros documentos relacionados a educação do consumidor, disponibiliza em seu portal a “cartilha do consumidor”, cujo objetivo é orientar por uma linguagem mais acessível quanto aos direitos dos consumidores. Através do Instituto de Defesa do Consumidor, IDEC, o Ministério da Justiça também promove ações para formadores e multiplicadores através da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, ministrando cursos de capacitação em direito do consumidor visando o fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).

O projeto Formação de Multiplicadores em Educação para o Consumo que vem propor a formação de multiplicadores dos conceitos de consumo responsável, através da reflexão das práticas de consumo vigentes, se apresenta como uma oportunidade de promoção da sensibilização dos cidadãos brasileiros, quanto à importância do consumo responsável para o restabelecimento e manutenção do equilíbrio da vida no planeta. (ENEF, 2010).

A Matriz Curricular, proposta pelo Departamento de Defesa do Consumidor, ilustra através de eixos articuladores a proposta de educar o consumidor e nos remete aos temas transversais que poderiam ser aplicados no ensino profissional.

Figura 02: Eixos Articuladores da Matriz Curricular da Escola Nacional



Fonte: Ministério da Justiça

O Ministério do Trabalho e Emprego destaca a questão da Economia Solidária e do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, PNMPO. Tais programas tem como objetivo, em suma, a integração entre grupos de trabalhadores, fomentando a produção e oferecendo crédito mais acessível que os produtos bancários tradicionais. Logo, a não divulgação de tais programas e a restrição do montante disponibilizado para os mesmos, torna-os distantes de grande parte da população.

No *site* do Ministério da Fazenda foram encontradas informações sobre as tributações referentes a pessoa física e jurídica bem como informações importantes referentes ao micro empreendedor. As informações encontradas nesse site não

podem ser descartadas no processo de gestão das finanças pessoais, pois a carga tributária brasileira recolhida de forma direta e indireta representa uma parcela significativa do resultado do trabalho do cidadão.

As autarquias federais e instituições financeiras representam um importante veículo de informação, principalmente no que tange a questão dos investimentos. O Banco Central, BACEN, e a Comissão de Valores Mobiliários, CVM, são as autoridades de fiscalização e controle dos investimentos no Brasil, nesse sentido, estas instituições buscam trazer segurança ao investidor. Pelo “Portal do Investidor”, disponibilizado pela CVM, é possível assistir vídeos e ter acesso a materiais relacionados às finanças pessoais, inclusive voltado para o público infantil. Também na página do BACEN, pode-se verificar as taxas praticadas no mercado para empréstimos e financiamentos em geral, conforme consta no apêndice deste trabalho.

Algumas propostas também tramitam pelo Congresso Nacional no sentido de implementar a Educação Financeira nos currículos escolares, logo, essas propostas esbarram no processo burocrático, no conflito de interesse e na falta de fundamentação, tendo como resultado a não aprovação e arquivamento por parte dos parlamentares, o que revela o descaso político relacionado ao tema que é oferecido ao debate deste 2004. Dentre as propostas encontram-se as listadas a seguir, em ordem decrescente de data, onde consta o número e o teor do documento (projeto de lei, proposta de emenda constitucional, ou outros), bem como a situação atual da proposta (arquivada, em votação, etc). Observa-se ainda na tabela a data de apresentação e o título da ementa.

Tabela 03: Projeto de Lei e outras Proposições relativas a Educação Financeira

<p>Proposição <u>REQ-299/2010 CEC</u> Data de apresentação: 16/3/2010</p> <p>Ementa: Requer a realização de audiência pública para discutir o tema "Educação Financeira", com representantes do Banco Central, da Associação dos Bancos do Distrito Federal - ASSBAN/DF, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONCED. Situação : Aguardando Providências Internas</p>
<p>Proposição: <u>REQ-272/2009 CEC</u> Data de apresentação: 28/9/2009</p> <p>Ementa: Requer a realização de audiência pública para discutir o tema "Educação Financeira", com representantes do Banco Central e da Associação dos Bancos no Distrito Federal - ASSBAN/DF.</p> <p>Situação: Aguardando Providências Internas</p>

<p>Proposição: <u>PL-306/2007</u> Data de apresentação: 6/3/2007</p> <p>Ementa: Altera o parágrafo 5º do artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB. Explicação: Inclui, na parte diversificada do currículo do ensino fundamental e do ensino médio, o ensino de educação financeira e de direitos e deveres do cidadão.</p> <p>Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária Situação: Arquivada</p>
<p>Proposição: <u>INC-3532/2004</u> Data de apresentação: 11/8/2004</p> <p>Ementa: Sugere ao Ministério da Educação a realização de campanhas e programas de educação financeira para professores e alunos dos ensinos fundamental e médio.</p> <p>Despacho: Publique-se. Encaminhe-se. Situação: Arquivada</p>
<p>Proposição: <u>PL-3401/2004</u> Data de apresentação: 27/4/2004</p> <p>Ementa: Cria a disciplina " Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio.</p> <p>Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Situação: Arquivada</p>
<p>Proposição: <u>SBT-1 CEC PL-3401/2004</u> Data de apresentação: 21/2/2006</p> <p>Ementa: Inclui Educação Financeira na disciplina de Matemática, nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e do ensino médio. Situação: Arquivada</p>

Fonte: www.camara.gov.br

2. Iniciativas da sociedade civil – Algumas empresas como a Bolsa de Valores de São Paulo (BMF&BOVESPA) e o Banco Itaú tem se esforçado e obtendo êxito em suas cartilhas e palestras sobre educação financeira, contribuindo para a propagação do tema, inclusive em instituições de ensino.

Alguns institutos, como o instituto Akatu e o instituto Alana, também tem importante participação no processo de construção das ideias do consumo consciente e ético, sendo que este último vem instruindo a população com relação às práticas abusivas do *marketing*, principalmente relacionado ao público infantil.

Segundo o que foi relatado, existem boas iniciativas que visam mudar o panorama atual das finanças pessoais no Brasil, contudo, a falta de coesão entre os órgãos do governo com a iniciativa privada e o descaso no tratamento do tema tornam as iniciativas, muitas vezes, sem credibilidade e propensas ao fracasso.

1.2 Educação, Trabalho e Dinheiro: Relações no contexto histórico

Partindo do princípio que a educação é uma prática social e historicamente contextualizada, buscou-se analisar os aspectos que envolvem a evolução da educação e do trabalho para se construir as bases da Educação Financeira. Pontuar algumas questões históricas sobre a inter-relação entre educação e trabalho faz-se necessário para perceber os vieses e os conflitos de interesses que se perfazem no cenário da educação e, por consequência, na Educação Financeira.

Segundo Vigotsky (2007) o conhecimento nas sociedades iletradas, que era baseado em valores morais e transmitidos verbalmente entre as tribos, era a memória natural e foi fundamental para o desenvolvimento social do indivíduo. Contudo, este conhecimento passou a não atender mais as demandas de uma sociedade em evolução.

Libâneo (1991, p.19) destaca que “desde o início da história da humanidade, os indivíduos e grupos trabalhavam relações recíprocas diante da necessidade de trabalharem conjuntamente para garantir sua sobrevivência”. Para Ramos (2009, p.26) a sociedade pré-letrada se orientava pela tradição e pelo costume. “Não se aplica na estimação do trabalho o cálculo, elemento característico das relações comerciais. Tampouco realiza-se trabalho conforme a lei do menor esforço”.

Entretanto, a divisão do trabalho e o conceito de *mais valia*, onde o “trabalhador é considerado apenas pelo valor de sua força de trabalho” (HEILBRONER 1996, p.151) fez surgir o lucro, e este passou a ser a força motriz das ações políticas, econômicas e, inclusive, as ações educacionais que cada vez mais são orientadas para atender as demandas do capital.

Paralelamente a esses episódios, o surgimento da escrita e, posteriormente, do cálculo, foram fundamentais para a evolução do processo econômico e civilizatório; “a escrita surge como uma necessidade de administração dos negócios, à medida que as atividades se tornam mais complexas (ARANHA, 2006, p. 36).

Segundo Nóbrega (2004), o escambo era as trocas feitas entre as tribos na sociedade recém organizada. Esse escambo logo passou a ser feito a partir de moedas mercadorias onde, rapidamente, o sal e o boi, que foram as primeiras moedas, deram lugar as moedas metálicas. Nesse sentido observa-se que relação

escola e trabalho ganha força conforme a sociedade organizada evolui, pois aumenta a complexidade das relações comerciais e exigem maiores conhecimentos. Noutro período, o desenvolvimento de um calendário para a agricultura, que proporcionou a medição do tempo em ciclos, também ajudou a acelerar o processo educacional e, a partir daí, surge o conceito do valor do dinheiro através do tempo, ou juros.

Para Aranha (2006), o aparecimento das guerras, o posicionamento das classes no feudalismo, o desenvolvimento do comércio, o impulso das grandes navegações e a Igreja, foram determinantes para o atual padrão escolar que se percebe. Ramos (2009) completa:

Muitos filósofos do século XIX já tinham percebido claramente a necessidade de elaboração de disciplinas científicas não apenas para serem aplicadas na organização da sociedade, como também na organização do trabalho (RAMOS, 2009, p. 49).

Ao analisar a questão histórica da educação depara-se com o viés econômico que a educação herdou, inclusive através da Igreja, que, por ser detentora de grande parte do material impresso na Idade Média, tinha grande influência política e nos negócios, contudo, a Igreja não aceitava a prática da usura, ou seja, do lucro sem “justificativas”.

Após a Reforma Protestante, houve uma mudança na forma de ver o dinheiro. Essa mudança fica clara na herança que os países colonizados por nações de origem católica ou protestantes receberam com relação à ideia que se tem sobre dinheiro. Para Aranha (2006), o protestantismo via o enriquecimento como favorecimento divino, enquanto as nações cuja colonização provém de origem católica veem o dinheiro de forma diferente, como uma fonte de males.

A crise maior da Igreja, no entanto, deu-se no século XVI, com a reforma protestante. Contrariando as restrições feitas pelos católicos aos negócios e a condenação ao empréstimo a juros, os protestantes viam no enriquecimento um sinal de favorecimento divino. Lutero recebeu a adesão dos nobres, interessados no confisco dos bens do clero, e Calvino teve o apoio da rica burguesia (ARANHA 2006, p.125).

Weber (2004) destaca que, no século XVI, as cidades que aderiram ao protestantismo foram as mais ricas. Para ele, “os homens de negócios e donos de capital, assim como trabalhadores mais especializados e o pessoal mais habilitado

técnica e comercialmente das modernas empresas são predominantemente protestante” (WEBER 2004, p.12). Por outro lado, o autor afirma que o impulso pelo ganho na maior quantidade possível é comum a todos, independente da religião e não é reflexo capitalismo em si. Logo, o ganho ilimitado faz parte da natureza humana e aparece em todos os tempos e em todos os lugares, caso haja possibilidades.

As mudanças nos modelos educacionais ao longo da história se pautam na evolução dos meios produção desde que a sociedade se organizou. Para Aranha (2006), com a organização da sociedade houve a divisão de classes e, a partir daí, inicia-se um processo histórico de exclusão. “[...] a chamada história oficial silencia o pobre, o negro, mulher e também os excluídos da escola, porque as interpretações são feitas de acordo com os valores e interesses dos que ocupam o poder” (ARANHA, 2006, p.22). Tanto os aspectos pedagógicos quanto estruturais tem estreita relação com as necessidades impostas pelo trabalho e pelo interesse da classe dominante. O dualismo entre a educação humanista e educação para o trabalho não tem o mesmo peso e os aspectos econômicos predominam ao longo da história.

“Além disso, ainda hoje a escola procura um prumo entre as orientações da educação para o trabalho e a educação humanística [...] diante de uma sociedade tecnocrática, a escola é mantida como prisioneira do objetivo de preparação para o mercado, descuidando-se da formação integral e da consciência crítica” (ARANHA, 2006, p. 245).

A Educação Financeira tem um importante papel na relação dual entre educação humanista e educação para o mercado, atuando como contrapeso numa educação para os valores através dos desenvolvimento de uma visão crítica e antidominadora, mas sem perder de vista a preparação do cidadão para o mercado de trabalho.

Santomé (1998, p.19) descreve a relação entre trabalho e escola, sobretudo no aspecto da gestão, recortando um período pós revolução industrial. Segundo ele, “na década de 60, eram frequentes as metáforas e comparações da escola com fábricas, sobretudo entre aqueles que apoiavam modelos positivistas e tecnológicos de organização e administração escolar”

Nos tempos atuais, com a reorganização do capital através de uma política neoliberal houve também uma reestruturação nos processos de produção e do trabalho. Tal fato, conseqüentemente, exige uma readaptação nos modelos escolares para atender as novas especificidades que os trabalhadores devem apresentar. Os antigos modelos taylorista e fordista, que não exigiam muitas habilidades do trabalhador, dão lugar ao toyotismo através de introdução de novas tecnologias e novas técnicas de gestão do trabalho.

As revoluções comercial e industrial também tiveram grande participação nas mudanças ocorridas na educação nesses períodos, sendo que nesta última, implanta-se o modelo fordista que apesar de ter perdido espaço para o modelo toyotista, conforme Santomé (1998), influenciou bastante nas necessidades exigidas para o trabalho e conseqüentemente, nos aspectos educacionais. As tradicionais linhas de montagem, onde o operário só precisava saber o seu ofício dá lugar ao conceitos de produção enxuta e qualidade total, exigindo um profissional com amplas qualificações e responsabilidades, capaz de aprender a aprender. Hargreaves (2004) ressalta que hoje, na era da informação, pertencemos à Sociedade do Conhecimento.

A Sociedade do Conhecimento é uma sociedade de aprendizagem. O sucesso econômico de uma cultura de inovação contínua dependem da capacidade dos seus trabalhadores de se manter aprendendo acerca de si próprios e uns com os outros. Uma economia do conhecimento não funciona a partir da força das máquinas, mas a partir da força do cérebro, do poder de pensar, aprender e inovar. As economias industriais precisam de trabalhadores para as máquinas; a economia do conhecimento precisa de trabalhadores para o conhecimento (HARGREAVES, 2004, p. 34).

A Sociedade do Conhecimento, cujo termo é equivocado segundo Hargreaves (2004), pois deveria ser a sociedade da aprendizagem; é claramente debatida por Chauí (2003). Para ela, a sociedade do conhecimento é regida pela lógica do mercado financeiro. No caso do Brasil, mesmo estando na sociedade do conhecimento, o que se vê é um descaso com o mesmo e a supervalorização dos valores materiais.

Peterossi (2003) aponta o cenário de que um mundo globalizado exige profissionais cada vez mais qualificados e a obtenção de riqueza, por parte da sociedade, depende da capacidade de geração de conhecimento, contudo, o que se observa é uma contradição, pois uma escola cada vez mais decadente em todos os

seus níveis não consegue suprir as demandas do mercado de trabalho, ainda que esta fosse a única função da escola. Basta à educação (não sustentável) ensinar o trabalhador a consumir, pois, na visão de Santomé (1998), este trabalhador também é, antes de tudo, consumidor.

No Brasil, as modificações no sistema educacional em função do trabalho seguiram a tendência mundial. No início da colonização, segundo Aranha (2006, p.139), a educação proposta pelos jesuítas “não constituía meta prioritária, pois, o desempenho de funções na agricultura não exigia formação especial”. O fato é que, mesmo na atualidade, a educação não é prioridade no Brasil, sendo ao longo da história subserviente ao interesse dos dominadores, em função de obter vantagens na maximização do meios produtivos.

O processo tardio de industrialização no Brasil seguido recentemente pela globalização e a evolução tecnológica, também trouxe mudanças significativas nos padrões do emprego e, conseqüentemente, ao ensino, sobretudo para o ensino profissional. De acordo com Peterossi (2003):

[...] as novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços demandam uma intensidade maior no uso de informação e conhecimento. [...] O novo papel da informação e do conhecimento na produção de bens e serviços vem provocando modificações substantivas nas relações, formas e conteúdo de trabalho, o qual se assume um caráter cada vez mais dependente da tecnologia da informação e da comunicação, com implicações significativas sobre o perfil do emprego e das teorias e práticas de educação e formação para o mundo do trabalho (PETEROSSO, 2003, p. 139).

Ainda sobre a relação escola e trabalho, que no âmbito deste texto derivou-se para a relação escola e dinheiro, Peterossi (2003) chama a atenção para a ruptura entre a teoria e a prática pedagógica tradicional, tendo em vista que os alunos atuais dividem seu tempo entre aprender e fazer. Nesse sentido, as escolas técnicas ganham atenção especial no cenário econômico, pois suprem parte da demanda urgente de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

A educação profissional pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento econômico e social do país [...]. Essa educação profissional deverá ser capaz de formar trabalhadores adaptáveis às novas situações, com capacidade de reflexão e decisão, de tomar iniciativas, bem como exercer seu trabalho com criatividade e ética (PETEROSSO, 2003, p. 79).

Perante o exposto observa-se um crescimento na procura de alunos por estes cursos e torna propício trabalhar a Educação Financeira com esses jovens profissionais, tendo em vista também sua formação rápida e atuação no mercado de trabalho, auferindo renda. Segundo Menino (2004, p.16), “essa formação [...] se dará pela habilitação dos ingressantes no mercado de trabalho e pela qualificação profissional. [...] Essa formação deve ser feita de maneira rápida e contínua[...]”. Mesmo a formação técnica sendo rápida, possibilita-se trabalhar conteúdos relacionados a formação pessoal do indivíduo, como é o caso da Educação Financeira.

Retomando a relação entre educação e dinheiro, no Brasil, mesmo com a participação do Estado no sentido de democratizar o ensino em todos os níveis, o que se observa é uma estrutura educacional voltada para a classe dominante, onde a educação de qualidade é direcionada a poucos que, ao recebê-la, permanecem na elite financeira e intelectual. Conforme aponta Hargreaves (2004, p. 89): “Reconciliar objetivos econômicos e sociais da educação e preparar as pessoas para ganhar a vida e viver tem se revelado tarefas historicamente difíceis, levando a oscilações intermináveis no pêndulo das políticas”.

Discursos de inclusão e políticas demagógicas, apoiadas em pesquisas infundadas, de cunho exclusivamente eleitoreiro, sugerem o descaso brasileiro com a educação. Contudo, paga-se caro por isso, tendo em vista que, sem profissionais qualificados, sem ciência e tecnologia e sem pesquisa é impossível atingir o desenvolvimento esperado.

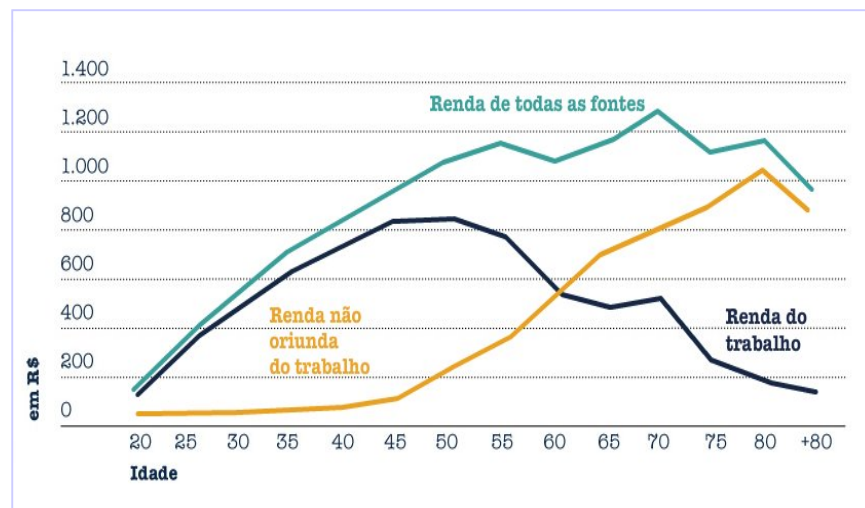
Observa-se, portanto, um mesmo caminho onde a educação e o dinheiro, tratado pelo prisma do trabalho, caminham, não lado a lado, mas sempre juntos. Vê-se também que o processo educacional é, em última análise, dirigido pelo capital, seja ele representado pela troca de mercadorias na visão mercantilista, ou pelo trabalho, na visão capitalista.

1.3 Os Investimentos no Brasil

Esta seção objetiva apresentar alguns conceitos relacionados aos investimentos no mercado de capitais. Tal abordagem faz-se necessária, sendo parte integrante do conteúdo relacionado às finanças pessoais, pois, é tão importante aprender a aplicar de forma correta os recursos financeiros oriundos do trabalho e do consumo planejado, quanto o próprio ato de planejar e economizar.

De acordo com Andreatta (2009), investir não é tarefa de fácil execução, pois além de disponibilidade de recursos financeiros, exige conhecimento das opções e do funcionamento do mercado financeiro, bem como das incertezas futuras. A falta de conhecimento sobre investimentos seria minimizada pelo desenvolvimento da Educação Financeira. O gráfico abaixo mostra que a partir dos 50 anos de idade, inicia-se uma queda nos rendimentos da pessoa física que são provenientes do trabalho. Esta queda acentua-se com o passar dos anos. Por outro lado, o indivíduo que possui uma previdência privada ou outro tipo de investimento, tem seus rendimentos aumentados em função do decurso do tempo. O somatório das duas rendas pode garantir um maior conforto na idade em que os recursos são escassos e as demandas são naturalmente aumentadas.

Gráfico 03: Rendas ao longo da vida



Fonte: Rassier (2009)

Segundo a pesquisa de Orçamento Familiar realizada pelo IBGE (POF 2008/09), o índice de investimentos dos brasileiros é muito baixo. A tabela a seguir mostra os rendimentos monetários e não monetários no Brasil. O rendimento com

aluguel de bens móveis e imóveis e as outras rendas apresentaram as menores contribuições na composição do rendimento total, sendo 1,7% e 1,6%, respectivamente.

Tabela 04: distribuição dos rendimentos Monetários e Não-Monetários

Brasil e Grandes Regiões	Rendimento Total e Variação Patrimonial		Rendimento Total	Origem					Variação Patrimonial
				Rendimento do trabalho	Transferências	Rendimento de aluguel	Outras Rendas	Rendimento não monetário	
Brasil	RS	2.763,47	2.641,63	1.688,00	511,16	46,53	43,08	352,86	121,83
	%		95,6	61,1	18,5	1,7	1,6	12,8	4,4
Urbano	RS	2.999,98	2.866,36	1.852,81	849,52	51,06	46,16	366,81	133,62
	%		95,5	61,8	28,3	1,7	1,5	12,2	4,5
Rural	RS	1.481,91	1.423,95	795,00	303,35	21,96	26,38	277,25	57,96
	%		96,1	53,6	20,5	1,5	1,8	18,7	3,9

Fonte: IBGE, 2009.

De acordo Bolsa de Valores de São Paulo (2010), a participação das pessoas físicas nos investimentos em bolsa no Brasil é de, aproximadamente, 20%, enquanto em países como Estados Unidos e Japão, este número pode chegar a 70%. Tal fato pode ser reflexo de uma herança cultural ou da falta de conhecimento das opções existentes para se investir. A participação dos brasileiros nos investimentos em empresas nacionais através da bolsa é superada por investidores estrangeiros, que correspondem a 35% dos investidores totais, segundo dados da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA, 2010).

Com relação às pessoas que já investem, falta informação sobre melhores oportunidades e riscos. Para Andreatta (2009), 38% dos investidores não têm as informações necessárias sobre a relação risco e retorno de seus investimentos. Tal fator, além de não atrair novos investidores, pode afastar investidores que já estão no mercado, principalmente no caso dos investimentos em bolsa, onde a informação é fundamental.

O desconhecimento sobre o assunto investimentos faz-se presente tanto para a pessoa física, como para o pequeno empresário. De acordo com Piveta (2005), pequenas e micro empresas estão mais preocupadas em manter um “caixa” através de empréstimos, muitas vezes com altas taxas de juros, que fazerem uma reserva financeira, controlando seus recursos e investindo para os períodos de dificuldades

financeiras. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) define investimento como a “aplicação de recursos monetários em empreendimentos com o objetivo de geração de lucros [...]”. Em sentido estrito, investimento significa a aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva, ou seja, em bens de capital” (SEBRAE, 2007). O conceito de investimento, quando não definido de forma correta, acaba por iludir o investidor que, em muitos casos, estão adquirindo passivos, quando pensam estarem fazendo investimentos.

Além da falta de informação relacionada às opções de investimentos, Olivio (2008, p. 139) ressalta que o risco, mesmo com grande quantidade de informações, pode existir em qualquer modalidade de investimento. Segundo ele, “os investimentos muitas vezes são analisados sem considerar a possibilidade do que o que foi previsto não aconteça”.

Para Rassier (2009, p. 49), “risco é a parcela inesperada do retorno de um investimento”. Ainda segundo ele, o risco está dividido em risco sistemático, que seria o risco geral do mercado, envolvendo fatores políticos, sociais ou econômicos; e o risco específico ou não-sistemático, que é o risco particular inerente ao tipo de investimento que se deseja fazer. O autor sugere que para diminuir o risco não sistemático basta diversificar seus investimentos. Com relação ao risco não-sistemático, ele pode ser diminuído se o investidor possuir informações suficientes para migrar seu investimento em momentos oportunos. Num período de instabilidade econômica mundial, por exemplo, os riscos dos investimentos no mercado de capitais aumentam cabendo ao investidor uma reavaliação de sua carteira buscando alternativas mais seguras.

De acordo com Rassier (2009), antes de investir é importante avaliar alguns fatores de risco, tanto na esfera macroeconômica, como o risco de inflação (que diminui o poder de compra), quanto na esfera microeconômica, como mudança na tributação; ou ainda, risco de liquidez, ou seja, perda de interesse pelo seu ativo, dificultando sua conversão em dinheiro.

Para Olivio (2008), as atitudes de investidores com relação ao risco são diferentes e suas posturas perante o risco são definidas como:

1. Indiferença ao risco: este investidor geralmente estará disposto a arriscar mais por um retorno razoável, seu perfil é considerado arrojado, pois, geralmente investe em mercados cujo potencial de aumento do capital seja alto, mesmo que incerto.

2. Tendência ao risco: este investidor só estará disposto a arriscar mais por uma taxa de retorno bem maior. Considera-se seu perfil moderado e pondera seus investimentos, diversificando-os.

3. Averso ao risco: este investidor só estará disposto a arriscar seu capital por um retorno que seja bem maior que os dois citados anteriormente. Este investidor é considerado de perfil conservador e geralmente busca investimentos em que haja um retorno certo.

Halfeld (2001) aponta que as atitudes que definem o perfil do investidor estão atreladas ao seu ciclo de vida, idade e capacidade financeira, bem como seu objetivo ao longo do tempo e necessidade de liquidez. No entanto, estes fatores, por não serem de conhecimento da maioria dos investidores são, muitas vezes, deixados de lado na tomada de decisão, ficando esta, a critério de fatores subjetivos.

A volatilidade é outro fator importante a ser considerado para definir o comportamento do investidor com relação ao risco. Para Olivio (2008), a volatilidade é usada para medir o risco, pois é a variação que determinado investimento tem com relação a uma média. Como exemplo de volatilidade alta pode-se citar uma ação da bolsa de valores que hoje tem preço de R\$ 100,00 e volatilidade de 20%. Espera-se que o valor desta ação oscile entre R\$ 80,00 e R\$ 120,00.

O conceito de volatilidade pode definir se um investimento é de renda fixa ou variável, sendo que um investimento de renda fixa, como a caderneta de poupança, por exemplo, tem volatilidade muito baixa, enquanto investimentos em renda variável, como o mercado de ações, possuem alta volatilidade. Olivio (2008) define investimentos em renda variável como aqueles que pode haver perdas no montante investido, além da perda de juros. Enquanto nos investimentos em renda fixa, não há perdas no montante investido inicialmente.

Outro ponto a se observar antes de investir são os custos e tributos das transações. Segundo Rassier (2009), nos investimentos de renda fixa incidem a taxa de administração, no caso de fundo ou clube de investimentos, e o imposto de renda. Já nas operações de renda variável, geralmente são cobradas taxa de corretagem, taxas de custódia e imposto de renda. Cabe ao investidor comparar qual investimento é mais vantajoso de acordo com suas expectativas.

Com relação às análises de investimentos, Rassier (2009) diz que elas podem ser agrupadas em duas “escolas”, a fundamentalista e a técnica. A análise fundamentalista possui inúmeras variáveis que partem do ambiente macroeconômico, setorial e operacional do investimento que se pretende fazer. A análise técnica é realizada através de gráficos que detém informações sobre o comportamento dos ativos e suas tendências. Através dos gráficos pode ser analisado o volume de negócios de determinado período, o ponto máximo e mínimo atingidos por estes investimentos, pode-se ainda compará-los com determinado referencial do mercado, o *Benchmark*³. Para Lisboa e Aguiar (2008 p.7) “O indicador de volume financeiro é muito importante, pois quando há alta no volume, significa que a movimentação financeira naquele período foi grande”.

A análise fundamentalista representa os acontecimentos passados de determinado ativo, enquanto a análise gráfica pode evidenciar as tendências futuras para aquele ativo. “A Análise Fundamentalista em conjunto com a Análise Técnica, são ferramentas eficazes para o auxílio nas decisões de investimentos, pois evidenciam possibilidades de ganho ou perda” (LISBOA e AGUIAR, 2008, p.10).

No Brasil, a popularização dos investimentos em bolsa vem seguindo caminho inverso do que deveria ocorrer quando se fala em disciplina e racionalidade, sobretudo devido à falta de informação e educação financeira por parte do investidor iniciante. A tecnologia, que trouxe maior eficiência ao sistema financeiro, aumentando o número de transações e proporcionando maior fluxo de investidores no mercado, para Kurtzman (1995), contribuiu para banalização do dinheiro. Muitas pessoas entram no mercado financeiro hoje, não para construir um patrimônio futuro, mas para “jogar”, comprando e vendendo ações através de

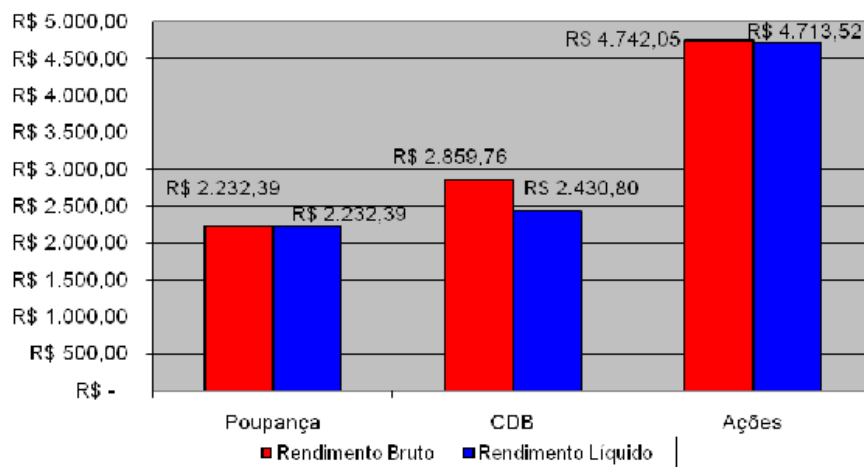
³ Índice de referencia para o mercado financeiro.

programas informatizados sem contabilizar os custos que estão tendo nestas operações. A ilusão de lucro fácil na bolsa, principalmente através de programas de computadores que podem prever o futuro, pode estar contribuindo para uma grande rotatividade de investidores no mercado. Dados da BMFBOVESPA (2011) apontam que em fevereiro de 2011 houve um registro de 35 novos clubes de investimentos⁴ enquanto 3.008 outros clubes já existentes foram encerrados, isso mostra que, ao passo que cresce o número de novos investidores, outros deixam o mercado.

Para Rassier (2009, p.79), “há grandes diferenças entre o investidor disciplinado e o investidor indisciplinado. O primeiro segue uma estratégia, tem uma visão objetiva do mercado e opera buscando um retorno de acordo com seus objetivos. Enquanto o segundo baseia-se em impulsos e intuição”.

Andreatta (2009) comparou três tipos de investimentos (poupança, CDB e ações) no período entre janeiro de 2007 a setembro de 2009, considerando um valor investido inicialmente de R\$ 10.000,00, e chegou aos seguintes resultados:

Gráfico 04: Comparativo de rentabilidade entre poupança, CDB e ações.



Fonte: Andreatta (2009)

Observa-se pelo gráfico que o investimento em ações superou as outras duas modalidades comparadas. Obteve-se, segundo a autora, uma rentabilidade próxima de 50% no período referido, contudo, fatores como cenário econômico mundial, e macroeconomia devem ser levados em conta neste investimento de risco. Outra consideração importante foi o fato que não houve cobrança de imposto de renda no

⁴ Associação de três ou mais pessoas para investir em ações.

investimento em ações tendo em vista que, vendas iguais ou abaixo de R\$ 20.000,00 neste mercado isentam as operações do I.R.

Com relação ao investimento na poupança, segundo Andreatta (2009), houve um rendimento superior a 20% no período. Como não houve cobrança de I.R. ou outras taxas, o ganho bruto foi igual ao líquido. No caso do CDB, assim como em outras modalidades de investimentos em renda fixa, o imposto de renda sobre o lucro é cobrado de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 05: Alíquota de IR para investimentos em renda fixa

Alíquota	Prazo de Permanência
22,5%	até 180 dias
20,0%	Entre 181 dias e 360 dias
17,5%	Entre 361 dias e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Fonte: Unibanco

Outra possibilidade de garantir ganhos futuros é a Previdência Privada, que de acordo com Castanhar (2008), são divididas entre sociedades abertas, sendo geralmente custeados por empregadores e funcionários e sociedades fechadas, que possuem caráter individual, podendo ser aderida por qualquer indivíduo. Devido, principalmente, a estabilidade econômica, a Previdência Privada vem crescendo no Brasil, como alternativa à Previdência Social, contudo, a falta de informação adequada pode acarretar, segundo Castanhar (2008), rendimentos não satisfatórios, pois suas taxas de carregamento e administração podem ser muito altas.

Observou-se através desta seção que a complexidade relacionada às formas de investimentos no mercado financeiro, aliada a falta de informação e a imaturidade, tanto por parte dos investidores, quanto por parte dos intermediadores financeiros⁵, acentua o desequilíbrio entre tomadores⁶ e poupadores⁷ no cenário econômico. Sem informação adequada torna-se mais acessível o consumo e mais difícil buscar uma forma adequada de investir de maneira lucrativa.

⁵ Os intermediadores financeiros, representados por bancos, bolsa de valores e agencias de fomento, são responsáveis por conciliar os interesses entre poupadores e tomadores.

⁶ Tomadores são os agentes deficitários, ou seja, possuem renda inferior ao seu consumo e investimento.

⁷ Poupadores são os agentes superavitários, ou seja, possuem renda superior ao seu consumo e investimento.

2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS CIÊNCIAS

Neste capítulo a Educação Financeira será abordada pela ótica de diversas ciências como Economia, Psicologia, Contabilidade e Matemática Financeira, com o objetivo de proporcionar um suporte teórico para compreensão mesma. Tais ciências foram escolhidas devido sua estreita relação com o tema e possibilidade de oferecer subsídios para viabilizar sua aplicação como conteúdo didático. No caso da Economia, tem-se a explicação teórica de um modelo econômico vigente e sua construção. A Psicologia explica os fatores comportamentais que levam às atitudes irracionais ou racionais com relação ao consumo. A Contabilidade e a Matemática Financeira disponibilizam as ferramentas necessárias para o planejamento e controle das finanças.

2.1 Economia

Segundo Vasconcellos (2008), a ciência econômica estuda como o indivíduo e a sociedade decidem empregar recursos produtivos na produção de bens e serviços para satisfazer as necessidades humanas. Assaf Neto (2006) reitera que não só os recursos são escassos para a produção⁸, mas os rendimentos dessa produção são decrescentes, ou seja, a produção cresce sob taxas que, no longo prazo, vão diminuindo. Em contrapartida as necessidades humanas são ilimitadas.

Tais conceitos, apesar de serem parte de uma teoria econômica complexa e macro, podem se ajustar a realidade familiar e individual. De acordo com Vasconcellos (2008), a própria origem grega da palavra economia remete a idéia de administração da casa, pois tem-se “*óikos*” como “casa” ou “fortuna” e “*nómos*” como “lei” ou “administração”. Portanto, torna-se coerente utilizar o termo economia e seus enunciados para a “administração da casa”.

Com o passar do tempo as mudanças ocorridas na sociedade, impulsionadas também pelo avanço tecnológico, tem reajustado e abreviado os ciclos da economia construídos pelas principais correntes econômicas. Uma economia que, para Ramos (2009), tinha uma interdependência com arte, religião, magia e moral, mantendo os

⁸ Enunciado da Lei da escassez

princípios da ética, justiça e igualdade, é substituída gradativamente pelo estudo sistemático das relações econômicas. No entanto, na época hodierna, este estudo sistemático também vem sendo colocado à prova pelas questões comportamentais.

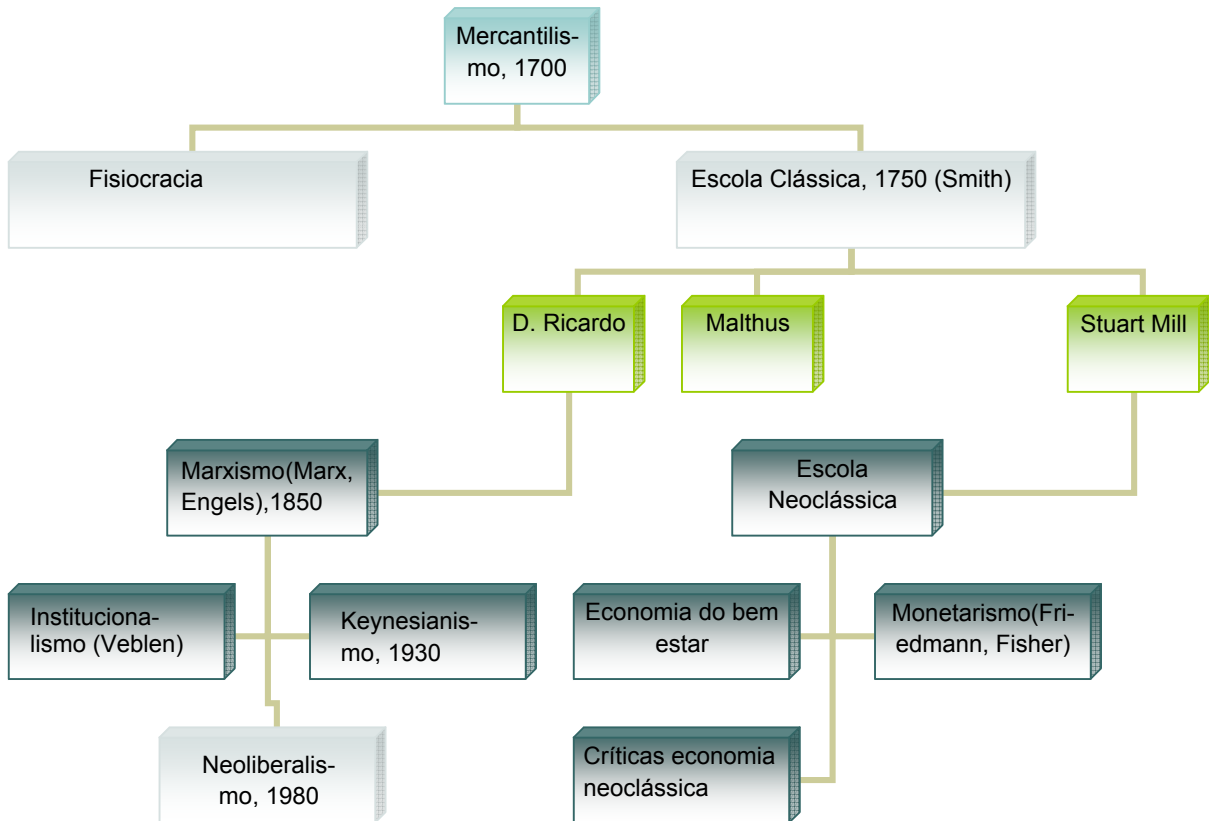
De acordo com Rossetti (1997), a primeira escola econômica, o Mercantilismo, surgiu no século XVI. Esta escola, ao sugerir a acumulação de riquezas pelas nações, acabou por estimular guerras e colocar o Estado com presença constante nos assuntos econômicos. A Escola Clássica trouxe uma idéia de que o Estado deveria agir na proteção da sociedade e interferir menos na economia. O que representaria o início do Liberalismo.

O período neoclássico é fundamental para o entendimento do processo de produção e consumo dos dias atuais. Nesse período surge a especialização do trabalho e a Lei de Say, em que “a oferta cria sua própria procura” (VASCONCELLOS, 2008, p. 18). O aumento da produção gerava cada vez mais renda e esta era empregada em mais produção e mais consumo. Também foi no período neoclássico que o comportamento do consumidor recebeu um enfoque maior, pois era necessário a maximização da utilidade do produto, não em detrimento a maximização do lucro.

A teoria keynesiana, constituída após grande depressão de 1929, retorna com a possibilidade de intervenção do Estado na economia, contudo, seus seguidores, conforme aponta Vasconcelos (2008), diferem no pensamento de como esta intervenção deve ser feita. Enquanto os monetaristas acreditam que deve ser priorizado o controle da moeda e baixa intervenção do Estado, os fiscalistas propõe um maior grau de intervenção.

A figura a seguir traz um resumo das principais correntes econômicas e alguns de seus expoentes.

Figura 03: Principais correntes econômicas e suas ramificações



Fonte : Rossetti (1997 p. 63)

Analisar os aspectos das finanças pessoais financeira do ponto de vista econômico é fundamental para o entendimento de conceitos como lucro, consumo, acumulação, oferta e procura, entre outros conceitos que regem o mercado em geral. O ponto de partida desta análise pode ser o atual modelo neoliberal que, para Friedman (1985), é a reorganização do conceito liberalista e tem como consequência a maximização do lucro. Não se tem por pretensão explicar um fenômeno, mas lançar um olhar crítico sobre esta problemática da influência da reorganização do capital e da globalização.

Há poucas coisas capazes de dominar tão profundamente as bases de nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas. Trata-se de uma doutrina fundamental e subversiva. Se homens de negócios tem outra responsabilidade que não a de obter o máximo de lucro para seus acionistas, como poderão saber qual seria ela? (FRIEDMAN, 1985, p. 75).

Segundo Engels (*apud* HEILBRONER, 1996), “a concepção do materialismo histórico origina-se do princípio que a produção, e com a produção a troca dos seus produtos, é a base de toda a ordem social”. Nesse sentido, houve nos últimos anos uma potencialização do materialismo através do neoliberalismo que, ao afastar cada vez mais o Estado da economia, cria uma espécie de mercado auto ajustável, onde, num ambiente de competição, a informação e a tecnologia assumem papéis relevantes nas relações comerciais entre os agentes econômicos.

O fator capital é outro ponto chave para a compreensão das relações de troca. De acordo com Rossetti (1997), capital é o conjunto de riquezas acumuladas pela sociedade, basicamente para fins produtivos e de segurança. Para o indivíduo, o capital também assume esta finalidade produtiva, convertendo-se em educação, saúde, moradia, transporte, lazer, alimentação e segurança.

Com relação origem do capital da pessoa física, tem-se, segundo o IBGE, que 98,4% do capital é proveniente da força do trabalho ou de transferências de renda. Geralmente esse capital não é suficiente para atender as necessidades que são infinitas, conforme visto no enunciado da Lei da Escassez. Com a revolução industrial, a partir do século XVIII, intensificou-se o processo de acumulação de capital como um incremento dos rendimentos, pois, seja através de máquinas ou de outros investimentos, o capital empregado gerava mais capital.

Num regime capitalista, a escolha pela acumulação de capital em detrimento ao consumo vale-se pelo propósito de garantir recursos para operações futuras quando, naturalmente, a capacidade produtiva diminui e a demanda é aumentada. Contudo há um problema: como acumular capital se, muitas vezes, faltam recursos para as necessidades básicas? Isso não se configura como um problema somente do indivíduo, pois, de acordo com Assaf Neto (2006), na Lei dos Rendimentos Decrescentes a capacidade produtiva cresce, porém em taxas decrescentes, ou seja, a cada período cresce menos até o ponto em que, não havendo inovação, as taxas de produção param de crescer.

No âmbito individual, o conhecimento e a inovação são fundamentais para o aumento dos recursos. Para Schumpeter (*apud* OSER, 1983), a inovação é o processo chave para mudanças econômicas e não há inovação sem conhecimento, tanto para o indivíduo, quanto para um Estado.

A inovação é conhecida como as mudanças nos métodos de fornecimentos de bens, tais como a introdução de novos bens ou de novos métodos de produção; a abertura de novos mercados; a conquista de fontes de fornecimento de matérias primas...Inovação é muito mais do que invenção. Invenção só não é inovação se não for usada. Uma invenção torna-se inovação somente quando ela é aplicada a processos industriais (OSER, 1983, p.410).

A Lei dos Rendimentos Decrescentes aplicada ao setor produtivo pode ser associada ao indivíduo no tocante que, com o passar do tempo, caso não haja outra variável como inovação/conhecimento em sua capacidade produtiva, seus rendimentos irão decrescer, sem levar em conta a redução do poder aquisitivo ou da capacidade de acumulação devido a inflação e os tributos crescentes. Nesse sentido a Previdência Social deveria suprir o déficit aquisitivo, por ocasião da aposentadoria.

A renda, no entanto, torna-se preponderante para definir o consumo. Para Keynes (*apud* OSER, 1983) o nível de consumo é determinado pelo tamanho da renda. Freedman (1985) também aponta a renda como fator relevante para o consumo e explica que o indivíduo pode antecipar o consumo, segundo hipótese da renda permanente⁹, ou seja, além da renda real do indivíduo ser fator preponderante para o consumo, tem-se ainda a possibilidade desse consumidor fazer uso de uma renda que ainda não auferiu para consumir.

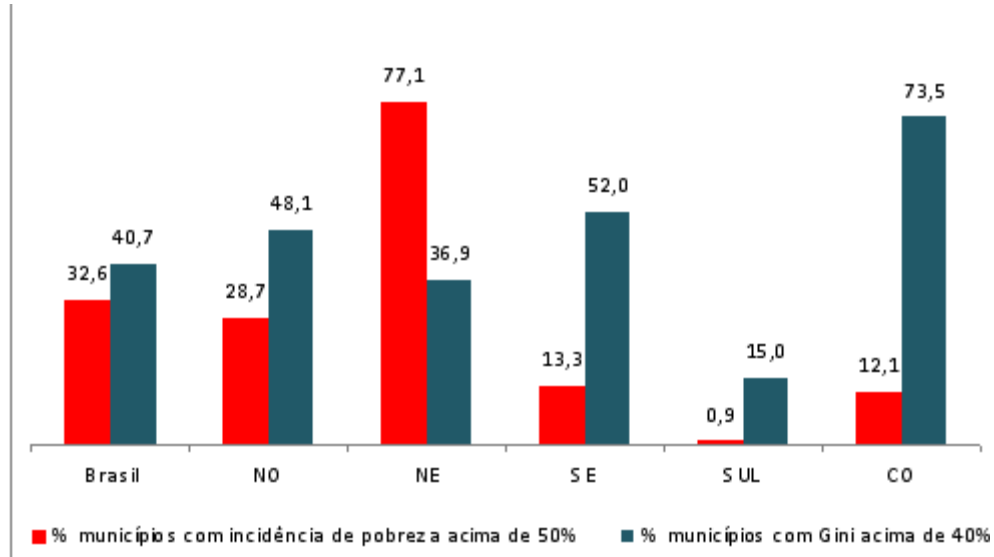
O fator renda remete aos conceitos de riqueza e pobreza, fundamentais para o estudo do processo de educação financeira. Segundo (SHETH, 2001), riqueza é o valor atual de todos os bens menos o valor atual de todas as obrigações. Nos EUA uma pessoa é rica se essa diferença for acima de um milhão de dólares. A definição de pobreza, para Sheth (2001), configura-se num nível onde a pessoa não pode pagar pelas suas necessidades básicas como alimentação e vestuário, por exemplo.

No Brasil, segundo o IBGE, a pobreza absoluta é medida a partir de critérios que analisam a capacidade de consumo das pessoas.É considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e de bens mínimos necessários a sua sobrevivência. Conforme gráfico a seguir, 32% dos municípios brasileiros tinham, em 2008, a metade da sua população vivendo na pobreza. No

⁹ A hipótese da renda permanente sugere, resumidamente, que o indivíduo consuma baseado na expectativa de sua renda e não na sua renda real.

Nordeste, de acordo com o mesmo gráfico, o número de municípios com incidência de pobreza acima de 50% ultrapassava 77%, de acordo com o IBGE.

Gráfico 05: Proporção de municípios com incidência de pobreza acima de 50%



Fonte: IBGE, 2008.

Nos últimos anos as classes sociais consideradas mais pobres vem se configurando como um bom mercado consumidor para as empresas do mundo todo tendo em vista que a globalização proporcionou novas opções para o consumo. Nos países em desenvolvimento, tal classe está em ascensão, no entanto, segundo (Sheth, 2001), essa classe tem os seguintes fatores que podem potencializar o consumo:

1. Insegurança – sentem seus empregos instáveis, seus recursos inadequados para cuidar de sua saúde e emergências, e que a polícia e os tribunais exercem sobre eles uma vigilância excessiva e hostil;

2. Desamparo – sentem que não tem força política e que, em virtude de seu baixo grau de instrução e de suas experiências de vida limitadas, estão sujeitos aos caprichos dos outros;

3. Fatalismo – Sentem que seus destinos não estão em suas mãos e que o acaso, a sorte ou outros elementos controlam seu futuro;

4. Orientação para o presente - Como percebem uma falta de controle pessoal sobre os eventos futuros, sentem que devem mais é aproveitar a vida e deixar que o futuro cuide de si mesmo.

Para Andreassen (*apud* SHETH, 2001,p.177) “essas atitudes são responsáveis por os pobres acumularem dívidas, não economizarem e comprarem de forma insensata sem desprender os esforços necessários para obter bons valores de preços”. No caso brasileiro, além das atitudes apontadas acima, observa-se também uma fidelidade às marcas e a determinados produtos supérfluos que, principalmente pela imposição da mídia, criam um padrão de vida baseado no consumo.

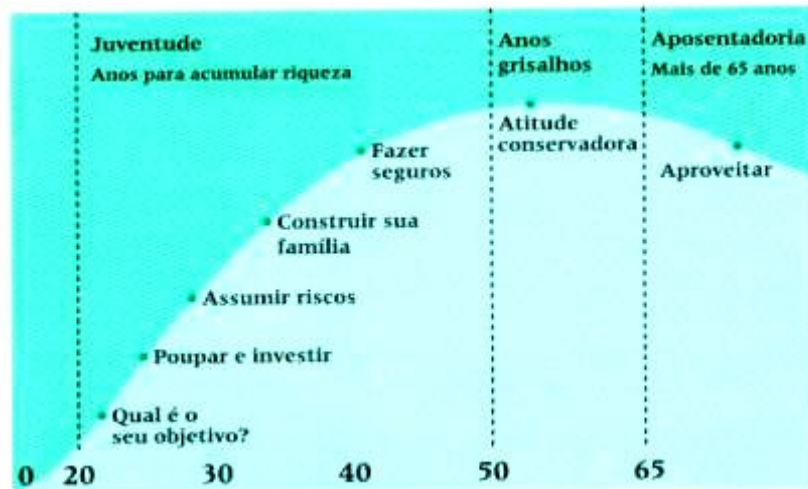
Conforme Rossetti (1997), outra hipótese importante para entender o consumo é a Hipótese dos Ciclos de Vida. Nela o horizonte de vida das pessoas define o consumo, ou seja, inicialmente as pessoas estariam propensas a poupar mais para acumular riquezas para suas necessidades futuras, logo, esta hipótese não vem sendo confirmada nos dias atuais.

O ciclo de vida do indivíduo e das famílias tem grande peso na decisão de consumo, pois, em cada fase da vida há uma demanda diferente de acordo com as necessidades. De acordo com Sheth (2001), o ciclo de vida das famílias tem cinco estágios diferentes e atender a demanda de cada ciclo é fundamental para os fabricantes. Dentre esses ciclos estão:

1. Pessoa jovem e solteira;
2. Casal sem filhos;
3. Casal com filhos;
4. Casal sem filhos novamente (os filhos agora iniciaram seu ciclo), e;
5. Sobreviventes.

As necessidades e os recursos financeiros mudam em cada fase do ciclo de vida e eles devem ser considerados tanto para o consumo como para o investimento, pois, no caso deste, irá influenciar diretamente nos riscos que se pode correr. Halfeld (2001) descreve o risco financeiro e suas atitudes a serem tomadas ao longo da vida conforme segue:

Figura 04: Riscos e atitudes financeiras relacionadas com a idade



Fonte: (HALFELD, 2001)

A idéia de Halfeld (2001) está alinhada à Hipótese dos Ciclos de Vida e em consonância com o ciclo de vida das famílias. O autor aponta que o planejamento e a poupança devem aparecer antes da constituição da família, algo que, muitas vezes, não acontece na prática. Cabe ressaltar que um dos objetivos da Educação Financeira é fazer com que as pessoas entendam os riscos e as atitudes que devem ser tomadas em cada fase do seu ciclo de vida.

Outro conceito chave na proposta de educação financeira é o Desenvolvimento Sustentável que Shumidheiny (*apud* ROSSETTI, 1997) chama de Ecoeficácia. Tal conceito tem ganhado força nos últimos anos e influenciando positivamente na questão do consumo.

Harvey (2002) afirma que produção de consumo pode ser atingida, em primeiro lugar, pela ampliação do consumo existente; em seguida, pela criação de novas necessidades mediante a extensão das já existentes. Em terceiro lugar, pela criação de novas necessidades. Tal análise é preocupante, pois, ao se criar necessidades sem sustentabilidade, os recursos naturais poderão não suportar a demanda. Logo, é preciso desenvolver ações que promovam o equilíbrio do consumo para que não haja um colapso. Ou seja, seria necessário uma redefinição nos padrões de consumo para que o planeta suporte a demanda da população existente.

Tanto o Estado como algumas empresas estão se esforçando para contribuir com a questão ambiental, contudo, o fator educação ainda é preponderante e decisivo para um resultado mais efetivo nesse processo. De acordo com Caetano (2005), há conceitos, como o consumeirismo por exemplo, que visam tornar os consumidores menos dependentes do consumo. Decorrentes do consumeirismo, o consumeirismo verde e o consumeirismo ético orientam aos consumidores a comprarem produtos que não agridam o meio ambiente. Ainda para Caetano (2005), a educação do consumidor deve considerar dimensões ambientais, econômicas e sociais.

[...] por que comprar? Uma pergunta curta e que requer uma reorientação na consciência dos indivíduos: um novo eixo de imagem de si e do outro; do tempo passado, presente e futuro; do próximo e do distante; de causa e efeitos; de saúde e de doença; de saudáveis de doentes; enfim, toda uma transformação no conjunto de premissas para a existência humana (CAETANO, 2005, p. 55).

A Análise de Valor é outro fator a considerar para se entender o consumo. Colenci Jr. (2008) aborda esta questão de forma clara através de uma matriz de decisão para determinar o valor de troca, ou de mercado, de um produto ou serviço. Segundo ele, deve-se atribuir um determinado peso ao valor funcional do produto ou serviço que se pretende adquirir e outro peso ao valor estético (que varia de acordo com cada indivíduo). A soma destes dois valores seria o valor de troca do produto. Na visão do consumidor este valor de troca resultaria na decisão entre adquirir ou não o produto ou serviço, entretanto, a eficiência da publicidade e a questão do consumo conspícuo¹⁰, descrita por Weblen no século XIX, podem potencializar o valor estético do produto, distorcendo o processo de análise. Sheth (2001) exemplifica a diferença clara entre estes dois segmentos de valores através da aquisição de um automóvel.

[...] dois valores de desempenho muito comuns que as pessoas buscam em um automóvel são a segurança e a confiabilidade.[...] Além disso, como o carro é um produto altamente visível, alguns clientes procuram um carro que tenha valor social. [...] O valor emocional deriva de uma dimensão de personalidade, na qual alguém poderia dizer: "Acho que este carro foi feito para mim". (SHETH, 2001, p 89).

¹⁰ O conceito de consumo conspícuo está atrelado ao consumo por *status*, ou seja, para demonstrar riqueza.

Ainda no tocante ao valor dos produtos e serviços, Sheth (2001) acrescenta que o valor também está expresso em economia de tempo, dinheiro e esforço físico, além de atender as necessidades do cliente.

Conclui-se, conforme foi apresentado, que a teoria econômica é um pilar onde pode-se sustentar grande parte dos conceitos relacionados à Educação Financeira. O entendimento das escolas econômicas, das leis, princípios e conceitos econômicos, evidenciam o comportamento atual dos agente financeiros¹¹ e explicam parte de suas atitudes.

2.2 Psicologia

Os estudos sobre finanças comportamentais tem se desenvolvido bastante a partir de Kahneman e Tversky (*apud* ROGERS, FAVATO e SECURATO, 2008). Os autores questionaram através da “Prospect Theory” a racionalidade das decisões financeiras teorizada pela economia. O conceito de racionalidade, segundo Rossetti (1997), diz, em síntese, que ao decidir economicamente escolhe-se o mais útil e proveitoso, ou seja, o consumidor/investidor está propenso a escolher o melhor custo benefício, entretanto, não é o que tem se observado dos agentes financeiros. Ao contrário, as decisões tomadas pelos agentes, tanto com relação ao consumo quanto nos investimentos, segundo Rogers, Favato e Securato (2008), estão baseadas em fatores menos racionais e mais emocionais do que se acreditava.

Para Gade (1988) a teoria econômica tem sido encarada como insuficiente uma vez que não é operacional. Para ela, seu enfoque principal é voltado para o produto e não para o consumidor e, principalmente, por não levar em conta outras variáveis do consumidor em nível individual e social.

Os novos pensamentos econômicos discordam da economia tradicional que tem como princípios a maximização e a racionalidade dos sujeitos econômicos. Esta visão da economia recebe um tratamento puramente matemático, logo, a

¹¹ Consideram-se agentes financeiros, todos os participantes do mercado, seja como indivíduo, empresa ou setor público.

matemática não pode explicar os motivos do comportamento. “A economia comportamental vem descobrindo que o comportamento humano econômico é muito mais emocional do que se pensava, e também mediado por processos fisiológicos corporais, neurológicos e hormonais” (CAMARGO, 2010, p.104).

Kurtzman (1995) destaca que um dos motivos do fator “razão” estar em decadência no campo econômico é a ausência do dinheiro real e o crescimento da virtualização. Segundo ele “caminhamos para a morte do dinheiro”, tendo em vista que o dinheiro tangível representa menos de 20% da economia real. Para esse autor, o dinamismo da economia virtual mudou os padrões das relações de troca.

Considerando as variáveis não racionais do processo de tomada de decisão dos agentes econômicos, alguns estudos da psicologia aplicado ao *marketing* tem demonstrado bastante resultado ao utilizar de estratégias e técnicas para potencializar o valor intangível dos produtos e sua identificação com o consumidor em potencial.

Com relação ao estudo comportamental nas finanças, pode-se dividi-lo em duas vertentes principais:

1. As Finanças Comportamentais, ou *Behavioural Finance*, que tem seu foco voltado para as decisões de investimentos e são objeto de estudo da área financeira.

2. Estudos sobre Comportamento do Consumidor, que visa estudar, segundo Sheth (2001), os fatores que resultam em decisões e ações no campo do consumo e são priorizados nos cursos de *Marketing*. Para Solomon (2002, p.24), o estudo sobre comportamento do consumidor “é o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, usam ou dispõem de produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazer necessidades e desejos”.

O estudo do comportamento do consumidor vem ganhando terreno em um modelo econômico global em que o lucro é a motivação maior. Nesse sentido busca-se não só criar novas necessidades de consumo, mas, muitas vezes, descobrir a vulnerabilidade do consumidor.

Segundo Kotler (1998), as necessidades e desejos do indivíduo estão dentro dos conceitos centrais do *marketing* e são interligados. Para o autor estes desejos, na realidade, são as necessidades moldadas pela cultura e características individuais, ou seja, conforme a sociedade evolui os desejos de seus membros aumentam e a exposição a novos objetos despertam o interesse.

Para a sociologia, as necessidades nascem de comparações relativas e, na visão de Durkheim (*apud* COHN, 2006), há uma normalidade relativa entre certos grupos sociais, ou seja, as necessidades que podem ser fundamentais para alguns, já estão superadas para outros, dependendo de sua classe social.

Maslow (1975) aborda a hierarquia das necessidades na sua teoria da motivação. Para ele, todos têm necessidades, antes de tudo, fundamentais, que estão ligadas à sobrevivência, por exemplo, a alimentação. Estas necessidades ligadas ao corpo são as primeiras a serem atendidas pelo consumidor, contudo, cabe ao *marketing* contribuir para a decisão do que consumir, ou seja, o indivíduo pode alimentar-se com “arroz e feijão” ou com um “*Big Mac*”.

A necessidade de segurança também faz parte das necessidades básicas, em virtude disso cria-se, muitas vezes, principalmente através da mídia, uma sensação de insegurança para que se consuma bens ligados a essa indústria.

As necessidades sociais ou de afeto como amizade, amor, compreensão aparecem, segundo Maslow (1975), após as necessidades anteriores serem satisfeitas. As necessidades de auto-estima e auto-realização, que são consideradas, segundo a teoria da motivação, como necessidade de crescimento, na atualidade vem sendo bastante explorada pela publicidade, pois estas necessidades são infinitas. “Essa tendência pode ser expressa como o desejo de a pessoa tornar-se sempre mais do que é e de vir a ser tudo o que pode ser” (MASLOW, 1975, p.352).

Figura 05 – Pirâmide de necessidades de Maslow



A mídia televisiva tem uma participação importante na potencialização das necessidades, pois define padrões que geralmente são inatingíveis para grande parte dos telespectadores, mas desperta a busca por estes padrões que são rapidamente incorporados pela sociedade. Para Solomon (2002), não é necessário nenhuma alfabetização para usar o rádio e a televisão e, principalmente nesta, alguns produtos como remédios e alimentos, por exemplo, parecem ter propriedades mágicas e sugerem a felicidade eterna com baixo custo.

Para Colenci Jr. (2004) pode ser perigoso a busca pela satisfação total das necessidades através do consumo, pois afeta diretamente a relação de valores da sociedade, sobretudo das famílias que, segundo ele, tem reflexo na saída delas de seu *habitat* natural e, conseqüentemente, perda da qualidade de vida.

Numa época de intensificação do consumismo, equivocadamente imposto ao Homem como resposta afirmativa à questão existencial, pretende-se de maneira imediatista e superficial, através do ter, atingir a plena satisfação e o atendimento às demais necessidades humanas (COLENCI JR, 2004).

A teoria freudiana também se faz presente nos estudos do *marketing*. Segundo Gade (1988, p.42), “a teoria freudiana também tem sido objeto do analista de consumo, tanto numa tentativa de se estabelecer motivos intrapsíquicos que levariam o homem ao consumo, assim como no estudo dos apelos mais favoráveis à propaganda”. A autora cita como exemplo um anúncio publicitário veiculado por uma

agência de turismo que apresenta uma moça de biquíni numa praia ensolarada e cheia de coqueiros que diz: “venha e desfrute do que é bom”, possuindo um inegável apelo pelo *id*, que, segundo Freud, rege o princípio do prazer, ou seja, um apelo sexual.

O neuromarketing recentemente também vem ganhando espaço nos estudos relacionados ao *marketing*. Para Camargo (2010), estes estudos são fundamentais para explicar as circunstâncias em que os consumidores agem de maneira inconsistente com a teoria econômica ortodoxa.

É nesse ponto que percebemos a importância, não só de estudos do comportamento do consumidor no aspecto da microeconomia e os movimentos deste em relação a poupança, aos investimentos, mas também na lembrança, na escolha, na tomada de decisão e no consumo de produtos, serviços e até ideias. Assim surge o neuromarketing, uma área de pesquisa do comportamento do consumidor ligada a todos os aspectos da comunicação e do marketing em todos os meios; do produto, inclusive a percepção da marca; do preço e também da distribuição, o que inclui as estratégias exibitória no ponto de venda. São estudos que verificam se as ações do marketing realmente têm o efeito a que se propõe. (CAMARGO, 2010, p.160).

O avanço natural da ciência e da tecnologia traz a inovação em todos os sentidos, tanto para os produtos quanto na forma de vendê-los, contudo, deve-se ressaltar a importância da responsabilidade do *marketing* na divulgação dos produtos e serviços para que o processo de troca não se torne desleal, afetando diretamente o consumidor. Práticas como o uso de mensagens subliminares, bem como propagandas que tem como foco o público infantil ou apelos sexuais deveriam ter regulamentação específica.

Com vistas à racionalização do processo do consumo, Solomon (2002) propõe alguns estágios para o processo de tomada de decisão por parte do consumidor. Esses estágios seriam:

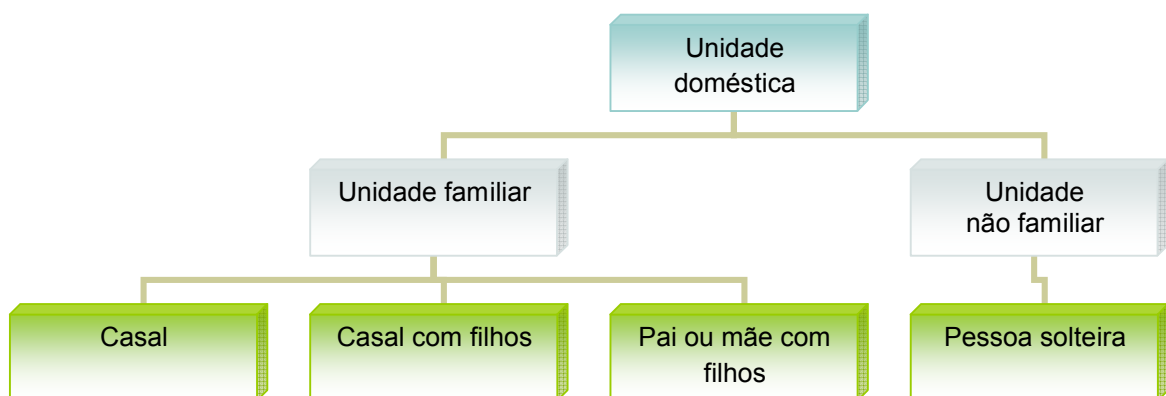
1. Reconhecimento do problema;
2. Busca de informações;
3. Avaliação de alternativas;
4. Escolha do produto, e;
5. Resultados (pós-compra).

Kotler (2005) comunga com o autor citado e destaca a importância da informação nos cinco estágios do processo de tomada de decisão. Entretanto, o que se observa na atualidade é um consumidor que deixa o vendedor reconhecer seu problema, levar-lhe as informações e escolher-lhe o produto. Pode-se adotar este processo como processo passivo de tomada de decisão. Com relação aos resultados, ou seja, o pós-compra, o consumidor ve-se desamparado, tanto pelo vendedor, como pela legislação no caso de arrependimento, restando a ele, aumentar sua carga de trabalho para arcar com os prejuízos.

Os diferentes estágios no processo da tomada de decisão sofrem a influência de diversos fatores como: social, cultural e outros fatores, dentre os quais, a família. De acordo com Sheth (2001, p.564) “os filhos influenciam nas compras familiares não apenas quando eles próprios são os usuários dos produtos, mas também para produtos destinados ao consumo das famílias”.

Tendo em vista a importância da família para o consumo, o autor supracitado descreve o que o mercado chamou de unidades domésticas, sendo elas subdivididas em familiares e não familiares. Tal divisão é essencial, tanto para a fabricação de produtos específicos quanto para o estudo do comportamento de cada unidade doméstica, no sentido de direcionamento dos produtos comercializados.

Figura 06: Divisão das unidades domésticas



Fonte: (Sheth, 2001 pg.531)

Na prática, o que se observa é um crescimento das unidades “não familiar”, ou seja, das pessoas solteiras, tanto pelo número elevado de separações, quanto por um retardo nos processos de união conjugal. Isso explica a preocupação das empresas como de alimentos, por exemplo, em atender tal segmento com produtos em pequenas embalagens e de fácil preparo. O fato é que, com o aumento da carga de trabalho do indivíduo e o oferecimento de produtos de fácil manuseio, as unidades domésticas familiares também passam a investir nessa linha de produtos incentivando o aumento da produção e criando um ciclo.

As visões do *marketing* no sentido de potencializar os lucros, além focar o ciclo de vida do indivíduo e das unidades familiares, também se preocupa com o ciclo de vida do produto. Nesse sentido, cabe ao *marketing* reverter um panorama natural onde os produtos e as pessoas tem seus ciclos de consumo bem definidos e tentar modificá-los, com estratégias que, para Kotler (2005) devem ter os seguintes objetivos:

1. Criar a consciência de produto e gerar a experimentação;
2. Maximizar a participação no mercado;
3. Maximizar os lucros defendendo a participação no mercado;
4. Reduzir os gastos e tirar o máximo da marca.

Na realidade, o que se observa é um grande esforço por parte das empresas em divulgar e fortalecer as suas marcas buscando vender seus produtos e serviços, contudo, pouco se observa, exceto nos discursos, uma preocupação com a boa prestação de serviços, a satisfação do cliente e a preocupação com o meio ambiente. A falta de qualidade em busca do maior lucro e a insatisfação, que não deveriam ser fruto do capitalismo ou da política neoliberal, tornaram-se comuns e aceitáveis pelos consumidores que tem cada vez menos opções de escolha.

A Educação Financeira cresce em importância nesse cenário, pois vai além de, simplesmente, tratar tópicos econômicos e financeiros, mostrando uma visão crítica com relação ao consumo e tendo papel decisório na orientação para o conhecimento de necessidades e adequação às perspectivas financeiras.

Verificou-se, portanto, que a variável emoção se destaca nas decisões econômicas, logo, faz-se necessário, com urgência, a instrução dos consumidores para gestão adequada de suas finanças e uma melhor análise numérica no processo de escolha para que se aumente a racionalidade e disciplina financeira.

2.3 Contabilidade

A operacionalização da gestão financeira pessoal através da contabilidade é o objetivo desta seção. O enfoque será dado em ferramentas que servirão de suporte na escrituração, análise e tomada de decisão financeira.

Com relação ao campo de atuação da contabilidade fica claro, segundo Ludícibus (1998), que ela, na qualidade de ciência aplicada, com metodologia própria, pode ser perfeitamente aplicada a gestão financeira da pessoa física da mesma maneira que é aplicada à empresa e à união. Contudo, por diversos fatores, estes conceitos estão muito distantes da pessoa física e também das micro e pequenas empresas, pois, segundo Piveta (2004), grande parte delas não tem nenhuma espécie de controle financeiro e acabam por envolver o orçamento familiar na empresa e vice-versa. Nesse sentido, ferramentas como Fluxo de Caixa, Orçamento e Balanço Patrimonial e conceitos como Bens, Obrigações, Ativos e Passivos, tornam-se viáveis na gestão dos recursos pessoais ou da empresa familiar.

[...] poucas empresas se preocupam com o fluxo de caixa, o que é paradoxal, pois na atual conjuntura econômica em que a competitividade do mercado está cada vez mais acirrada, o mínimo que se espera de uma empresa é o controle do fluxo de caixa (PIVETA, 2004, p.3).

Não se pretende aqui avançar nos estudos da contabilidade, porém, trabalhar alguns conceitos genéricos e aplicáveis ao cotidiano torna-se necessário para que se implemente uma maior racionalidade às questões financeiras.

Segundo Padovese (2004), o objetivo da contabilidade é o controle de um patrimônio. Para isso dividiu-se o patrimônio em: bens, direitos e obrigações. Os dois primeiros constituem a parte positiva de seu patrimônio, chamado Ativos. As obrigações são as dívidas, tanto para a pessoa física ou jurídica, ou seja, os Passivos.

O Patrimônio Líquido, para Padovese (2004), é a diferença entre os ativos e passivos. Espera-se de uma boa gestão econômico-financeira que se tenha sempre patrimônio líquido positivo, seja na empresa ou na unidade familiar. No caso da pessoa física e da micro empresa, um balanço patrimonial anual fará com que seja observada a real situação de crescimento ou decréscimo, permitindo-se fazer os ajustes necessários para a saúde financeira da entidade. “Balanço Patrimonial reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no final do ano ou de um período pré-fixado”(IUDÍCIBUS, 2002, p. 176).

A Escrituração, de acordo com Ferrari (2003), é a técnica contábil que registra os fatos contábeis usando o método das partidas dobradas registradas em razontes¹². Para os registros destas contas, que para a pessoa física equivale a suas despesas cotidianas, é fundamental que se tenha claro conceitos como:

1. Receitas: são as entradas de caixa proveniente das vendas, da prestação de serviço ou derivadas de juros auferidos em aplicações financeiras. Para Kiyosaki (2000) receita é a composição de todos os rendimentos obtidos através do trabalho.

2. Despesas: são os gastos indispensáveis para a realização das atividades básicas como alimentação, saúde e transporte. Segundo Kiyosaki (2000), as despesas podem ser classificadas em despesas fixas e despesas variáveis. Complementando a classificação das despesas, alguns autores destacam as despesas eventuais. As despesas fixas são os gastos que, em grande parte das vezes, pode-se estipular uma média, como o consumo de energia elétrica. As despesas variáveis são compostas de gastos não regulares, podendo ser previstos, como a compra de um livro, por exemplo. Os gastos eventuais não são possíveis prever e decorrem de situações aleatórias como um defeito no automóvel, ou uma enfermidade. As despesas eventuais são um bom argumento para se ter uma reserva financeira em caixa.

¹² Razonetes é o diminutivo de livro de razão, que é uma forma de se registrar os dados contábeis de maneira didática.

3. Investimentos: faz-se necessário conhecimento sobre os tipos de investimentos existentes, taxa de remuneração líquida¹³, liquidez¹⁴ e riscos inerentes a cada aplicação para que se faça um bom registro de suas contas, sobretudo para diferenciar o que faz ou não parte do patrimônio.

De maneira geral, “investimento é qualquer ato ou ação que implique renunciar recursos no presente na expectativa de obter mais recursos no futuro” (OLIVIO, 2008, p.15). De acordo com esta definição percebe-se que a aquisição de um bem como um imóvel ou um automóvel somente será um investimento caso se tenha como objetivo a sua valorização no futuro. Para fins contábeis comprar um automóvel só será considerado investimento caso haja retorno financeiro, como a realização de serviços de transporte ou carga, ou a possibilidade de vendê-lo por um preço mais alto que o preço da aquisição, caso contrário, será computado sua desvalorização e seus eventuais custos.

É importante também que se registrem os encargos financeiros relacionados aos investimentos. É comum, principalmente nos investimentos de renda variável, onde os custos para se investir são mais elevados, não se registrar corretamente os custos mensais do investimento causando uma distorção no balanço financeiro.

O Orçamento Pessoal é o planejamento das ações financeiras a serem seguidas em determinado período. Apesar de seguir alguns preceitos da contabilidade um orçamento pode ser feito livremente, no caso da pessoa física, de acordo com as necessidades e disponibilidade de tempo de cada indivíduo. A periodicidade de elaboração deste orçamento pode basear-se na periodicidade de entrada caixa do indivíduo, da família ou da empresa, por exemplo: o indivíduo que recebe mensalmente deverá elaborar uma planilha de orçamento mensal. Para fins de pessoa física uma planilha de orçamento poderá ser confeccionada em termos de orçamento previsto, que é o planejamento financeiro para o próximo período, e orçamento realizado, que assume a função do razonete e fluxo de caixa para o período passado.

¹³ Taxa livre de impostos e de administração

¹⁴ Capacidade de transformação do investimento em espécie de forma rápida.

Para Santos (*apud* SILVA e FERREIRA, 2006), Fluxo de Caixa é uma ferramenta que permite planejar e controlar os recursos financeiros, prevendo eventuais dificuldades e carências. O fluxo de caixa, expresso sob a forma de orçamento pessoal, é a maneira mais eficaz de ter um controle efetivo de seus recursos. É através de uma planilha bem elaborada que se observa, realmente, para onde está sendo alocado os recursos. Uma análise criteriosa desta planilha permite corrigir eventuais problemas orçamentários e traçar novos objetivos e metas para o futuro.

Tabela 06: Modelo de planilha de orçamento

Mês:		Ano:	
		Valor	%
Descrição			
Receitas		Saldo Anterior	
		Renda principal	
		Renda secundária	
		Renda extra	
		Receita total	
Despesas fixas	Habitação	Aluguel	
		Condomínio	
		Prestação	
		Impostos	
		Total habitação	
	Alimentação	Supermercado	
		Padaria	
		Feira	
		Total alimentação	
	Despesas variáveis	Cartão de Crédito	
Combustível			
Celular			
Lazer			
Total despesas variáveis			
Despesas eventuais	Farmácia		
	Viagem		
	Manutenção do carro		
	Total despesas eventuais		
Balço	Despesas totais		

O modelo de planilha de orçamento apresentado deve ser analisado a cada período pela técnica da Análise Vertical que, para Matarazzo (*apud* SILVA e FERREIRA, 2006) consiste na análise do percentual de cada item e relacioná-lo ao conjunto para verificar o percentual que cada conta representa do todo¹⁵.

Como visto, as ferramentas disponibilizadas pela contabilidade são fundamentais para a previsão e o controle das receitas e despesas, tanto numa empresa privada quanto para o setor público, e ainda, em uma unidade doméstica, seja ela representada pela família ou pelo indivíduo.

2.4 Matemática Financeira

A Matemática Financeira, assim como a Matemática Básica, é uma importante ferramenta nas questões do cotidiano. O raciocínio cartesiano¹⁶, desenvolvido principalmente através da matemática, pode diminuir a subjetividade nas decisões e, conseqüentemente, acrescentar valor à racionalidade. Conceitos como porcentagem e regra de três são pilares da matemática financeira sendo de grande valia para as comparações de preços entre produtos, verificar taxas de rendimentos, entre outros.

Segundo Gimenes (2006), o valor do dinheiro no tempo deve ser considerado em qualquer decisão, seja para consumir ou para acumular. Através da taxa de juros aplicada calcula-se o valor de determinada quantia monetária após um espaço temporal pré definido entre os negociadores.

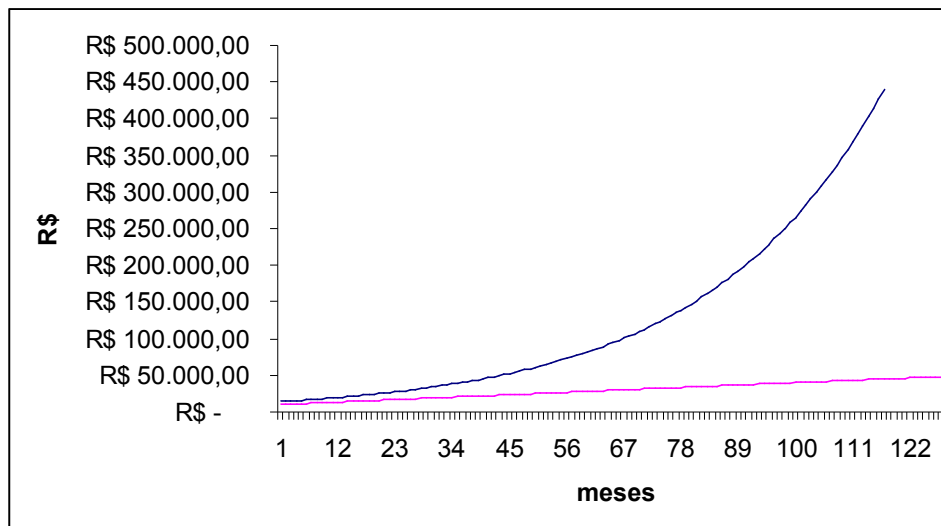
Segundo Crespo (1995), no mercado financeiro são aplicadas as taxas de juros simples e compostas, sendo que a primeira é utilizada em pequena escala, apenas em algumas operações de curto prazo, como em operações realizadas com cheque especial, por exemplo. A aplicação da taxa de juros simples, consiste em um rendimento linear do capital inicial aplicado, enquanto os juros compostos corrigem um valor presente considerando o incremento dos juros a cada fração inteira do

¹⁵ O Apêndice deste texto traz um modelo de planilha completa com as referências percentuais

¹⁶ O pensamento cartesiano baseia-se na razão para a solução de problemas e tem como referencia René Descartes, matemático e filósofo francês.

período estipulado entre as partes. O gráfico a seguir mostra a diferença através do tempo entre os juros simples e composto. Observa-se que ao fazer uso das taxas de juros há uma evolução no montante do capital inicial envolvido na transação. A evolução será proporcional ao valor da taxa de juros e ao tempo da aplicação. Estes juros podem ser usados contra ou a favor do investidor com a mesma magnitude.

Gráfico 06: Juro simples e juro composto



Através de uma calculadora ou de uma planilha eletrônica é possível fazer simulações e cálculos antes de tomar uma decisão financeira. É possível, por exemplo, calcular:

1. O Valor Final ou Valor Futuro (FV) a ser pago por um produto ou investimento em um determinado tempo, tendo em vista a taxa de juros praticada;
2. O Valor Final ou Valor Futuro a ser pago ou resgatado depois de parcelas mensais e iguais, tendo em vista os prazos e as taxas de juros;
3. O tempo para atingir o montante necessário para uma renda perpétua, levando em conta o valor presente (PV) aplicado e a taxa de juros praticada no investimento, ou ainda, o valor presente que se deve aplicar, unicamente ou em parcelas mensais para atingir um objetivo proposto;
4. As taxas de juros de um financiamento ou investimento de acordo com o tempo de operação;

5. Cálculos de juros diversos com cartão de crédito, cheque especial e financiamentos em geral que são parte da rotina¹⁷ do consumidor e do investidor.

Outro ponto importante a ser abordado pela matemática financeira é a forma de amortização, ou seja, a quitação de dívidas, sejam elas de curto, médio ou longo prazo, na data do vencimento ou antecipadamente.

Para Cerbasi (2010), o custo do dinheiro no Brasil inviabiliza as operações de crédito, sobretudo no longo prazo, como é o caso do financiamento imobiliário, por exemplo.

Se um trabalhador canadense ganha três mil dólares e mantém sua família com dois mil e quinhentos, ele poupará quinhentos dólares mensais até ter uma poupança suficiente para dar entrada na sua casa, ou no seu carro, ou em um bem de luxo dos seus sonhos. Ele passará a gastar agora os quinhentos dólares no pagamento das prestações do novo bem, até quitá-lo.[...] Isso é perfeitamente possível, pois, com juros baixos, o valor pago nas prestações é muito pequeno. Com isso o canadense ou o norte-americano estarão sempre procurando maximizar seu padrão de vida consumindo, pagando em prestações e adquirindo bens que, quando quitados, o tornarão uma pessoa mais rica. No Brasil ocorre o mesmo comportamento do consumidor, porém o efeito final é contrário: quando o bem é quitado, o indivíduo está mais pobre.[...]. Como os juros de nossa economia são elevados, faz um ótimo negócio quem primeiro poupa e deixa o dinheiro crescer para depois consumir, aproveitando ainda grandes barganhas por pagar à vista. O cidadão ingênuo que apressa seu bem-estar adquirindo bens financiados paga grande parte do valor das prestações em juros. [...] A falta dessa percepção gera um efeito muito ruim para a economia: famílias cada vez mais pobres, sem capacidade de deixar heranças, limitando fortemente o poder de consumo. Ao invés de comprar bens com nosso suado salário, pagamos juros, que não nos trazem valor nenhum além de aliviar a afobação de consumo. Há anos o Brasil é um dos melhores países do mundo para se investir. Os juros não caem, em grande parte porque há muitas famílias e empresas endividadas. O dinheiro é escasso e custa caro (CERBASI, 2010).

Entender como é feito o cálculo dos juros e os planos de amortização existentes tornam-se importantes na elaboração de um plano adequado de aquisição de bens de consumo. Segundo Gimenes (2006) os sistemas de amortização mais utilizados no Brasil são:

1. O Sistema de Amortização Constante (SAC), utilizado sobretudo para o financiamento imobiliário e o Sistema de Pagamentos constantes. Ao financiar pelo sistema SAC o consumidor sabe exatamente o quanto paga de amortização, pois é

¹⁷ As fórmulas matemáticas para o cálculo estão no apêndice deste trabalho.

a divisão do saldo devedor pelo número de parcelas. Os juros são recalculados a cada período sobre o saldo devedor remanescente. Nesse caso, como o saldo devedor tende a diminuir, a taxa de juros *idem*. Sendo o valor da amortização constante, o valor total da parcela tende a diminuir.

2. O sistema PRICE, de acordo com Gimenes (2006), é bastante usado para financiamentos de automóveis e produtos, geralmente com prazos mais curtos. No sistema PRICE, o valor da parcela é sempre constante, amortizando-se menos no início do plano, o que torna sua quitação, muitas vezes, inviável antes de determinado período.

Ao observar as planilhas de simulação de financiamento imobiliário, disponíveis nos *sites* de alguns bancos,¹⁸ ve-se que não constam informações suficientes sobre o valor dos juros pagos no período do financiamento, observa-se também o peso dos encargos e tarifas extras, o que dificulta a análise racional e tomada de decisão por parte do comprador. Para ilustrar, segue a descrição de uma simulação de compra de uma casa financiada no valor de R\$ 100.000,00.

Como dados iniciais do simulador foram preenchidos o tipo do imóvel como sendo residencial e novo, no valor de R\$ 100.000,00, a ser financiado por uma família cuja renda seria, hipoteticamente, de R\$ 4.000,00. Considerou-se que o tomador possuía três anos de trabalho no regime Fundo de Garantia para Tempo de Serviço (FGTS). O tipo de taxa de juros escolhida foi a pré-fixada, pois, segundo o órgão financiador, escolhendo esta opção não há limites no valor da renda ou no valor do imóvel, também não há restrição quanto a possuir outro imóvel ou já ter utilizado o saldo do FGTS em outra aquisição. Foi escolhida em seguida a opção de seguros oferecida pelo próprio agente financiador tendo em vista que o valor das parcelas seria mais baixo (a contratação de um seguro é obrigatória, segundo o financiador). A taxa de juros efetiva desta operação foi de 12,1% ao ano, o prazo de financiamento simulado foi 180 meses e o valor da entrada, estipulado pelo próprio financiador, foi de R\$ 30.000,00.

¹⁸ No Apêndice deste texto consta uma planilha completa da simulação de compra do imóvel

Como resultado da simulação a planilha retornou que a primeira parcela deste financiamento seria de R\$ 1.105,00 e a última de R\$ 1.083,36. A composição da primeira parcela do financiamento é dada por:

1. Amortização: que é o valor abatido do saldo devedor: R\$ 388,39;
2. Juros: calculado sobre o saldo devedor de cada período, R\$ 669,47;
3. Seguro contra morte ou invalidez permanente, R\$ 12,46;
4. Seguro para danos físicos, R\$ 9,18 e,
5. Taxa de administração, R\$ 25,00¹⁹.

O valor da parcela é decrescente devido os juros serem calculados sobre o saldo devedor remanescente. A tabela a seguir mostra detalhes do financiamento.

Tabela 07: Simulação de financiamento imobiliário

Carta de Crédito SBPE – Taxa Pré-Fixada	
Valor do Imóvel R\$	100.000,00
Prazo Máximo	180 meses
Sistema de Amortização	SAC
Cota Máxima Financiamento	70%
Valor de Entrada	R\$ 30.00,00
Valor do Financiamento R\$	70.000,00
Prazo Desejável	180 meses
Juros Nominais	11,4766% a.a.
Juros Efetivos	12,1000% a.a.
1ª Prestação	R\$ 1.105,00
Ultima Prestação	R\$ 1.083,36

Fonte: CEF

Nesta simulação o valor total do imóvel a ser pago em 180 meses foi de R\$ 168.270,68, sendo que R\$ 30.000,00 foram pagos de entrada, R\$ 7.683,89 foram pagos de seguros e taxas, R\$ 60.586,72 foram pagos de juros e 70.000,00 corresponde ao valor do capital emprestado que foi amortizado.

¹⁹ Os dados completos da simulação e as planilhas originais encontram-se no Anexo deste trabalho

Caso o consumidor optasse por não comprar o imóvel, mas alugá-lo, o valor do aluguel deste imóvel na região pesquisada seria de aproximadamente R\$ 500,00²⁰. Fazendo a diferença entre o valor das parcelas que seriam pagas no financiamento e o valor do desembolso mensal do aluguel, após seis anos ter-se-ia o valor de R\$ 34.010,29 (desconsiderando a possibilidade de reinvestir este dinheiro). Admitindo que o valor de entrada (R\$ 30.000,00) fosse aplicado a uma taxa fixa de 1,2% a.m, ter-se-ia um valor de R\$ 70.813,84 ao final de seis anos. Estes dois valores somados resultariam em um montante de R\$ 104.842,13.

Vê-se, portanto que aplicando o valor da entrada em um investimento de renda fixa, como Títulos da Dívida Pública Federal, por exemplo, atingir-se-ia, hipoteticamente, mesmo pagando-se o aluguel, o valor desejado para a aquisição do imóvel em menos da metade do período do financiamento. Caso fosse considerada a diferença entre o valor da prestação e o valor do aluguel reinvestido mensalmente, ter-se-ia, em média, um investimento mensal de R\$ 472,36, que renderiam aproximadamente um montante de R\$ 49.955,39 num prazo de 72 meses, considerando a mesma taxa do investimento anterior.

Há de se observar que, seja num plano de amortização constante (SAC) utilizado para aquisição de imóveis, ou num plano de amortização crescente (Price), utilizado na compra de veículos, o valor da parcela da amortização em relação ao montante financiado é bastante baixo. Este fator acarreta um aumento do valor dos juros, principalmente nos períodos iniciais da aquisição do bem. Tal fato aliado à elevada taxa de juros torna, muitas vezes, esta aquisição inviável.

Outra possibilidade de aquisição de imóveis, automóveis e outros bens seria o consórcio, que é um sistema de compra parcelada onde o valor do bem é dividido por um grupo de participantes e organizados por uma administradora. No caso do imóvel acima citado no valor de R\$ 100.000,00, o consorciado pagaria, segundo a média do mercado, 150 parcelas de R\$ 760,00. Num estudo comparativo entre a aquisição de um automóvel cujo valor é de R\$ 28.000,00 através do pagamento à vista, financiamento ou consórcio, tem-se os seguintes resultados:

²⁰ O valor do aluguel foi obtido através de pesquisas em imobiliárias da cidade onde foi realizada a simulação.

Tabela 08: Comparativo de desembolso na compra de um automóvel²¹

Prazo	Valor à vista	Consórcio	Financiamento sem entrada com taxa de juros média de 2% a.a.
Hoje	R\$ 28.000,00	-	-
Em 6 anos	-	R\$ 33.367,62	R\$ 142.127,00

Pode-se observar através da tabela que as opções de pagamento à vista ou através de um consórcio pode ser muito vantajoso para o consumidor caso se tenha disponibilidade financeira, na primeira hipótese ou possibilidade de esperar para usufruir o bem em questão, na segunda alternativa. Entretanto, a falta de planejamento e disciplina faz com que, cada vez mais, pessoas optem pelo financiamento, cujo montante do endividamento cresce mais rápido que seu patrimônio, com isso, mesmo conseguindo quitar seus bens, estas pessoas ficam com um patrimônio menor, pois foi corroído pelas taxas de juros.

Portanto, de acordo com o que foi relatado, a matemática financeira está estritamente relacionada com o tempo, logo, aquele que souber utilizá-la em seu favorecimento, usando o tempo como aliado, poderá obter bons resultados financeiros.

Este capítulo buscou entender o processo e a necessidade da Educação Financeira no Brasil através de conceitos da Economia, Contabilidade, Psicologia e Matemática Financeira. Ao passo que a Economia e Psicologia definiram os aspectos teóricos do tema. A Matemática e a Contabilidade deram o suporte operacional para o assunto em voga.

²¹ Consórcio simulado pelo banco Bradesco e taxa de juros de financiamento determinada pela média fornecida pelo Bacen, excluindo IOF (ver anexo)

3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO PROFISSIONAL

3.1 Considerações gerais

Este capítulo tem por objetivo estruturar conceitos de educação financeira de forma que possa ser aplicado por professores que atuam na educação profissional, em outros segmentos do ensino, e ainda, na formação continuada de professores, podendo ser utilizado também como programa educacional em empresas ou instituições públicas

O fato deste conteúdo ter tópicos independentes possibilita sua aplicação:

1. Como uma disciplina optativa;
2. Como curso de extensão;
3. Como curso livre;
4. Como atividades extracurriculares ou complementares;
5. Como tema transversal em disciplinas que possibilitem sua aplicação, como a Matemática Financeira, por exemplo²²;
6. Como um curso de pós graduação.

Para que este conteúdo seja desenvolvido como uma disciplina, de acordo com Santomé (1998, p.55), essa disciplina deve preencher uma série de requisitos. Para ele “uma disciplina é uma maneira de organizar e delimitar um território de trabalho, de concentrar pesquisas e as experiências dentro de um determinado ângulo de visão”. Sob esta ótica a Educação Financeira pode ter *status* de disciplina, com conteúdo e metodologia própria.

A Educação Financeira promovida através de um curso de extensão, tem amparo na lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, onde no art. 42, observa-se:

As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, lei 11.741 art. 42).

²² A forma que será aplicada o conteúdo deverá ser definida pelos gestores ou, no caso de atividades extracurriculares e interdisciplinares, pelo professor ou instrutor da disciplina.

A opção pelos cursos livres pode ser aproveitada por empresas que desejarem aplicar os conceitos de educação financeira através de seus próprios programas de educação.

Vê-se, portanto, que não há razão para não serem desenvolvidos programas de educação financeira pelos canais educacionais, pois há diversas formas de ser feito sem prejuízo do conteúdo formal dos cursos.

O currículo pode ser organizado não só em torno de disciplinas como costuma ser feito, mas de núcleos que ultrapassam os limites das disciplinas, centrados em temas, problemas, tópicos, instituições, período histórico, espaços geográficos, grupos humanos, ideias, etc (SANTOMÉ, 1998, p.25).

Ao observar a questão dos currículos ocultos propostos por Sacristán (2002), ou seja, os temas não prescritos, surgem algumas ideias para abordagem da Educação Financeira no ensino profissional como tema transversal ou como atividades extracurriculares, por exemplo:

1. Palestras com profissionais especializados. Instituições como a Comissão de Valores Mobiliários, CVM; a Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa, e o Banco Central oferecem palestras gratuitas para instituições de ensino;

2. Leituras temáticas. O aluno deve ser incentivado a buscar leituras instrutivas e fazer resenhas sobre o assunto;

3. Visita as Instituições como a Bovespa, Casa da Moeda, Bancos, entre outras;

4. Iniciação Científica. Cabe aos professores fomentar a pesquisa científica entre alunos;

5. Discussão Dirigida. O professor poderá mediar, em alguns momentos da aula, algumas discussões sobre economia e finanças de acordo com a realidade dos alunos;

6. Jogos e simuladores. Existem vários jogos e simuladores que ensinam aos participantes noções sobre o mercado financeiro. Tais jogos e simuladores poderiam ser aplicados como tarefas ou trabalho extraclasse.

Cabe ressaltar que, apesar de existirem diversos *softwares* para auxiliar no planejamento orçamentário e de investimentos, como por exemplo, o “simulador de sonhos”, disponível no *site* da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), tais ferramentas não são utilizadas no cotidiano das instituições de ensino para estimular o controle financeiro. Mesmo em disciplinas como a Matemática Financeira, cujo contexto torna sugestivo a realização de atividades práticas sobre planejamento financeiro pessoal, foi verificado um excessivo rigor acadêmico nos livros didáticos em detrimento a falta de situações reais do dia a dia financeiro do aluno. Alguns livros recentes trazem os cálculos em Excel e na calculadora HP12C, contudo, o distanciamento da realidade dos alunos torna estas ferramentas um obstáculo ainda maior para o aluno.

3.2 O Ensino Profissional

A Educação Profissional foi escolhida para aplicação deste conteúdo pelos seguintes fatores:

1. Maturidade dos alunos em receber estas informações comparada a alunos de ensino fundamental e médio. “O novo aluno do Ceeteps passa a ser preponderantemente o jovem, com mais de 19 anos (59,94%), com o ensino médio já concluído (70,74%), com renda familiar de até cinco salários mínimos (45%)” (PETEROSSO, 2001, p.78).

2. Necessidade devido a faixa etária, onde os jovens estão vulneráveis a adquirir bens como automóveis ou produtos supérfluos que, caso não sejam planejados, poderão ocasionar problemas financeiros futuros. Dados do Instituto Gastão Vidigal apontam que, em 2009, o número de jovens endividados entre 18 e 25 anos cresceu 8%. Alguns bancos fazem parcerias e se instalam em instituições de ensino com o objetivo de captar clientes que, muitas vezes, não tem maturidade para adquirir um cartão de crédito, por exemplo.

3. Rapidez na formação e na entrada no mercado de trabalho. Geralmente este aluno já está no mercado de trabalho. Segundo Peterossi (2003), o número de alunos do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEETPS) que já estavam trabalhando era de 48,43% no ano de 2001 ;

4. Possibilidade de retransmitir estes conhecimentos nos seus locais de trabalho e implantar uma nova cultura financeira nas empresas. Segundo Menino (2004 p.15), “[...] as áreas da ciência, engenharia, administração, marketing, consultoria, ensino, mídia e entretenimento, os profissionais recebem a delegação da responsabilidade antes reservada a gerência média”.

3.3 Objetivos do conteúdo

O objetivo do conteúdo apresentado é a melhoria da qualidade de vida por meio de uma melhor gestão dos recursos financeiros pessoais.

Como objetivo específico deste programa tem-se a preparação do indivíduo para:

1. Conhecer os aspectos teóricos que envolvem o planejamento financeiro em nível pessoal;
2. Desenvolver a capacitação para o domínio as ferramentas básicas da matemática, da contabilidade e da informática que irão auxiliar no processo de gestão dos recursos;
3. Promover a capacidade de racionalizar a decisão de compra e de investimentos através do conhecimento dos principais produtos financeiros existentes no mercado;
4. Desenvolver a disciplina trabalhando aspectos comportamentais na relação homem/dinheiro;
5. Implantar a cultura do consumo consciente e da poupança em detrimento a cultura consumista observada na atualidade;
6. Promover a cultura de longo prazo em oposição a cultura imediatista contemporânea.

3.4 Competências e Habilidades

O processo de educação financeira prima para o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências:

1. Compreender, interpretar e analisar informações anunciadas sobre produtos e serviços comparando com similares, principalmente, nos quesitos qualidade e preço;
2. Compreender os conceitos de desejo e necessidade humana conhecendo-se a si próprio e buscando cada vez mais a racionalidade e disciplina nas decisões;
3. Compreender, interpretar e analisar dados de sua situação financeira através de comparações matemáticas como porcentagem, por exemplo;
4. Posicionar-se de modo ético nas relações de consumo;
5. Construir cenários futuros relacionados às finanças pessoais;
6. Saber negociar;
7. Exercer seus direitos e cumprir seus deveres de consumidor;
8. Conhecer os tipos de investimentos existentes, os riscos inerentes a cada tipo de investimento e como analisá-lo da maneira mais adequada para seu perfil;
9. Saber reconhecer o seu perfil de investidor e consumidor.

3.5 Estruturação do conteúdo

Visando atingir os objetivos propostos, buscou-se orientar o assunto por eixos temáticos que, de acordo com Pádua (2008), evita o fazer pedagógico espontâneo, mecânico e repetitivo, facilitando a organização dos assuntos de forma ampla e abrangente, servindo como uma espinha dorsal e evitando divagações. Tais eixos temáticos independentes e correlacionados, possibilitam um trabalho flexível na aplicação do conteúdo. Segue uma descrição dos cinco eixos temáticos propostos, sua ementa e conteúdo programático.

Eixo 01 – O contexto histórico da Educação Financeira

Ementa: Nesse eixo temático o aluno deverá conhecer a evolução histórica do comércio, do trabalho, da economia e da psicologia e sua influência nas atitudes financeiras da sociedade atual.

Tópicos abordados

1 Aspectos históricos e econômicos

1.1 Os principais pensadores e leis da economia e suas influências no modelo econômico atual

1.1.1 Do escambo ao capitalismo

1.1.2 Lei da oferta e da procura

1.1.3 Lei da escassez

1.1.4 Smith, Keynes, Marx e outros

1.2 O capitalismo e a influência da globalização

1.3 O surgimento dos bancos e a história do dinheiro

1.4 O Plano Real e sua importância para a economia Brasileira

1.5 Os Efeitos das crises financeiras mundiais

2 A psicologia no consumo

2.1 As necessidades segundo Maslow

2.2 O apelo sexual da propaganda

2.3 Como o *marketing* utiliza a psicologia

2.4 A mídia e o consumo

2.5 As mensagens subliminares

2.6 As questões culturais do consumo

2.7 Analfabetismo funcional e financeiro

Eixo 02 – Os principais conceitos relacionadas à Educação Financeira

Ementa: Discutir a situação contemporânea da Educação Financeira refletida através das estatísticas realizadas pelos grandes centros e institutos de pesquisas. Entender como a Educação Financeira é definida e quais os principais órgãos responsáveis por ela no Brasil e no mundo.

Tópicos abordados

1 Principais pesquisas sobre consumo realizadas no Brasil e seus órgãos responsáveis

1.1 Pesquisa sobre Orçamento Familiar (POF) – IBGE

1.2 Índice do Custo de Vida (ICV) - DIEESE

1.3 Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) - FECOMÉRCIO.

1.4 Pesquisa de Projeções Macroeconômicas e Expectativas de Mercado - FEBRABAN.

2 Conceito da Educação Financeira segundo a OCDE e conceitos recorrentes

3 Medidas adotadas no Brasil com base nas determinações da OCDE

4 Os responsáveis pela Educação Financeira no Brasil.

4.1 Responsabilidade do Ministério da Justiça e Função do IDEC

4.2 Responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Função

INMETRO

4.3 Responsabilidade do Ministério da Previdência Social

4.4 Responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente e PPCS

4.5 Responsabilidade do Ministério do Trabalho

4.6 Funções e responsabilidades das Instituições Financeiras

4.7 Função do PROCON

5 As Três principais fontes de renda do Brasileiro: serviço público, iniciativa privada e Empreendedorismo –vantagens, desvantagens, riscos e oportunidades.

5.1 – Linhas de crédito e apoio ao empreendedor: SEBRAE, BNDES, Banco do Povo, Nossa Caixa Desenvolvimento.

Eixo 03 – Os aspectos legais da Educação Financeira

Ementa: Conhecer a estrutura do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, o Código de Defesa do Consumidor, a legislação tributária e previdenciária e a legislação do mercado financeiro.

Tópicos abordados

- 1 O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – Estrutura, funções e responsabilidades.
- 2 O Código de Defesa do Consumidor e os principais direitos do consumidor
- 3 A legislação tributária no Brasil
 - 3.1 Finalidade dos impostos
 - 3.2 Quanto se trabalha por período para pagar impostos
 - 3.3 O Imposto de Renda
- 4 Legislação Previdenciária no Brasil
 - 4.1 Tipos de previdência
 - 4.2 Direitos do beneficiário
- 5 Legislação do Mercado Financeiro
 - 5.1 Pessoas e instituições autorizadas a investir dinheiro de pessoa física ou jurídica
 - 5.2 Responsabilidade dos agentes do mercado

Eixo 04 – A Educação Financeira no cotidiano

Ementa: Entender como praticar o consumo consciente e ético através de técnicas de contabilidade e de matemática financeira e como relacionar este tema à saúde, meio ambiente, publicidade e qualidade de vida.

Tópicos abordados

- 1 Consumo consciente e ético
 - 1.1 Como buscar informações sobre produtos ou serviços e sobre seus fornecedores
 - 1.2 Responsabilidade social das Empresas
 - 1.3 Pirataria
- 2 Consciência e reflexão antes de consumir
 - 2.1 Diferença entre desejo (querer) e necessidade (precisar)
 - 2.2 Evitar consumos em períodos de picos de demanda
 - 2.2.3 Frutas em épocas de clima desfavorável à produção
 - 2.2.4 Roupas e presentes em datas comemorativas
 - 2.2.5 Combustível de origem vegetal na entressafra

3 Pesquisa sobre as melhores taxas e serviços financeiros e taxas de juros praticas pelas instituições financeiras

4 A publicidade e sua influência no consumo

4.1 Do adulto

4.2 Do idoso

4.3 Do jovem

4.4 Da criança

4.5 Ausência de regulamentação da propaganda

5 A questão ambiental

5.1 Resíduos

5.2 Recursos não renováveis

5.2.1 Como economizar água e energia elétrica

5.2.2 Como pesquisar preços em lojas e supermercados

5.2.3 Como evitar o desperdício

5.2.4 A importância da coleta seletiva de lixo

5.3 Consumo de Medicamentos

5.3.1 Como economizar nos medicamentos

5.3.2 Riscos do uso indiscriminado do medicamento

5.3.3 O descarte dos medicamentos inutilizados

6 Qualidade de Vida

6.1 Consequências do trabalho excessivo

6.2 Terceirização da educação dos filhos

6.3 Mudança de hábitos e valores

6.4 Planejamento para curto prazo, médio prazo e longo prazo

(Casamento, filhos, viagens, compra da casa, compra do carro, aposentadoria, seguros e planos de saúde)

7 Dívidas

7.1 Identificação das dívidas

7.2 Negociação de dívidas (plano de quitação)

8 Bancos, tarifas bancárias, cartões de crédito e cheques

9 Técnicas contábeis

9.1 Balanço Patrimonial (ativos e passivos)

9.2 Orçamento

9.2.1 Proventos

9.2.2 Identificação das despesas fixas

9.2.3 Identificação das despesas variáveis

9.2.4 Identificação das despesas eventuais

9.2.5 Planilha de Orçamento Pessoal

9.3 Análise do Orçamento relacionada com o valor da hora de trabalho

10 Matemática Financeira

10.1 O valor do dinheiro no tempo

10.2 Calculo de juros, porcentagens e regra de três

10.3 Planilhas para simulação de empréstimos e financiamentos
(tabelas price e sac)

10.4 Planilhas para simulação de investimentos com capitalização
única ou periódica

10.5 Calculo de descontos e acréscimos

10.6 Calculo de retorno de investimentos

10.7 Aquisição de imóvel e veículos

10.8 O efeito da inflação sobre o consumo e o investimento

Eixo 05 – Investimentos

Ementa: Conhecer as expectativas, riscos e possibilidades relacionadas às modalidades de investimentos existentes no mercado financeiro e ao empreendedorismo.

Tópicos abordados

1 Conceito de investimentos

2 Estrutura e agentes do Sistema Financeiro Nacional

2.1 CVM

2.2 BACEN

2.3 BOVESPA

2.4 Bancos

2.5 Corretoras

2.6 Tomadores, poupadores, investidores e especuladores

3 Principais tipos de investimentos

3.1 Renda fixa

- 3.1.1 Poupança
- 3.1.2 CDB
- 3.1.3 Fundos
- 3.1.4 Títulos Públicos
- 3.1.5 Debentures
- 3.1.6 Previdência Privada
- 3.2 Renda Variável
 - 3.2.1 Mercado Imobiliário
 - 3.2.2 Mercado à vista
 - 3.2.3 Mercado Futuro, à Termo e Opções
- 4 Riscos relacionados aos investimentos
 - 4.1 Risco de Mercado e Risco Específico
 - 4.2 Gestão do risco
- 5 Perfil do investidor e sua relação quanto ao risco
 - 5.1 Conservador
 - 5.2 Moderado
 - 5.3 Arrojado
- 6 Taxas e Tributações nos investimentos
- 7 Bolsa de Valores
 - 7.1 Produtos oferecidos pela bolsa de valores
 - 7.2 Corretoras de Valores
 - 7.3 O Mercado de ações
 - 7.4 *Home broker*
 - 7.5 Simuladores do mercado financeiro
- 8 Tipos de Análises
 - 8.1 Análise Fundamentalista
 - 8.2 Análise Técnica
- 9 Psicologia aplicada ao Mercado Financeiro (finanças comportamentais)

O conteúdo proposto deve ser aplicado de acordo com o nível de conhecimento prévio dos alunos e o objetivo específico que se pretenda alcançar, ficando a metodologia de aplicação, os recursos didáticos e a carga horária a serem definidas pelo instrutor da disciplina.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir os resultados da pesquisa de campo comparando-os com os dados obtidos na pesquisa bibliográfica para que, posteriormente, seja apresentada a conclusão e algumas sugestões de propostas relacionadas ao tema discutido.

4.1 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada com 75 alunos de ensino técnico em uma instituição pública de ensino profissional. A idade dos participantes era entre 19 e 34 anos. A pesquisa teve por pretensão ilustrar os dados obtidos na pesquisa teórica. A finalidade da pesquisa foi verificar o comportamento dos alunos com relação ao tratamento das suas finanças. Buscou-se observar se havia planejamento nas decisões de consumo e investimentos, a relação com a qualidade de vida e as informações que os alunos possuíam sobre finanças pessoais. Outra finalidade da pesquisa foi observar, na visão dos alunos, quem são os responsáveis pela Educação Financeira no Brasil.

A pesquisa teve como técnica de coleta de dados um questionário contendo sete questões fechadas do tipo “sim” ou “não”, dentre elas duas ofereciam opções com possibilidades de se escolher mais de uma resposta, conforme questionário constante no apêndice.

4.2 Resultados e discussões

Através dos resultados obtidos na pesquisa de campo, 44% dos participantes declararam não planejar poupança ou investimentos para momentos de dificuldade ou para o futuro e 42% não planejam suas compras, o que sugere que o planejamento, em geral, não faz parte da rotina de muitos jovens.

Gráfico 07: Percentual de alunos que planejam poupança e investimentos

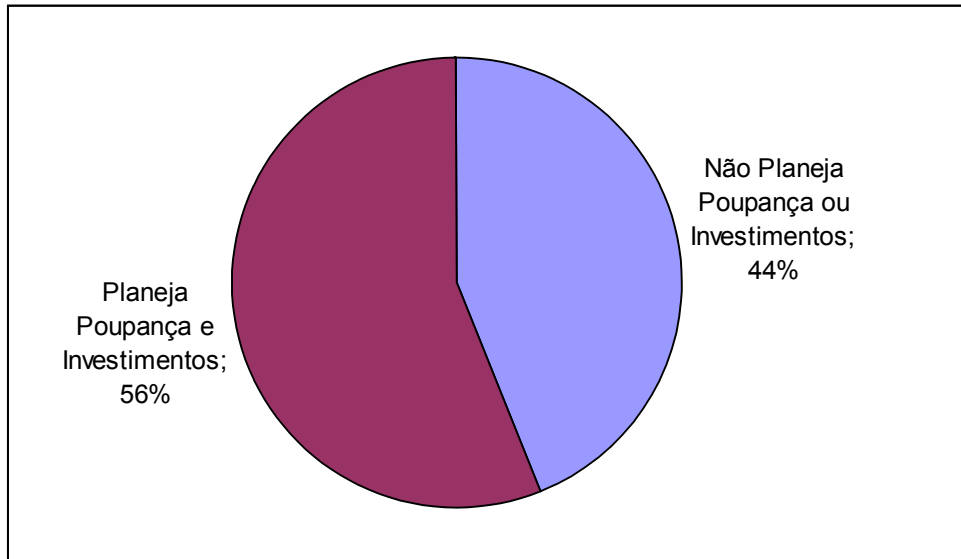
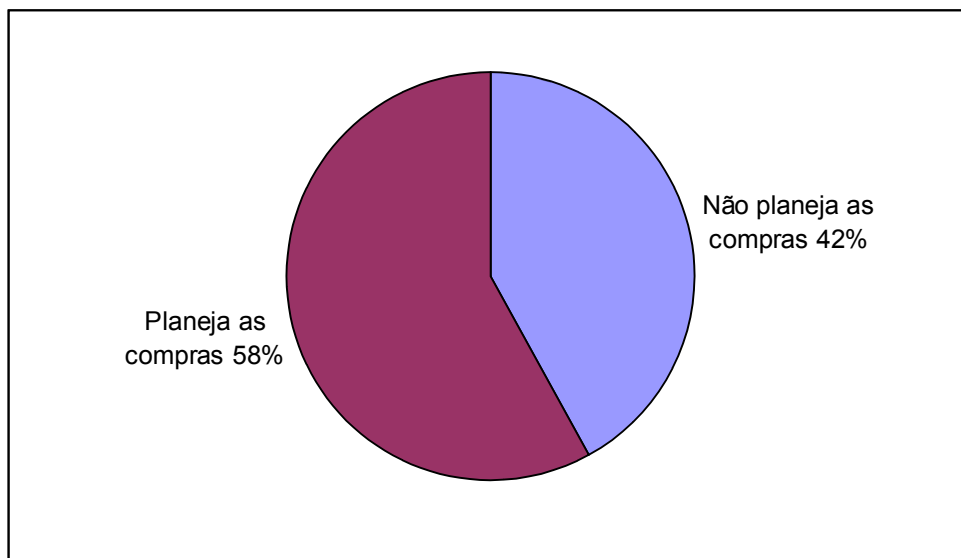
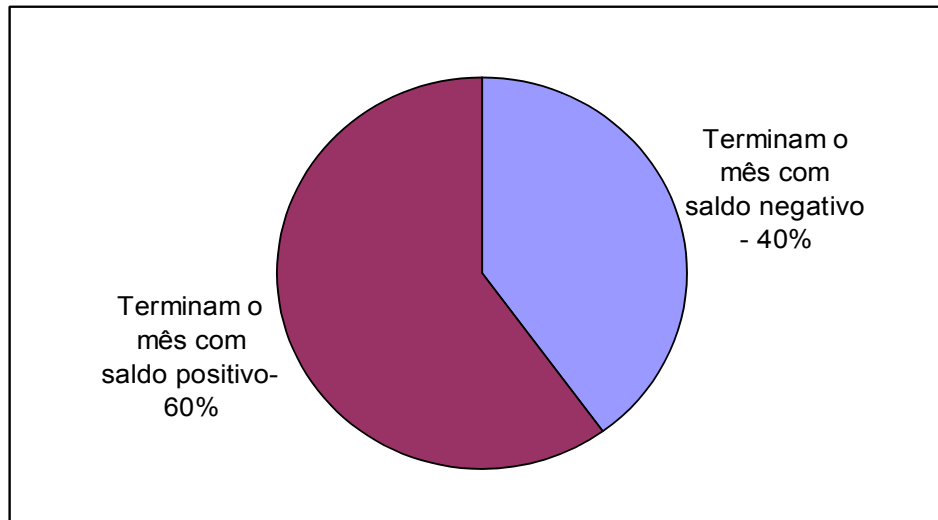


Gráfico 08: Percentual de alunos que planejam suas compras



Cerca de 40% dos jovens terminam o mês com saldo negativo em seu fluxo de caixa pessoal. As respostas dos alunos ilustram o que já havia sido encontrado na teoria, onde cerca da metade da população encontra-se endividada.

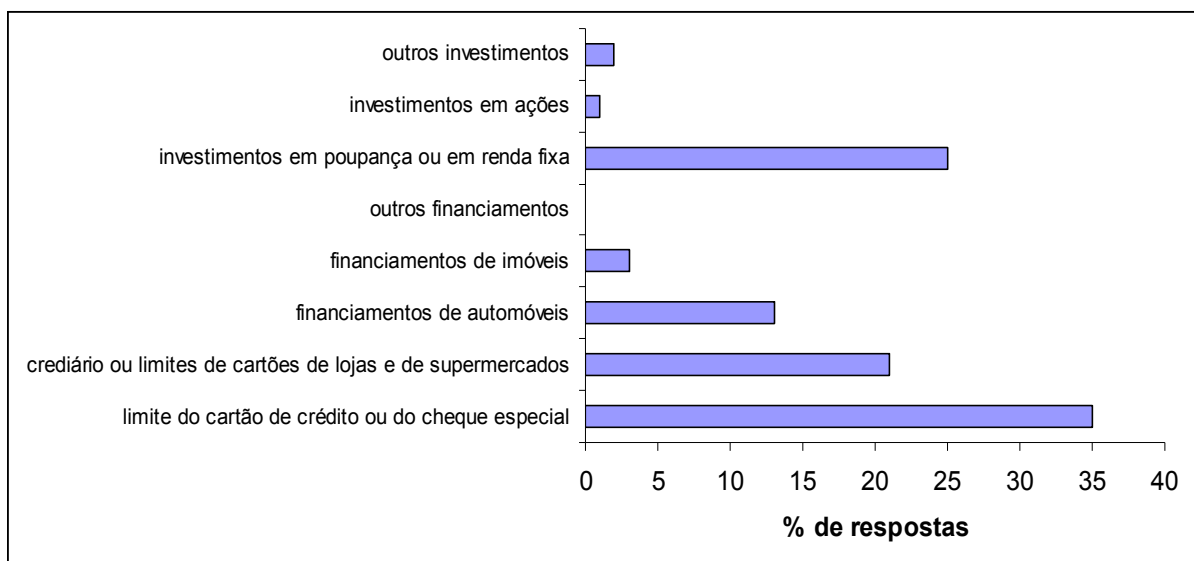
Gráfico 09: Percentual de alunos que terminam o mês com saldo negativo



Com relação aos débitos, o cartão de crédito e cheque especial, juntamente com os cartões de lojas e supermercados, foram os itens mais assinalados pelos alunos, 35% e 21%, respectivamente. Dívidas com veículos totalizam 13% e com imóveis, 3%. O número encontrado corrobora com os dados teóricos que sinalizam para um endividamento crescente dos jovens.

A atitude dos jovens, relacionada ao uso excessivo do cartão de crédito, pode ser resultante da falta de regulamentação do setor ou dos bancos que, através de convenio com as instituições de ensino, se instalam próximo aos alunos oferecendo-lhes produtos e não os instruindo para sua utilização.

Gráfico 10: Principais gastos e investimentos dos alunos

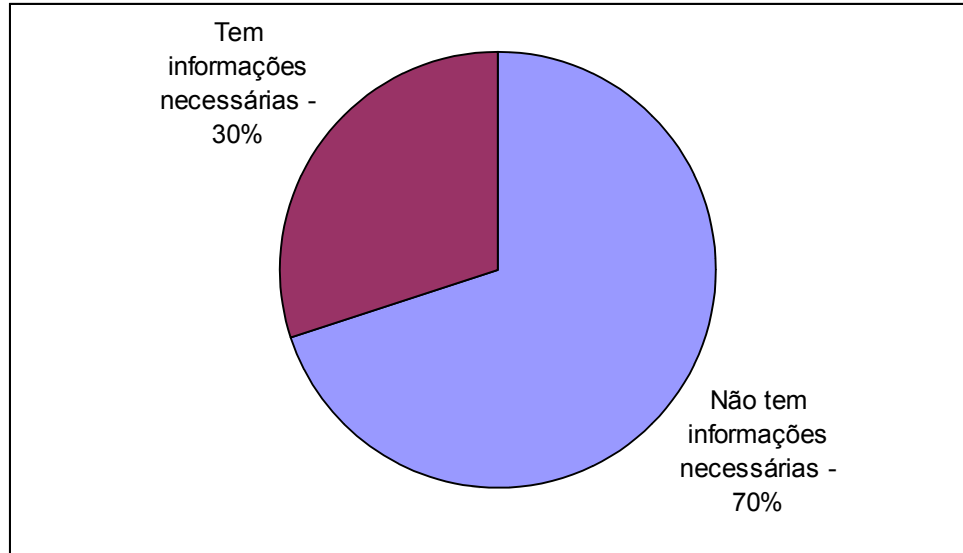


O item investimentos apontou que 25% dos alunos possuem investimentos em renda fixa, número acima da média da população em geral. Contudo, os investimentos em ações foram da ordem de 1%, o que demonstram desinformação dos investidores sobre outras formas de investimentos diferentes de poupança.

Com relação à qualidade de vida, 80% dos pesquisados acreditam que tem relação com a boa gestão das finanças pessoais. Este resultado demonstra que o indivíduo tem consciência de que sua qualidade de vida e a qualidade de vida da sua família têm estreita relação com a sua saúde financeira. No entanto, mesmo tendo consciência, a falta de informação e formação financeira adequada, impede que haja melhorias nas práticas de consumo e de gestão dos recursos financeiros.

Cerca de 70% dos pesquisados disseram não ter informação e formação suficiente para decidir de maneira consciente com relação à melhor forma de utilização do dinheiro, seja no consumo ou nos investimentos.

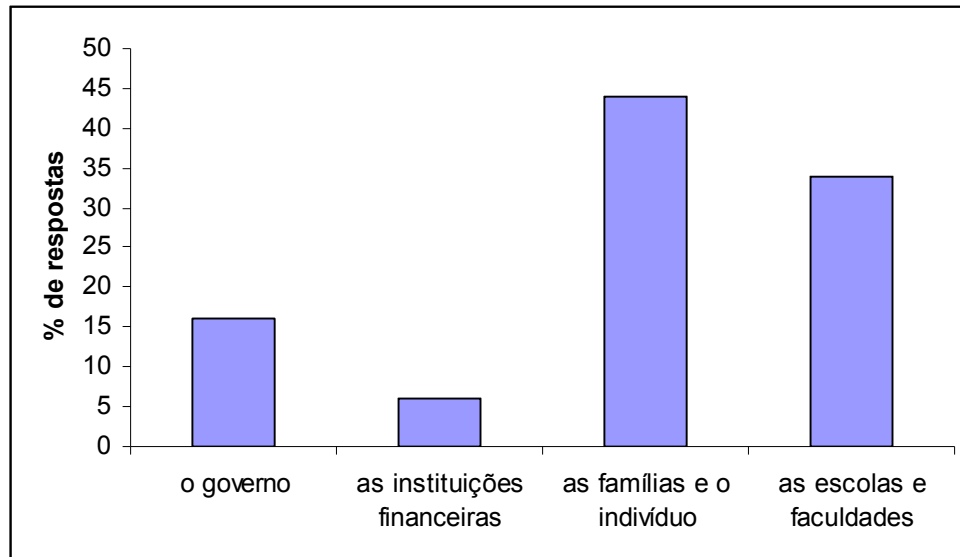
Gráfico 11: Percentual de alunos que não possuem as informações necessárias para tomarem decisões de consumo e de investimentos



Grande parte dos participantes respondeu que as famílias e o indivíduo são os principais responsáveis pela educação financeira, 44%. Outros 34% apontaram a escola como responsável pelo tema e apenas 16% vêem o governo como principal responsável pela educação financeira do cidadão. Tal visão minimiza a cobrança de atitudes e políticas governamentais para um maior desenvolvimento do processo de educação financeira e da regulamentação sobre o assunto. Outros 6% dos alunos

responderam que as instituições financeiras são responsáveis pela orientação de seus clientes.

Gráfico 12: Principais responsáveis pela educação financeira



Quando perguntados sobre o interesse pelo tema tratado, todos responderam positivamente. Nesse contexto observa-se a falha no Estado em não difundir estas informações de forma ampla, seja através do ensino ou de campanhas publicitárias que incite as pessoas a buscarem os benefícios do planejamento financeiro pessoal em detrimento à visão do imediatismo.

CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou apresentar uma proposta coerente com os objetivos da OCDE e da ENEF no sentido de contribuir com a formação econômico-financeira escolar do aluno do ensino profissional. Procurou-se através da pesquisa bibliográfica proporcionar um suporte teórico para o entendimento e desenvolvimento da Educação Financeira nos ambientes de aprendizagem, sobretudo os escolares.

Foram investigadas ações realizadas em diversas esferas do poder público e da sociedade civil que estão contribuindo para o recente processo de construção da identidade da Educação Financeira no Brasil, como as iniciativas dos diversos Ministérios da federação. No entanto, foi constatado que tais iniciativas não estão sendo eficientes por serem isoladas e atenderem interesses particulares.

Foi identificado que a globalização, fruto de uma política neoliberal, os juros altos, bem como o avanço tecnológico e o *marketing* estão influenciando no comportamento do consumidor e potencializando o consumo. Tal influência nesse comportamento vem colocando em dúvida a exatidão das leis econômicas e abrindo novas frentes nos estudos das finanças comportamentais. Nesse sentido, a propagação dos veículos de comunicação em massa, ao invés de fazer um papel positivo no contexto da Educação Financeira, acaba por servir aos interesses do consumo, criando cada vez mais necessidades e acentuando a estratificação social.

Ainda através do referencial teórico observou-se que uma das causas do endividamento pessoal é a falta do planejamento financeiro que, por sua vez, tem como uma de suas origens o fator socio-cultural, no entanto, sua principal causa é a falta de informação e formação econômico-financeira adequada para que se tenha subsídios básicos para se planejar, buscar direitos e usufruir do direito de consumir de forma justa e digna.

Ficou evidenciado o interesse que as pessoas tem pelo controle de suas próprias finanças, logo, não há formação escolar suficiente para que isso seja feito. Tal formação pode ser referida como formação técnica, caracterizada, sobretudo, por conceitos matemáticos, e; formação emocional, que se refere a falta de habilidade para não se iludir pelas estratégias de venda do mercado.

A falta de um marco regulatório, a voracidade pelas vendas e o descaso com a educação, bem como a falta de informações necessárias na tomada de decisão, também ocupam posição de destaque na atual situação de endividamento das famílias. Como consequência tem-se um comprometimento da qualidade de vida, tanto individual como coletiva.

A pesquisa de campo ilustrou o comportamento de alguns alunos do ensino profissional, algumas de suas atitudes e pensamentos com relação ao trato do dinheiro que pode representar um recorte da realidade atual. Os alunos tem plena consciência da importância da Educação Financeira para seu futuro, mas se perdem na sistematização de sua gestão financeira, principalmente pelo pouco contato com o tema.

Tais argumentos apresentados no decorrer do trabalho confirmam a hipótese de que a formação econômico-financeira adequada contribui para um melhor comportamento financeiro e justifica a urgência da implementação da Educação Financeira nos conteúdos escolares, sobretudo no ensino profissional.

Observou-se também que a formação desse aluno/profissional deve ser o mais completa possível e significativa, abarcando várias áreas de conhecimento, inclusive questões pessoais, como é o caso das finanças pessoais.

Baseado nos resultados apresentados neste trabalho cabe sugerir aos governantes e aos gestores escolares dos diversos níveis, algumas recomendações no sentido de minimizar o problema do endividamento e da falta de planejamento financeiro pessoal, a saber:

1. Trabalhar a Educação Financeira nos diversos níveis de ensino, sobretudo, no Ensino Profissional, pois, ele posiciona o jovem rapidamente no mercado de trabalho e esse jovem precisará rapidamente de adquirir maturidade financeira para gerenciar seus proventos;

2. Criar um marco regulatório sobre a propaganda, proibindo atitudes que rompam a fronteira do bom senso quanto a divulgação de marcas e produtos. Este marco regulatório, que nada tem haver com censura, deve agir, principalmente, na organização da veiculação de campanhas publicitárias que tenham crianças como foco direto ou como meio de incentivo para consumo de seus pais;

3. Criar leis de incentivo para fabricantes e prestadores de serviço para que sejam desenvolvidas campanhas de educação de seus clientes no sentido de conhecer os produtos adquiridos, para que seja utilizada todas as suas funcionalidades.

4. Criar leis de incentivo para as empresas assumirem completamente a responsabilidade pelo descarte dos produtos inutilizados;

5. Realização de fóruns e seminários voltados para a Educação Financeira;

6. Incentivar a pesquisas sobre o tema nas universidades através de programas de bolsas de estudo;

7. Promover a inclusão através da Educação Financeira privilegiando ações que envolvam a economia solidária e desenvolvendo práticas de fomento para esta inclusão;

8. Trabalhar a Educação Financeira com os aposentados através de programas oriundos dos planos de previdência social ou privada em parceria com escolas e faculdades, para diminuir os índices de endividamento entre os idosos.

As recomendações mencionadas não excluem a redução, por parte do governo, da taxa básica de juros da economia, reduzindo assim os juros altos sobre os financiamentos, e da carga tributária das empresas para que se possa praticar preços mais justos ao consumidor.

Como já foi dito, as pesquisas na área de gestão financeira pessoal são muito escassas, contudo, é um campo muito vasto para se pesquisar. Como sugestões para futuras pesquisas seria interessante investigar:

1. A relação entre os níveis de educação formal e sua influência na capacidade de gestão do orçamento pessoal;

2. A propensão dos alunos de exatas a investir e organizar suas finanças, por terem, teoricamente, um perfil mais cartesiano;

3. A relação entre idade e melhor capacidade de organização financeira;

4. Quais os métodos mais eficientes aplicados no Brasil e em outros países para gerir o orçamento pessoal;

5. As relações entre a Educação Financeira e a qualidade de vida do cidadão nos aspectos: conjugais, de lazer, de saúde, entre outros.

Como se trata de um tema multidisciplinar, suas pesquisas podem ser incentivadas nas áreas de economia, contabilidade, administração, educação, engenharia, nutrição, matemática, entre outras.

Conforme foi visto na pesquisa, trabalhar o tema Educação Financeira é tarefa complexa e provoca reações diferenciadas de acordo com o interesse em questão, pois, não basta inseri-la no ensino formal e não tomar as medidas cabíveis em outros setores como o da propaganda, por exemplo.

Ao confrontar os dados teóricos da pesquisa com a realidade dos alunos do ensino profissional, pode-se observar um recorte da realidade que exclui e estratifica cada vez mais pela ausência de foco por parte do ensino em geral e pelo excesso de foco da minoria dominante.

Urge, no entanto, a integração das diversas frentes relacionadas a questão abordada, como o Ministério do Meio Ambiente, da Fazenda, da Educação, da Justiça, do Trabalho, ONGs e setores da sociedade civil para que, com as ações unificadas, implemente-se, de fato, a educação, não só financeira, conforme foi tratado, mas uma educação jurídica, tributária, ambiental, moral, cultural, bem como o resgate da verdadeira escola para a vida.

Cabe portanto, às autoridades governamentais, aos gestores da educação e ao indivíduo, fazer o possível para que se alcance uma cultura inovadora de crescimento individual e coletivo através da educação e da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. 3 ed. São Paulo. Moderna, 2006.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 7 Ed São Paulo: Atlas, 2006.

ACADEMIA FINANCEIRA. **Planilhas para planejamento financeiro**. Disponível em: <<http://www.academiafinanceira.com.br>> Acesso em: 12 jan 2011

ANDREATTA, Anna Paula, PIGOSSO, Denise. BADIA, Maurício SCHVIRCK, Eliandro. **Alternativas de investimento para pessoa física**. Mercado Financeiro Brasileiro. UTFPR. Disponível em: < <http://www.pb.utfpr.edu.br/bibliotecadigital/index.php/.../808>> Acesso: 20 Abr 10

BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. **Prevenção e Tratamento do superendividamento** / elaboração de Claudia Lima Marques, Clarissa costa Lima e Karen Bertoncello. Brasília: DPDC, 2010.

_____, Ministério da Justiça. **Código de Defesa do Consumidor**.1990. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7E3E5AAEITEMID1300279F4852429CB3D07998597D7E0BPTBRIE.htm>. Acesso em: 23 Abr 2010.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. PCN(1998). **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília. DF.1998. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> . Acesso em: 23 Abr 2010.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Educação Profissional: Legislação Básica**.5 ed. Brasília. SEMTEC, 2001.

_____, ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/Default.aspx>> Acesso em: 20 Nov 2009.

_____, Ministério da Educação. LDB, **Lei das Diretrizes Bases da Educação**.1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> . Acesso em: 23 Abr 2010

_____. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular da Escola Nacional**. 2007. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7E3E5AAEITEMID1300279F4852429CB3D07998597D7E0BPTBRIE.htm>>. Acesso em: 23 Abr 2010.

_____, Exército Brasileiro. CPEx, Centro de pagamento do Exército. **Programa de Educação Financeira**. Disponível em: <<http://www.cpex.eb.mil.br/>> Acesso em: 20 Nov 2007.

_____, Ministério do Trabalho. **Cartilha sobre Educação Financeira**. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/para/trabalhador/economia/como-poupar>> Acesso em: 12 jan 2011.

_____. Banco Central do Brasil. **Cartilha sobre historia do dinheiro**. 2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/bcjovem/default.htm>>. Acesso em: 20 Nov 2009.

_____, IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares.POF 2008/09**. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/default.shtm>. Acesso em: 10 Jul 2010.

_____, IDEC. **Cartilhas para o consumidor**. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/biblioteca.asp#mcs>> Acesso em: 12 jan 2011.

_____, **PROJETOS DE LEI. Câmara dos Deputados**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_lista.asp?formulario=formPesquisaPorAssunto&Ass1=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira&co1=+AND+&Ass2=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira&co2=+AND+&Ass32=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira&Submit2=Pesquisar&sigla=&Numero=&Ano=&Autor=&Relator=&dtInicio=&dtFim=&Comissao=&Situacao=&OrgaoOrigem=todos > Acesso em: 15 set 2010.

BURGHI, Marcos. **Mais Brasileiros Endividados**. Jornal da Tarde. 19 maio 2010. São Paulo. 2 caderno.p. 5B

BUSCA por crédito ainda supera oferta. **Vai faltar dinheiro para tudo**. Jornal o Estado de São Paulo. 04 de outubro 2010. Caderno de Economia e Negócios.p.B5

CAETANO, Gilberto. **Responsabilidade Social e meio ambiente: Edição customizada**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAMARGO, Pedro Celso Julião de. **Comportamento do consumidor: a anatomia e a fisiologia do consumo**. Ribeirão Preto, SP: Novo conceito, 2010.

CAPACITAÇÃO para competir. **Ensino pós-secundário e sustentabilidade empresarial na América Latina**. Economist Intelligence Unit Limited. Relatório, 2009.

CARVALHO, Valéria de. **Educação matemática: matemática & educação para o consumo**. 1999.Dissertação (Mestrado em Educação: Educação Matemática) — FE, unicamp, Campinas (SP). Orientador: Maria do Carmo Domite. Disponível em: <<http://www.cempem.fae.unicamp.br/prapem/mestrado.htm>> Acesso em: 23 Abr 2010

CERBASI, Gustavo. **Brasil, uma país ainda mais pobre**. Disponível em:<<http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/brasil-um-pais-ainda-pobre.html>>. Acesso em: 12 jan 2011.

_____, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

_____, **A universidade pública sob nova perspectiva**. In: Revista Brasileira de Educação, set-dez. 2003, nº 24, Autores Associados.

CINTRA, Antonio. **Encruzilhada demográfica**. Revista Carta Capital. 07 abril 2010. São Paulo. p.18-23.

COHN, Gabriel. **Sociologia: para ler os Clássicos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007. 224p

COLENCI Jr, Alfredo. **A nobreza da emoção**. 2 ed. São Paulo: Copidart Editora, 2004.

_____. **Livre pensar, é só criar...** São Paulo: Copidart Editora, 2008.

COLENCI, Pedro Luciano et al. **Administração Econômico-Financeira**. Cap.9.p151-184 in: Empreendedorismo Estratégico. Farah O.E.et al(orgs.).São Paulo: Cengage-Learning. 2008.

CRESPO, Antonio A. **Matemática comercial e financeira**. São Paulo: Saraiva 10.ed.,1995.

CUIDADORAS do dinheiro. Jornal o Estado de São Paulo. 21 a 27 de Março 2010. Caderno Especial. Finanças.p.8

D'AQUINO, Cássia F.. **O que é educação financeira**. Disponível em: <http://www.educacaofinanceira.com.br>. Acesso em 30 Abr 07.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia Financeira: A educação financeira como método para realizar sonhos**. São Paulo. Gente. 2008.

ECONOMIA sem frescuras. Jornal o Estado de São Paulo. 02 a 08 de Março 2010. Caderno Especial. p.7

FABRICIO Et AL. **Reestruturação Produtiva, Plano Real e Mercado de Trabalho**. Disponível em :<<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m19t02.pdf>> Acesso: 20 Abril 10

FEBRABAN, **Simulador de sonhos**. Disponível em :<<http://www.meubolsoemdia.com.br/pagina/simulador-de-sonhos>> Acesso em: 30 abril 11.

FECOMÉRCIO. **Análise da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) em setembro de 2010**. Disponível em: <http://www.fecomercio.com.br/?option=com_estudos&view=interna&Itemid=19&id=3217#> Acesso em 24 Set 10

FERRARI, Luiz. **Contabilidade Geral**. Rio de Janeiro. Ed Impetus, 2003.

FIESP. **Informações sobre crédito**. Disponível em: <http://apps.fiesp.com.br/spcred/investimentos.asp>> Acesso em: 03 março 2011

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz, 27.ed., 1996.

GADE, Christiane, **Psicologia do consumidor**. São Paulo: EPU, 1980.

GIMENES, Cristiano Marchi. **Matemática financeira com Hp 12c e Excel**. Pearson Prentice Hall, 2006.

GUNTER, Max. **Os axiomas de Zurique**. Rio de Janeiro. Record, 2006.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor o seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento Educacional, 1 ed., 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

HALLES, SOKOLOWSKI E HILGENBERG, Claudia, Rivelto e Emerson. **O planejamento Financeiro como Instrumento de Qualidade de Vida**. Disponível em: <http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financa_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf. Acesso: 24 nov 2010.

HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade de conhecimento: educação na era da insegurança**. Porto Alegre: Artimed, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HEILBRONER, Robert L. **História do Pensamento Econômico**. Título original: The Wordly Philosfers. Tradução: Theresinha M. Deutsch. São Paulo: Editora nova cultural. 1996.

IGFE - **International Gateway for Financial Education**. Disponível em: <http://www.financial-education.org/dataoecd/8/28/44409678.pdf> . Acesso em: 10 Abril 2010.

ILDICIBUS, Sergio de. **Contabilidade Básica**. 6 ed. São Paulo, Atlas. 1998

INSTITUTO AKATU. **Artigos sobre consumo consciente**. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/>> Acesso em: 12 jan 2011.

INSTITUTO ALANA. **Leis sobre consumo e propaganda**. Disponível em: <http://www.alana.org.br/CriancaConsumo/Legislacao.aspx?>> Acesso em: 12 jan 2011.

IPEA, **Mais da metade das famílias brasileiras tem dívidas**. Disponível em: <<http://www.abril.com.br/noticias/economia/mais-metade-familias-brasileiras-tem-dividas-diz-ipea-592558.shtml>> Acesso em 20 set 2010.

Jornal O Globo, **Tira de Walt Disney**. In: Miranda J.R.-Gestão e Marketing,p.50In-Fólio Ed.Rio de Janeiro.2002.

JURO de imóvel no país é dos mais altos do mundo. Jornal o Estado de São Paulo. 04 de outubro 2010. Caderno de Economia e Negócios.p.B7

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (General theory of employment, interest and money)**. Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992

KILPATRICK, Willian H. **Educação para uma Civilização em Mudança**, 12^a ed. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

KIYOSAKI, Robert T. **Pai Rico, Pai Pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. Rio de Janeiro: Campos, 60 ed., 2000.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas.1998

_____. **Marketing essencial: conceitos, estratégias e casos.** 2º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

KURTZMAN, Joel. **A morte do dinheiro: como a economia eletrônica desestabilizou os mercados mundiais e criou o caos financeiro.** São Paulo: Atlas, 1994.

LAZOTTI, Cristiane. **O que há na bolsa da mulher inteligente? Guia prático de finanças pessoais.** São Paulo. Matrix, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática. Coleção Magistério 2º grau. Série formação do professor.** São Paulo: Cortez, 1991.

LIMA, Murilo Valverde. **Um Estudo sobre Finanças Comportamentais.** RAE-Eletronica, volume2, número1, jan-jun 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n1/v2n1a03.pdf>> Acesso em: 13 set 2010.

LISBOA E AGUIAR. Pedrian C e João José F. **Análise fundamentalista e técnica: duas ferramentas eficazes para a análise de investimentos no mercado de capitais.**In:Anuário da produção científica discente. Vol XI n 12 ano 2008. p611-622. Anhanguera Educacional S.A.

LUIS E ROZENFELD, Sergio e Henrique. **Análise de Valor.** Disponível em:<http://www.numa.org.br/conhecimentos/conhecimentos_port/pag_conhec/analise_de_valores.htm> Acesso em 20 set 2010.

LUQUET, Mara. **O mapa do tesouro direto. Seu guia para ser credor do governo.** São Paulo. Letras e Lucros, 2008.

MARTIN, Érica. **Até que o dinheiro os separe.** Revista Você S/A. Setembro 2010. São Paulo. p.34-43.

MARTINS, José Pio. **A educação Financeira ao Alcance de Todos.** São Paulo. Fundamento Educacional, 2004.

MASLOW, Abraham Harold. **Introdução à Psicologia do Ser.** 2.ed. Rio de Janeiro: Eldorado, s/d.

MATUI, Jiron. **Construtivismo: teoria construtiva sócio-histórica aplicada ao ensino.** São Paulo. Editora moderna. 1995.

MENDES, Michele. **Cartões: desafio para os jovens.** Jornal O Vale. São José dos Campos . 20 jun 2010.Caderno Consumo. p. I13

MENINO, Sérgio Eugênio. **Formação Tecnológica para a Sociedade do Conhecimento.** 2004. 160f. Dissertação de Mestrado em Tecnologia. CEETPS, São Paulo, 2004.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos: Etapas, papéis e atores.** São Paulo. Érica, 2005.

OLÍVIO, Rodolfo Leandro de Faria. **Análise de Investimentos**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2008.

OSER, Jacob. BLANCHFIELD, W. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: editora Atlas, 1983.

PADOVEZE, Clovis Luiz, **Manual da Contabilidade Básica: uma introdução à prática contábil**. 5 ed. São Paulo. Atlas, 2004.

PETEROSI, Helena G. **As novas tecnologias de informação e a prática docente**. In: Revisitando o saber e fazer docente João Gilberto de C. e Helena G.(orgs). São Paulo. Pioneira Thompson Learning, 2005.

_____, **Novas formas ocupacionais e a questão da educação profissional**. In: Revisitando a prática docente: Interdisciplinaridade, políticas públicas e formação. Meneses, João Gilberto de C. e Sylvia Helena S. S. (orgs). São Paulo. Pioneira Thompson Learning, 2003

_____, **Políticas públicas de educação profissional: uma reforma em construção no sistema de escolas técnicas públicas em São Paulo**. In: Políticas Publicas de Educação, Fazenda, Ivani, C. Antonio J. (orgs) SP. Papyrus, 2003.

_____, **Sociedade Trabalho e Educação**. Texto apresentado no seminário “Pessoa e Trabalho na Sociedade Atual”. SP: PUC, 2004 (CD ROM)

PIAGET, Jean. **A Psicologia da Inteligência**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea G. C. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Contez, 2002.

PIVETA, Geise. **A utilização do fluxo de caixa na empresa. Um modelo para a pequena empresa**. In: Revista Eletrônica de Contabilidade. Vol I. N.2. Dez/2004-fev/2005. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIn02/a01vIn02.pdf>> Acesso em: 15 dez 2010.

RAMOS, Guerreiro. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2009

RASSIER, Leandro H. **Entenda o mercado de Ações. Faça da crise uma oportunidade**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2009.

_____, **Aprenda investir na bolsa de valores com ênfase em análise técnica**. 3ed. Apostila. 2009

REZENDE, Sidney. **A maior taxa de juros do mundo**. Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/116009+brasil+possui+maior+taxa+real+de+juros+do+mundo+na+decada>. Acesso em 07 Jan 2011.

RIBEIRO, Et Al. **Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração.** Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/.../385.pdf>>. Acesso em set 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade I e II: Edição customizada.**São Paulo: Saraiva, 2006.

ROGERS, FAVATO E SECURATO, Pablos, Verônica e José Roberto. **Efeito educação financeira no processo de tomada de decisões em investimentos: um estudo a luz das finanças. Comportamentais.** Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoII/04/MFC194.pdf>> Acesso em 20 set 2010

ROSSETTI, José Pascoal. **Introdução à Economia.** 17 ed., São Paulo: Atlas, 1997.

SACRISTAN J.Gimeno. **Educar e Conviver na Cultura Global – as exigências da cidadania.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SAITO, André Taue. **A educação Financeira no Brasil sob a otica da Organização De cooperação e desenvolvimento economico (OCDE)** Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf> Acesso em: 20 Abr 2010.

SANT'ANA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática.** São Paulo: Atlas, 1989.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre. Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1998.

SANTOS, Edno Oliveira, **Administração Financeira da micro e pequena empresa.** São Paulo. Atlas, 2001.

SERASA. **Serasa aponta risco de superendividamento.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/819395-serasa-aponta-risco-de-superendividamento-39-da-renda-no-brasil-vao-para-dividas.shtml>. Acesso em 24 Set 2010.

SHETH, Jagdish N. **Compotamento do Cliente: indo além do comportamento do consumidor/** Jagdish N. Sheth, Banwari Mittal, Bruce I. Newman; tradução Lenita M. R. Esteves; revisão técnica Rubens da Costa Santos. São Paulo. Atlas, 2001.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e Democracia.** Editado por George Allen e Unwin Ltd., Traduzido por Rui Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SILVA E FERREIRA. **O Papel da Contabilidade no Planejamento Financeiro de pessoas físicas.** Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/30992123/O-Papel-da-Contabilidade-no-Planejamento-Financeiro-de>>Acesso em 30 Abr 10

SOLOMON, Michael R. **O comportamento do consumidor: comprando possuindo e sendo.** Trad. Lene Belon Ribeiro.5º Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SOUSA E TORRALVO, Almir F. e Caio F.A **Gestão dos próprios Recursos e a Importância do Planejamento Financeiro Pessoal**. In: VII SemeAd, 2004, São Paulo Disponível em: <http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf> Acesso em 05 maio 2010

SPCBRASIL. **Para manter consumo, jovens se endividam**. Disponível em: <<http://www.spcbrasil.org.br/noticias/detalhe/i/964/noticia/Para+manter+consumo,+jovens+se+endividam>> Acesso em 24 Set 10

THEODORO, Flavio R.F. **O uso da matemática para a educação financeira a partir do ensino fundamental**. Disponível em: <<http://www.ded.ufrpe.br/sipemat/travaux.html>> Acesso em : 23 Abr 2010

TOLEDO, Elaine. **Saiba Mais para gastar menos – Trabalhando a sua inteligência financeira**. São Paulo. Alaude.2007

TOLEDO, Karina. **Pais Falham ao Orientar gastos de pré adolescente**. Jornal o Estado de São Paulo. 20 de junho de 2010.Caderno Vida.p. A23

TOLOTTI, Márcia. **As Armadilhas do consumo: acabe com o endividamento**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2007. p.33

TOSI, Armando José. **Matemática financeira utilizando Excel 2000: aplicável às versões 5.0, 7.0 e 97**. São Paulo: Atlas S.A.1.ed.,2000.

UNIBANCO. **Tabela de Imposto de Renda**. Disponível em: <http://www.unibanco.com.br/vste/_exc/inv/esc/cdb/tad/tir/index.asp>.Acesso em março 2011.

UFC. **Pesquisa do Perfil Sócio-Econômico do Servidor Técnico-Administrativo da UFC** Disponível em:<<http://www.srh.ufc.br/pesquisa.pdf>> Acesso em 05 maio 2010

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: edição customizada**. 2 ed. São Paulo Saraiva, 2008.

VERTUAN, Rodolfo Eduardo. **Ensino de matemática: pedagogia**. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2009.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação Social da Mente. Desenvolvimento dos processos pedagógicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

INFOMONEY. **Número de investidores de varejo na bolsa tem queda em fevereiro**. Disponível em: <http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=2056704&path=/suasfinancas/>. Acesso em março 2011

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Apêndice A - Questionário aplicado na pesquisa

Questionário Sobre Educação Financeira
1) Você planeja uma poupança ou um investimento para os momentos de dificuldades e para seu futuro?
<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> não
2) Você planeja suas compras e, no caso de compras a prazo, calcula os juros e o valor final do produto?
<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> não
3) Geralmente, você termina o mês com saldo positivo?
<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> não
4) Você utiliza, ou utilizou, alguma, ou mais de uma, das opções abaixo? (assinale a que você utiliza com mais frequência).
<input type="checkbox"/> limite do cartão de crédito ou do cheque especial
<input type="checkbox"/> crediário ou limites de cartões de lojas e de supermercados
<input type="checkbox"/> financiamentos de automóveis
<input type="checkbox"/> financiamentos de imóveis
<input type="checkbox"/> outros financiamentos
<input type="checkbox"/> investimentos em poupança ou em renda fixa
<input type="checkbox"/> investimentos em ações
<input type="checkbox"/> outros investimentos
5) Sua qualidade de vida (trabalho, saúde, família) tem relação com uma boa gestão do orçamento pessoal?
<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> não
6) Você considera que possui formação ou informações necessárias por parte dos bancos, da mídia, da escola ou de outras fontes para decidir, de maneira consciente, como utilizar melhor o seu dinheiro, seja para consumir ou para investir?

<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> não
7) Para você, quem é o responsável pela Educação Financeira?
<input type="checkbox"/> o governo, através de leis que regulamentem a propaganda, políticas públicas de Educação Financeira e defesa do consumidor.
<input type="checkbox"/> as instituições financeiras, orientando sobre a melhor forma de utilização dos produtos bancários
<input type="checkbox"/> as famílias e o próprio indivíduo, conscientizando-se e disciplinando-se financeiramente.
<input type="checkbox"/> as escolas e faculdades, ensinando e pesquisando sobre educação financeira.

Apêndice B – GUIA DE GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS

1 Introdução

Este guia tem por finalidade orientar àqueles que desejarem aprimorar seu controle financeiro, partindo de uma possível situação de endividamento, passando pelas formas de capitalização e culminando no investimento. Dentre os principais passos para uma boa gestão de seus recursos tem-se:

2 Guia de Gestão Financeira Pessoal

2.1 Consciência

O primeiro passo para se resolver um problema financeiro é assumi-lo. Muitos têm dificuldade de admitir sua falência, prorrogando seu sofrimento e prejudicando quem está a sua volta. Outros, sequer se dão conta da dimensão do *deficit* em seu orçamento, enganando-se a si mesmo. Portanto, é preciso descobrir a complexidade do problema para então tentar solucioná-lo.

“Enfrentar a realidade talvez seja a forma mais eficiente de resolvermos nossos problemas. E, para isso, temos que estar cientes de qual é nossa situação atual. Um exemplo simples: a reação da maioria das pessoas quando sofre algum tipo de dor ou mal estar é ir ao médico e buscar identificar o que está ocorrendo. Quanto antes conhecermos a doença, mais fácil será a cura. O mesmo se aplica na hora de analisarmos nossas finanças”. (Fonte: Infomoney, 2007)

2.2 Organização

Ao se conscientizar do problema torna-se fundamental a organização para solucioná-lo. Um plano para o pagamento das dívidas com atitudes e prazos bem definidos irá ajudar. Liste todos os débitos e defina qual a prioridade para quitação dos mesmos. Comece pagando as contas que incidam maiores juros, que geralmente são as dívidas de cartão de crédito e cheque especial, se for possível, troque varias dívidas de juros altos, por uma única de juros menores, pois assim as tarifas bancárias também serão diminuídas. Em se tratando de contas atrasadas, tenha uma conversa franca com seus credores e tente negociar novas taxas de juros e prazos. Não tenha vergonha de pechinchar. A tabela 1 mostra um modelo que pode ser usado para fazer um plano de quitação de dívidas.

Tabela 1 – plano de quitação de dívidas

Descrição da Dívida	1	2	3	4	6	7	8	9	10
	Valor inicial da Dívida	Valor mensal da dívida	Número de prestações Da dívida	Taxa mensal de juros	Quantidade de prestações pagas	Quantidade de prestações a vencer	Saldo Devedor Atualizado	Credor	Data da 1ª e Última prestação
	R\$	R\$							
TOTAL									

Fonte: CPEx

Saber quanto está pagando de juros é parte importante deste trabalho de organização das dívidas. A tabela a seguir mostra o valor dos juros nos diversos tipos de empréstimos e o impacto destas taxas após um ano sobre um capital de R\$ 1.000,00.

Tabela 2 – impacto dos juros

Tipo de crédito	Juros médios mensais praticados*	Valor da dívida de R\$ 1000,00 após 12 meses
Financeiras	12,99%	R\$ 4.329,92
Cartões de crédito	10,72%	R\$ 3.394,01
Cheque especial	7,95%	R\$ 2.504,22
CDC	4,83%	R\$ 1.761,27
Empréstimo pessoal	4,50%	R\$ 1.695,88
Empréstimo cooperativo	2,91%	R\$ 1.410,88
Financiamento de autos	2,16%	R\$ 1.292,32
Financiamento imobiliário	1,62%	R\$ 1.212,69

Elimine ao máximo suas despesas, e se for o caso, desfaça-se de algum bem material temporariamente, pois além de eliminar uma prestação mensal, automaticamente será eliminada a despesa causada por esse bem. Eliminar

despesas e mudar os hábitos não é tarefa fácil. Halfeld (2000) expõe a seguinte opinião:

“O maior desafio para construir uma vultosa poupança está na dor que imediatamente é sentida quando se renuncia ao consumo imediato, na esperança de ser recompensada em um futuro ainda mais distante. Para jovens, principalmente, esse é um desafio muitas vezes insuportável”.(Halfeld, 2000).

No processo de organização das finanças devem estar presentes os objetivos e metas a serem alcançados acompanhados de um plano de ações coerentes com sua capacidade de poupança. Por exemplo: caso se tenha o objetivo de adquirir um imóvel, deverá se estipular o valor deste imóvel, o tempo e o valor necessário para poupar o valor da entrada (ou total), os riscos de surgir um imprevisto financeiro, etc. Caso o objetivo seja o pagamento da faculdade ou simplesmente a quitação das dívidas o método deverá ser o mesmo.

Algumas planilhas podem auxiliar o planejamento de metas financeiras. A planilha abaixo ilustra o planejamento de um jovem investidor do mercado de ações, que pretendia alcançar seu primeiro milhão em 15 anos, investindo R\$ 300,00 mensais a uma taxa de juros média de 2,5 % ao mês.

Tabela 3: Simulador de investimento com capitalização mensal

PROGRAMA PARA SIMULAR INVESTIMENTOS			
CAPITAL(C) QUE VOCÊ QUER INVESTIR TODO MÊS:	C =	300	,00 reais
TEMPO (T) QUE VOCÊ QUER INVESTIR (EM MESES):	T =	180	meses
TAXA DE JUROS(em porcentagem)APLICADA AO MÊS :	I =	2,5	%
FORMULA:	$S_n = c * (((1 + (i/100))^t) - 1) / (i/100)$	Total =	R\$ 1.010.061,47 reais

A próxima planilha indica a mesma meta, de se atingir R\$ 1.000.000,00, através de um capital inicial de R\$ 12.000,00 (sem capitalizar mensalmente) aplicados em uma renda fixa com rentabilidade de 2,5% ao mês num prazo de 15 anos.

Tabela 4: Simulador de investimento sem capitalização mensal

RENTABILIDADE DE UM VALOR FIXO EM DETERMINADO TEMPO		
CAPITAL A SER INVESTIDO	R\$ 12.000,00	
TAXA DE JUROS(EM PORCENTAGEM)	2,5	%
TEMPO DE INVESTIMENTO(EM MESES)	180	MESES
TOTAL	R\$ 1.022.061,47	

Definir uma meta mensurável facilita o planejamento financeiro, pois sabendo quantificar o objetivo final, pode-se medir, ao longo do tempo, o quanto da meta já foi alcançado. Se a meta não for específica e mensurável, isso não será possível, dificultando a avaliação dos resultados obtidos.

2.3 Controle

O controle rígido sobre as despesas tanto com relação aos grandes gastos quanto aos pequenos é fundamental no processo de gestão das finanças pessoais. A tabela a seguir mostra como gastos pequenos podem somar uma pequena fortuna ao longo do tempo.

Tabela 5: Contabilidade dos pequenos gastos

Produto	Preço unitário	Gasto no mês	Gasto no ano
Refrigerante (lata)	R\$ 2,00	R\$ 60,00	R\$ 720,00
Chocolate	R\$ 1,50	R\$ 45,00	R\$ 540,00
Goma de mascar	R\$ 0,10	R\$ 3,00	R\$ 36,00
Pão com manteiga	R\$ 0,70	R\$ 21,00	R\$ 252,00

Prever e conferir os gastos mensais através de uma planilha de orçamento pode ser uma alternativa eficaz.

“É muito comum, ao final do mês, os gastos serem maiores do que o previsto, e isso acontece porque, simplesmente, nos esquecemos de certas despesas na hora de preencher a planilha: os gastos invisíveis. A cervejinha no final do dia, o maço de cigarros, o chocolate depois do almoço... são pequenas despesas que fazem grandes estragos ao bolso no final do mês, se não forem computadas junto com o planejamento da família”(Fonte: Infomoney, 2007).

Segundo Kiyosaki (2000), o orçamento doméstico é o item mais importante para seu controle financeiro. E através dele que se consegue monitorar suas despesas e prever eventuais situações de dificuldades. Para Kiyosaki (2000) um orçamento deve ser composto de RECEITAS, que é a composição de todos os seus rendimentos obtidos através do trabalho e DESPESAS, que podem ser classificadas em fixas e variáveis e eventuais. As despesas fixas são os gastos que são previstos, como, uma mensalidade escolar, por exemplo; já as despesas variáveis são aquelas compostas de gastos como roupas, lazer, entre outros que não se sabe exatamente o valor. As despesas eventuais, como uma manutenção no carro, por exemplo, são as despesas que precisam de uma reserva financeira em caixa, pois podem aparecer em momentos financeiros ruins.

O orçamento pode ser feito conforme modelo a seguir, através de uma planilha eletrônica, ou também pode ser feito de forma mais simples com anotações em papel. Os dados da planilha abaixo foram preenchidos de maneira ilustrativa servem de exemplo para análise. Na parte superior da planilha estão anotados os proventos em valores e a porcentagem representativa da renda total. Em seguida estão descritas as despesas, agrupadas por setores, cujo somatório dos resultados, numéricos e percentuais, são expressos na mesma linha do título de cada setor. A palavra “ideal” seguida de um valor percentual significa a média dos gastos da população em geral naquele setor baseado em pesquisas Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, o DIEESE, e do IBGE. Estes dados servem como parâmetro para verificar se o gasto relatado está na média considerada normal ou fora dela*.

Tabela 6: Planilha de orçamento

PLANILHA DE CONTROLE DE DESPESAS MENSAIS		
proventos mensais	Valores	%
salário principal	R\$ 2300,00	44,78
salário cônjuge	R\$ 2.000,00	29,85
salário complementar	R\$ 1.000,00	14,93
outras rendas	R\$ 700,00	10,45
Total	R\$ 6.700,00	100,00

* A média de gastos considerada ideal para cada subgrupo da planilha foi feita com base nos gastos médios da população publicados pelo DIEESE em março de 2011 e pela média publicada pelo IBGE, na pesquisa de Orçamento Familiar 2008-2009.

despesas mensais	Valores	%
Habitação (ideal: 25%)	R\$ 1.190,00	24,74
Aluguel/prestação	R\$ 800,00	16,63
Impostos/seguro	R\$ 40,00	0,83
Energia elétrica	R\$ 100,00	2,08
Água	R\$ 40,00	0,83
Telefone	R\$ 150,00	3,12
Outros	R\$ 60,00	1,25
Educação (ideal: 5%)	R\$ 600,00	12,47
Faculdade	R\$ 400,00	8,32
Cursos	R\$ 100,00	2,08
Livros	R\$ 50,00	1,04
Outros	R\$ 0,00	0,00
Alimentação (ideal: 25%)	R\$ 900,00	18,72
Supermercado (mês)	R\$ 500,00	10,40
Supermercado (extras)	R\$ 200,00	4,16
Padaria	R\$ 50,00	1,04
Alimentação Fora de casa	R\$ 150,00	3,12
Vestuário (ideal: 5%)	R\$ 300,00	6,24
Roupas	R\$ 100,00	2,08
Outros	R\$ 100,00	2,08
Transporte (Ideal: 15%)	R\$ 530,00	11,02
IPVA	R\$ 100,00	2,08
Troca do óleo / lavagem	R\$ 70,00	1,46
Combustível	R\$ 250,00	5,20
Oficina	R\$ 40,00	0,83
Estacionamento	R\$ 20,00	0,42
Seguro	R\$ 50,00	1,04
Lazer (ideal:5%)	R\$ 750,00	15,59
Passeio	R\$ 300,00	6,24
Outros	R\$ 100,00	2,08
Saúde e Gastos Pessoais (20%)	R\$ 690,00	14,35
Farmácia	R\$ 50,00	1,04
Seguro vida	R\$ 30,00	0,62
Academia	R\$ 70,00	1,46
Investimentos (10%)	R\$ 400,00	8,32
Taxas bancárias	R\$ 20,00	0,42
Outros	R\$ 60,00	1,25
total gastos	R\$ 4.810,00	100,00
Balanco	R\$ 1.890,00	

Fonte: www.academiafinanceira.com.br

Assim como numa empresa, o orçamento permite a verificação do impacto financeiro gerado em cada setor doméstico, e a partir daí caberá a implementação de medidas corretivas. Se a planilha de orçamento acusar que os gastos mensais com transporte, por exemplo, está em torno de 50% da receita, há duas alternativas, sendo que a primeira está aumentar a receita e a segunda em diminuir os gastos no item transporte.

Um balanço patrimonial também é muito importante no controle financeiro. Este balanço pode ser feito anualmente e constar os ativos, que é aquilo que se tem como patrimônio, e os passivos, que são as obrigações. Veja que: se você tem um imóvel financiado e só pagou duas prestações ele não é parte de seu patrimônio, e, se vendê-lo, provavelmente o valor recebido não será suficiente para quitar sua dívida, portanto, nesse caso, o imóvel é um passivo. Este balanço irá ajudar a ter uma idéia de quanto ganhou durante 12 meses de trabalho e se estes ganhos auferidos contribuíram para uma evolução do patrimônio ou foi todo consumido, gerando mais obrigações a pagar.

Nesta fase de controle deve-se saber o valor de sua hora de trabalho dividindo aquilo que ganha mensalmente pela quantidade de horas trabalhadas no mês. De posse do valor de sua hora de trabalho, você poderá julgar se vale a pena ou não adquirir determinado produto em detrimento de várias horas, dias ou meses de trabalho.

2.4 Pesquisa

Mesmo tomando consciência do problema financeiro, organizando-se para atacá-lo, fazendo um orçamento e eliminando tudo aquilo que não é essencial das despesas domésticas, restam ainda os gastos essenciais, ou seja, aqueles que são fundamentais para uma família, como alimentação, vestuário e educação. Uma boa pesquisa para se informar sobre os preços praticados no mercado é de suma importância para uma boa compra e para não se deixar levar por estratégias de vendas do tipo: de R\$ 100,00 por R\$ 80,00 (sendo que o valor de mercado é R\$ 70,00); ou do tipo: “só hoje!” (sendo que muitas vezes a mercadoria está sendo substituída por outra de melhor tecnologia e, na semana seguinte, estará mais barato).

Uma sugestão quanto às compras de supermercado é usar uma planilha conforme mostrado abaixo, com os preços dos itens de suas compras. Nessa planilha deverão constar os preços mais baixos de cada produto e o local encontrado; a partir daí tem-se uma referência de preços mínimos e, com um pouco de tempo e paciência, pode-se percorrer dois ou três supermercados aproveitando

as melhores promoções de cada loja. Com essa medida pode-se economizar até 30% em suas compras.

Tabela 7: lista de compras

Lista de compras				
Produtos				
limpeza/higiene	Loja 1	loja 2	loja 3	preço ideal
água sanitária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amaciante	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aparelho de barbear	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
creme dental	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Detergente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Esponja	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
papel higienico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
sabão pedra	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
sabão pó	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
sabonete	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Shampoo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Alimentação				
Arroz	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Açúcar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bolacha	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Café	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Feijão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
farinha	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Leite	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Manteiga	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Macarrão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
extrato de tomate	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Óleo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ovos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Refrigerante	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vinagre	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Carnes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Peixes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Verduras e legumes				
Tomate	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Alface	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Batata	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Salsa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abóbora	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Frutas				
Mamão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banana	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: www.academiafinanceira.com.br

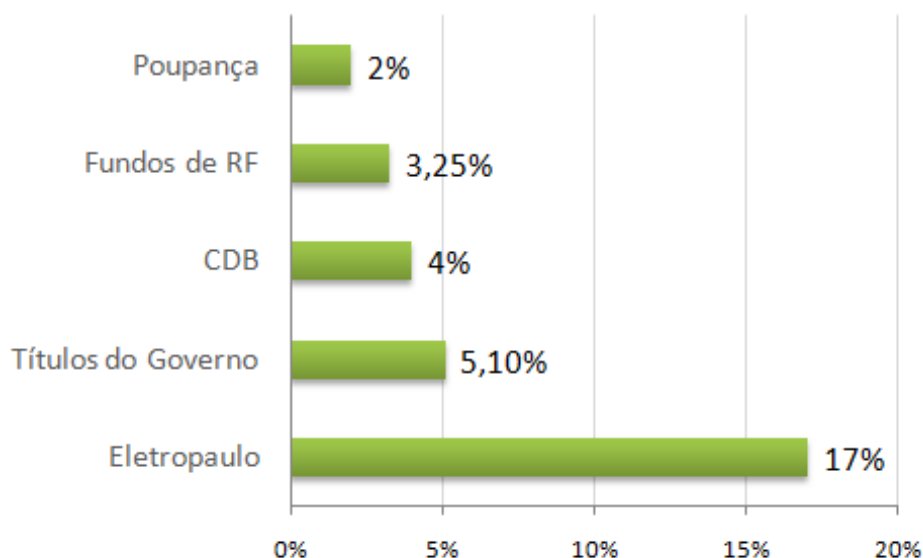
2. 5 Investimentos:

Somente com um bom investimento poderá se atingir a meta outrora planejada; por outro lado, não há bom investimento para quem está preso em dívidas. Daí a importância de se cumprir rigorosamente os passos anteriores.

Dentre os investimentos possíveis destacam-se os imóveis, negócios próprios, fundos de renda fixa e renda variável, poupança, títulos do governo, mercado de ações etc. Contudo, um investimento possível e mais importante é a educação.

O brasileiro ainda não adotou uma cultura investidora e tem muitos paradigmas quanto ao assunto investimentos, provavelmente por resquícios de um passado econômico difícil onde a alta inflação frustrava qualquer perspectiva de investimentos. No entanto, este cenário está mudando e hoje se tem boas opções para acúmulo de capital com relativa segurança. O Gráfico a seguir mostra a rentabilidade de alguns investimentos do mercado financeiro no ano de 2010, já descontando a inflação.

Gráfico 1: Rentabilidade líquida de alguns investimentos em 2010



Fonte: www.invesatidorjovem.com.br

O gráfico mostra que dos investimentos em renda fixa, o menos atraente é a poupança, com rentabilidade média nominal²³ de 7% ao ano. Os Títulos do Governo, que podem ser adquiridos via *internet* através de uma corretora de valores²⁴, possuem rentabilidade cerca de duas vezes maior que a poupança. Tem baixo risco, mas não desperta muito interesse devido à falta de informação por parte do investidor.

O mercado de ações é um investimento de alto risco, porém, desde que se tenha o conhecimento sobre o seu funcionamento, pode proporcionar excelentes rentabilidades.

Por diversos paradigmas, o mercado de capitais é visto por muitos como algo inalcançável ou “coisa de milionário”, ou ainda como um “jogo”, mas ao contrário daquilo que se pensa, para investir em ações, não é necessário muito dinheiro (existem ações que custam abaixo de R\$ 10,00). Só é necessária informação, pois são investimentos de renda variável, e estão sujeitos às instabilidades do mercado.

Uma boa forma de começar a familiarizar-se com o assunto é fazer simulações. O “simulação”²⁵ é uma iniciativa da Bovespa, no qual, no ato do cadastramento, é dado ao investidor uma determinada quantidade de capital virtual, em dinheiro e em ações e, a partir daí, pode-se começar a negociar no mercado de ações com todos os elementos de uma negociação real.

3 Conclusão

Este guia não buscou uma fórmula mágica para enriquecimento. Ao contrário, trata-se de muito trabalho e um constante duelo entre presente e futuro (comprar ou esperar), onde cada indivíduo saberá o que é melhor para si buscando, através das ferramentas apresentadas, como equilibrar a emoção e a racionalidade no campo das finanças pessoais.²⁶

²³ Rentabilidade nominal é aquela anunciada pelos bancos, sem descontar a inflação.

²⁴ Corretora de Valores são instituições autorizadas pelo Banco Central para negociar Títulos Públicos

²⁵ Maiores informações no site: www.simulacao.com.br

²⁶ THEODORO, Flavio R. F. **O Uso da Matemática para a Educação Financeira a Partir do Ensino Fundamental**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Matemática. Unesp. Guaratinguetá- SP, 2007

Apêndice C – Planilha de Simulação de Investimentos

Esta planilha simula o investimento feito com a compra do imóvel mencionado no item 2.4 desse trabalho. No caso foram investidos R\$ 30.000,00 iniciais e aplicados 400,00 mensais proporcionando um retorno de R\$ 120.785,43 ao final do sexto ano de investimento. Valor necessário para a compra do imóvel.

Simulador de investimentos			
R\$ 30.000,00	Valor do Investimento Inicial	Taxa de Juros Mensal	
R\$ 400,00	Valor do Investimento Mensal	1,0%	

Ano	Mês	Valor Inv.	Juros Mensal
0	1	R\$ 30.000,00	R\$ -
0	2	R\$ 30.400,00	R\$ 304,00
0	3	R\$ 31.104,00	R\$ 311,04
0	4	R\$ 31.815,04	R\$ 318,15
0	5	R\$ 32.533,19	R\$ 325,33
0	6	R\$ 33.258,52	R\$ 332,59
0	7	R\$ 33.991,11	R\$ 339,91
0	8	R\$ 34.731,02	R\$ 347,31
0	9	R\$ 35.478,33	R\$ 354,78
0	10	R\$ 36.233,11	R\$ 362,33
0	11	R\$ 36.995,44	R\$ 369,95
0	12	R\$ 37.765,40	R\$ 377,65
1	13	R\$ 38.543,05	R\$ 385,43
1	14	R\$ 39.328,48	R\$ 393,28
1	15	R\$ 40.121,77	R\$ 401,22
1	16	R\$ 40.922,98	R\$ 409,23
1	17	R\$ 41.732,21	R\$ 417,32
1	18	R\$ 42.549,54	R\$ 425,50
1	19	R\$ 43.375,03	R\$ 433,75
1	20	R\$ 44.208,78	R\$ 442,09
1	21	R\$ 45.050,87	R\$ 450,51
1	22	R\$ 45.901,38	R\$ 459,01
1	23	R\$ 46.760,39	R\$ 467,60
1	24	R\$ 47.628,00	R\$ 476,28
2	25	R\$ 48.504,28	R\$ 485,04
2	26	R\$ 49.389,32	R\$ 493,89
2	27	R\$ 50.283,21	R\$ 502,83
2	28	R\$ 51.186,04	R\$ 511,86
2	29	R\$ 52.097,91	R\$ 520,98
2	30	R\$ 53.018,88	R\$ 530,19
2	31	R\$ 53.949,07	R\$ 539,49
2	32	R\$ 54.888,56	R\$ 548,89
2	33	R\$ 55.837,45	R\$ 558,37
2	34	R\$ 56.795,82	R\$ 567,96
2	35	R\$ 57.763,78	R\$ 577,64

2	36	R\$	58.741,42	R\$	587,41
3	37	R\$	59.728,83	R\$	597,29
3	38	R\$	60.726,12	R\$	607,26
3	39	R\$	61.733,38	R\$	617,33
3	40	R\$	62.750,72	R\$	627,51
3	41	R\$	63.778,22	R\$	637,78
3	42	R\$	64.816,01	R\$	648,16
3	43	R\$	65.864,17	R\$	658,64
3	44	R\$	66.922,81	R\$	669,23
3	45	R\$	67.992,04	R\$	679,92
3	46	R\$	69.071,96	R\$	690,72
3	47	R\$	70.162,68	R\$	701,63
3	48	R\$	71.264,30	R\$	712,64
4	49	R\$	72.376,95	R\$	723,77
4	50	R\$	73.500,72	R\$	735,01
4	51	R\$	74.635,72	R\$	746,36
4	52	R\$	75.782,08	R\$	757,82
4	53	R\$	76.939,90	R\$	769,40
4	54	R\$	78.109,30	R\$	781,09
4	55	R\$	79.290,39	R\$	792,90
4	56	R\$	80.483,30	R\$	804,83
4	57	R\$	81.688,13	R\$	816,88
4	58	R\$	82.905,01	R\$	829,05
4	59	R\$	84.134,06	R\$	841,34
4	60	R\$	85.375,40	R\$	853,75
5	61	R\$	86.629,16	R\$	866,29
5	62	R\$	87.895,45	R\$	878,95
5	63	R\$	89.174,40	R\$	891,74
5	64	R\$	90.466,15	R\$	904,66
5	65	R\$	91.770,81	R\$	917,71
5	66	R\$	93.088,52	R\$	930,89
5	67	R\$	94.419,40	R\$	944,19
5	68	R\$	95.763,59	R\$	957,64
5	69	R\$	97.121,23	R\$	971,21
5	70	R\$	98.492,44	R\$	984,92
5	71	R\$	99.877,37	R\$	998,77
5	72	R\$	101.276,14	R\$	1.012,76
6	73	R\$	102.688,90	R\$	1.026,89
6	74	R\$	104.115,79	R\$	1.041,16
6	75	R\$	105.556,95	R\$	1.055,57
6	76	R\$	107.012,52	R\$	1.070,13
6	77	R\$	108.482,64	R\$	1.084,83
6	78	R\$	109.967,47	R\$	1.099,67
6	79	R\$	111.467,15	R\$	1.114,67
6	80	R\$	112.981,82	R\$	1.129,82
6	81	R\$	114.511,63	R\$	1.145,12
6	82	R\$	116.056,75	R\$	1.160,57
6	83	R\$	117.617,32	R\$	1.176,17
6	84	R\$	119.193,49	R\$	1.191,93
7	85	R\$	120.785,43	R\$	1.207,85

Apêndice D – Fórmulas e Exemplos da Matemática Financeira

Os exercícios mostrados abaixo poderão servir de guia, podendo ser adaptados para situações práticas do cotidiano e discutidos em sala de aula. A notação da resolução proporcionará a possibilidade de aplicação destas situações em planilhas eletrônicas.

1- Quantos são 32% de R\$ 5.000,00?

Pela regra de três simples temos:

5.000 equivalem a 100%

x equivalem a .32 %

que resulta em: $x = (32 \cdot 5000) / 100 = \text{R\$ } 1600,00$

2- Quantos são 5% de 15% de R\$ 1.000,00?

Como 5% representa 5/100, tem-se:

$(5/100) \cdot (15/100) = 0,75\%$

$0,75\% \cdot 1000,00 = \text{R\$ } 7,50$, ou:

$15\% \cdot 1.000,00 = \text{R\$ } 150,00$

5% de 150,00 = **R\$ 7,50**

3- Uma prestação de R\$ 1000,00 foi paga com 23 dias de atraso. Sabendo que foi cobrado 0,3% de multa por dia de atraso, qual o valor da multa?

Multiplicando-se o número de dias pela taxa de juros da multa por dia, tem-se:

$(0,3/100) \cdot 23 = 6,9\%$ (taxa equivalente em 23 dias)

$6,9/100 \cdot 1000,00 = \text{R\$ } 69,00$

4- Um produto anunciado por R\$ 230,00 está sendo vendido com 5% de desconto à vista. Qual o valor, à vista, do produto?

Valor à vista = valor anunciado – desconto

Desconto = $230 \cdot 5\%$

Valor a vista = $230 - (230 \cdot (5/100)) = \text{R\$ } 218,00$

- 5- Comprei ações de uma empresa por R\$ 25,00 e vendi por R\$ 38,00. Qual o lucro da operação?**

25.....100%

38.....x%

$$x = (38 * 100)/25 = 152\%$$

$$152\% - 100\% = 52\% \quad \text{ou } ((38/25)-1) * 100 = 52\%$$

- 6- Qual a taxa cobrada em um empréstimo pessoal no valor de R\$ 8500,00, sendo que após 30 dias o tomador deverá restituir a instituição financeira um total de R\$ 9500,00?**

$$((9500/8500) - 1) * 100 = 11,76\% \quad (\text{análogo ao exercício anterior})$$

- 7- Quanto uma pessoa deve aplicar hoje para ter acumulado um montante de R\$ 100.000,00 daqui a 12 meses a uma taxa de juros compostos de 2% ao mês? Este tipo de exercício exige o conceito de logaritmo como pré-requisito.**

$$\text{Fórmula: } C = M / (1+i)^n \quad [1]$$

Sendo:

C = capital inicial (valor presente / VP)

M = montante após a aplicação (valor futuro / VF)

n = tempo (neper)

i = taxa de juros

$$C = 100.000 / (1+0,02)^{12} = \mathbf{R\$ 78.849,32}$$

- 8- Qual o montante acumulado no final de 120 meses, a partir da aplicação de um capital de R\$ 1.000,00 a uma taxa de juros compostos de 3% ao mês?**

Fórmula: baseada na fórmula do exercício anterior tem-se: **34.711,99**

9- Quanto terei no final de 24 meses, se aplicar à quantia de R\$ 1000,00, mensalmente, em um investimento com remuneração a uma taxa de juros compostos de 1,8% ao mês?

$$\text{Fórmula: } VF = C \text{ mensal} * (((1+i)^n - 1) / i) * (1+i) \quad [2]$$

C mensal = capitalização mensal (ou pagamento /pgto)

$$VF = 1000 * (((1+0,018)^{24} - 1) / 0,018) * (1+0,018) = \mathbf{R\$ 30.224,90}$$

10- Quanto uma pessoa deverá aplicar mensalmente em uma instituição que remunera os depósitos a uma taxa mensal de juros compostos de 2,5% para poder resgatar daqui a 18 meses uma quantia de R\$ 5.000,00?

$$\text{Fórmula: } PGTO = vf * (T / (((1+i)^n - 1)) * 1 / (1+i) \quad [3]^*$$

$$PGTO = 5000 * (0,025 / (((1+0,025)^{18} - 1)) * 1 / (1+0,025) = \mathbf{R\$ 217,90}$$

* [1], [2] e [3] estão demonstradas em: [Tosi 2000] Tosi, A. *Matemática financeira utilizando Excel 2000: aplicável às versões 5.0, 7.0 e 97*. São Paulo: Atlas S.A.1.ed.,2000.

Apêndice E – Lista de *sites* com conteúdo relevante sobre educação financeira

<p>Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior link: http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=4 Material: cartilha sobre produtos e serviços bancários para micro e pequenas empresas</p>
<p>Nome:Ministério da Previdência Link: http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=35 Material: Educação previdenciária</p>
<p>Nome:Ministério da Justiça Link:http://portal.mj.gov.br/dpdc/data/Pages/MJ7E3E5AAEITEMID1300279F4852429CB3D07998597D7E0BPTBRIE.htm Material: Cartilha do consumidor, calendário do consumidor</p>
<p>Nome:Ministério da Fazenda Link: http://www.fazenda.gov.br/ Marial: informações sobre impostos em geral</p>
<p>Nome:Ministério do Meio Ambiente Link:http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=234 Material: consumo sustentável. Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentável (PPCS)</p>
<p>Nome:Ministério do Trabalho Link: http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/ Material: Economia solidária</p>
<p>Nome:Banco Central Link:http://www.bcb.gov.br/?RELINST Matrial: instituições financeiras autorizadas a funcionar</p>
<p>Nome:Comissão de Valores Mobiliários Link:http://www.cvm.gov.br/ Material: informações sobre empresas, corretoras de valores e agentes autônomos de investimentos</p>
<p>Nome:Portal do Investidor Link: http://www.portaldoinvestidor.gov.br/ Material: vídeos sobre investimentos, história em quadrinho para crianças, etc.</p>
<p>Nome:Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) link: http://www.INMETRO.gov.br/consumidor/ Material: proteção ao consumidor</p>
<p>Nome:Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) Link: http://www.idec.org.br/cdc.asp Material: Código de defesa do consumidor</p>
<p>Nome:Portal Brasil Link: http://www.brasil.gov.br/para/trabalhador/economia Material:informações básicas sobre varios assuntos relacionados à economia, bancos, investimentos, etc</p>
<p>Nome:Instituto Alana Link: http://www.alana.org.br/CriancaConsumo/ConsumismoInfantil.aspx Material: consumismo infantil e outros assuntos relevantes</p>

<p>Nome: Instituto Akatu Link: http://www.akatu.org.br/Dicas Material: dicas para gastar menos agua, luz, alimentos, dinheiro, entre outros</p>
<p>Nome: Portal Academia Financeira Link: http://academiafinanceira.com.br/?page=calculadores Material: Planilhas de Gerenciamento Financeiro, planilhas de pesquisa de preços em supermercado, planilhas de simulação de investimentos, educação financeira nas escolas</p>
<p>Nome: BMFBOVESPA Link: http://www.bmfbovespa.com.br/ Material: informações sobre o mercado financeiro, informações sobre corretoras de valores e sobre as empresas negociadas na bolsa de valores</p>
<p>Nome: Infomoney Link: http://www.infomoney.com.br Material: Informações sobre o mercado financeiro, cotações da bolsa, análises de ações</p>
<p>Nome: Vida e Dinheiro Link: http://www.vidaedinheiro.com.br Material: informações sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira do governo federal</p>
<p>Nome: Dieese Link: http://www.dieese.org.br/rel/rac/cesta.xml Material: informações sobre o valor da cesta básica, sobre o salario mínimo real e nominal http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml , sobre quantas horas de trabalho custa determinado produto, entre outros</p>
<p>Nome: Febraban Link: http://www.febraban-star.org.br/Tarifas_PDF.asp material: Tarifas praticadas pelos bancos</p>
<p>Nome: Educação Financeira Link: http://www.educacaofinanceira.com.br/ Material: Educação Financeira para crianças</p>
<p>Nome: Educação Financeira Link: http://www.turmadabolsa.com.br/Web/Home.aspx Material: Educação Financeira para crianças</p>
<p>Nome: Educação Financeira Link: http://www.dsop.com.br/ Material: Educação Financeira em geral</p>
<p>Nome: Simulação Link: http://www.simulacaobmfbovespa.com.br/ Material: simulador de compra e venda de ações</p>
<p>Nome: TV Educação Financeira Link: http://www.tveducacaofinanceira.com.br/ Material: Programas de TV sobre Educação Financeira e Investimentos</p>

Anexo A – Artigo de Stephen Kanitz

Artigo Publicado na Revista Veja, edição 1742, ano 35, nº 10, 13 de março de 2002, página 20. <http://www.kanitz.com.br/veja/comprar.asp>

Compre a vista

A tradição das religiões não permite incorporar algumas modernidades, situações novas com as quais os antigos não conviviam. Infelizmente não podemos criar mandamentos que eliminariam imenso sofrimento humano, que reduziriam inúmeros conflitos familiares modernos, que devolveriam paz de espírito a muitos seres humanos. Se pudéssemos, eu proporia um décimo primeiro mandamento: "Jamais comprarás a prazo". O endividamento pessoal, o crediário sem fim e as compras a prazo deturpam a condição humana. O trabalho se torna uma obrigação, a de saldar as dívidas do consumo, em vez do contrário: O consumo deveria ser a recompensa merecida pelo trabalho bem feito. "Curta hoje, pague depois", tornou-se o novo lema do consumismo mundial, uma inversão da ética milenar de colocar o sacrifício antes do prazer. Talvez por isso somos um povo eternamente endividado, pendurado. Pouparamos pouco, investimos menos ainda. Não é à toa que para muitos trabalhar é um fardo. O prazer veio antes. A desculpa de "se eu não comprar a prazo jamais comprarei algo" não convence, porque comprando a prazo você estará pagando muito mais pelo mesmo produto, acrescidos de juros e inúmeros outros custos adicionais. Se você depositar todo mês numa aplicação de renda fixa o valor equivalente ao que seria o da prestação, depois de dezoito meses terá entre 50% e 100% de rendimento a seu dispor, dependendo das taxas de juros do momento. A questão nunca está entre comprar e não comprar, mas entre receber a mercadoria já, pagando prestações e juros no futuro, e poupar e comprar no futuro, à vista, com desconto e tudo mais. Não são os pobres que compram a prazo, é a compra a prazo que os deixa mais pobres. Compre a prazo e você ficará eternamente pendurado. Compre à vista e estará eternamente livre dos juros do crediário. Quando se compra a prazo, paga-se por muitos custos adicionais, além dos juros, algo que nossos professores não ensinam. Comprando à vista, uma série de despesas se torna desnecessária, barateando o custo do produto. Comprando em dez prestações, você está pagando por dez notas promissórias e dez lançamentos que precisam ser contabilizados e registrados. Cada vez que você paga uma prestação, um funcionário tem de receber e contar o dinheiro, um contador precisará dar baixa na prestação, um recibo deverá ser emitido e assinado. Tudo isso tem um custo. Além do mais, há o custo do centro de atendimento de crediário. Nada disso é necessário quando você compra à vista. Existe ainda o custo da pesquisa de crédito: alguém tem de telefonar para seu empregador, seus antigos credores, para o serviço de proteção ao crédito e assim por diante. Chamam a isso custo de abertura de crédito. E quem paga é você. Muita gente acaba não saldando as prestações, e o pior da compra a prazo é que você terá de pagar por esses caloteiros. De 3% a 8% dos devedores nunca quitam suas dívidas, e quem paga é você. Isso é uma enorme

injustiça, os bons pagadores acabam pagando pelos maus pagadores. Como nunca se sabe de antemão quem vai dar o calote ou não, não há outro remédio a não ser incluir o custo no preço pago por todos. Inadimplência não é o único custo que se tem quando se compra a prazo, existem ainda milhares de devedores que atrasam o pagamento. Embora não sejam exatamente caloteiros, acabam incorrendo em outros custos, dos cobradores, dos advogados, das cartas de aviso, e quem paga novamente é você, pagador pontual. Todos esses custos estão embutidos nos juros cobrados, o que gera algumas conclusões equivocadas por parte de certos economistas, jornalistas e políticos que acusam o comércio, os bancos e os cartões de crédito de cobrar juros abusivos. Esquecem que os "juros" são na realidade a soma de juros mais todas essas despesas. Além de tudo isso, a compra a prazo provoca um senso de superioridade incompatível com sua produtividade, uma ostentação acima de sua capacidade de produção. Na compra de um imóvel não há alternativa a não ser o plano a prazo, mas na compra de um eletrodoméstico há. Para sua felicidade e de sua família, incorpore mais um lema em sua vida: compre à vista.

Artigo Publicado na Revista Veja, edição 1742, ano 35, nº 10, 13 de março de 2002, página 20. <http://www.kanitz.com.br/veja/comprar.asp>

Anexo B – Dados sobre a Simulação da Casa Própria

Anexo B - Tabela 1 – Visão geral dos dados da simulação

Carta de Crédito SBPE - Taxa Pré-Fixada

Valor do Imóvel R\$ 100.000,00	Prazo Máximo 180 meses	Sistema de Amortização SAC	Cota máxima financiamento 70%
Valor da Entrada R\$ 30.000,00	Prazo desejável 180 meses		ALTERAR
Valor do financiamento R\$ 70.000,00	Valor subsídio complemento		

A Caixa oferece opções para escolha da seguradora do seu financiamento imobiliário. [Ver condições contratuais.](#)

Opção básica

	CAIXA SEGUROS	SulAmérica <small>assuradora ING</small>
Juros Nominais (1)	11,4766 % a.a.%	
Juros Efetivos (1)	12,1000 % a.a.%	
1ª Prestação	R\$ 1.105,00 <u>demais prestações</u>	R\$ 1.106,17 <u>demais prestações</u>
Última Prestação	R\$ 1.083,36	R\$ 1.083,36
CET (2)	calcular	calcular
CESH (3)	calcular	calcular

[▶ Detalhar prestação com CAIXA SEGUROS](#)
 [▶ Detalhar prestação com SULAMERICA SEGUROS](#)

(1) taxas de juros a.a. + TR
 (2) CET - Custo Efetivo Total a.a.
 (3) CESH - Custo Efetivo de Seguro Habitacional a.a.

Fonte: www.caixa.gov.br acesso em 15 de dezembro de 2010

Anexo B - Tabela 2 – Dados Específicos da Simulação

Residencial	Data da Simulação: 15/12/2010
Aquisição de Imóvel Novo	Valor do Imóvel: R\$ 100.000,00
Pessoa Física	Renda Bruta: R\$ 4.000,00
Cidade: TAUBATE-SP	Data de Nascimento: 08/08/1977
Possui 3 anos de trabalho sob regime do FGTS:	
Sim	
Já foi beneficiado com subsídio concedido pelo FGTS:	
Não	

OPÇÕES DE FINANCIAMENTO DISPONÍVEIS PARA VOCÊ

Para visualizar a simulação clique no nome do produto

- Aquisição de Imóvel Novo - Pró-Cotista - FGTS**

Para obter o financiamento você não pode ser titular de outro financiamento no SFH ou proprietário de imóvel residencial onde reside ou onde trabalha. E, ainda, você deve possuir três anos sob o regime do FGTS, somando-se todos os períodos trabalhados. Outra exigência é ter contrato ativo, ou caso não esteja, deve ter saldo em conta do FGTS de pelo menos 10% do valor de avaliação do imóvel.
- Carta de Crédito SBPE - Taxa Pós-Fixada**

Linha de crédito disponível com juros Pós-fixado. Sem limite de renda e valor de imóvel.
- Carta de Crédito SBPE - Taxa Pré-Fixada**

Linha de crédito disponível com juros Pré-fixado. Sem limite de renda e valor de imóvel.

Fonte: www.caixa.gov.br acesso em 15 de dezembro de 2010

Anexo B - Tabela 3 – Dados composição da parcela de pagamento

Opções de pagamento - CAIXA SEGUROS	
Composição da 1ª prestação	
1ª Prestação	R\$ 1.105,00
Amortização:	R\$ 388,89
Juros	R\$ 669,47
Seguro MIP (1)	R\$ 12,46
Seguro DFI (2)	R\$ 9,18
Taxa de Administração	R\$ 25,00
(1) Seguro MIP - Morte ou Invalidez Permanente (2) Seguro DFI - Danos Físico do Imóvel	
Detalhamento dos juros	
Juros Nominais (3)	11,4766 % a.a. %
Juros Efetivos (3)	12,1000 % a.a.

Fonte: www.caixa.gov.br acesso em 15 de dezembro de 2010

Anexo B – Tabela 4 – Dados financeiros detalhados sobre a simulação

Nº da prestação	Prestação	(a+j)*	Total seguros	Tarifas	Saldo Devedor	Diferença entre a parcela e o valor do aluguel do mesmo imóvel
1	1.104,93	1.058,36	21,57	25	69.611,11	604,93
2	1.101,14	1.054,64	21,5	25	69.222,22	601,14
3	1.097,35	1.050,92	21,43	25	68.833,33	597,35
4	1.093,56	1.047,20	21,36	25	68.444,44	593,56
5	1.089,78	1.043,48	21,29	25	68.055,55	589,78
6	1.085,99	1.039,76	21,22	25	67.666,66	585,99
7	1.082,20	1.036,04	21,16	25	67.277,77	582,20
8	1.078,41	1.032,32	21,09	25	66.888,88	578,41
9	1.074,62	1.028,60	21,02	25	66.499,99	574,62
10	1.070,83	1.024,88	20,95	25	66.111,10	570,83
11	1.067,04	1.021,17	20,88	25	65.722,21	567,04
12	1.063,26	1.017,45	20,81	25	65.333,32	563,26
13	1.059,47	1.013,73	20,74	25	64.944,43	559,47
14	1.055,68	1.010,01	20,67	25	64.555,54	555,68
15	1.051,89	1.006,29	20,6	25	64.166,65	551,89
16	1.048,10	1.002,57	20,53	25	63.777,76	548,10
17	1.044,31	998,85	20,46	25	63.388,87	544,31
18	1.040,52	995,13	20,39	25	62.999,98	540,52
19	1.036,74	991,41	20,32	25	62.611,09	536,74
20	1.032,95	987,69	20,26	25	62.222,20	532,95
21	1.029,16	983,97	20,19	25	61.833,31	529,16
22	1.025,37	980,25	20,12	25	61.444,42	525,37
23	1.021,58	976,53	20,05	25	61.055,53	521,58
24	1.017,79	972,81	19,98	25	60.666,64	517,79
25	1.014,01	969,1	19,91	25	60.277,75	514,01
26	1.010,22	965,38	19,84	25	59.888,86	510,22
27	1.006,43	961,66	19,77	25	59.499,97	506,43
28	1.002,64	957,94	19,7	25	59.111,08	502,64
29	998,85	954,22	19,63	25	58.722,19	498,85
30	995,06	950,5	19,56	25	58.333,30	495,06
31	991,27	946,78	19,49	25	57.944,41	491,27
32	991,4	943,06	23,34	25	57.555,52	491,40
33	987,58	939,34	23,24	25	57.166,63	487,58
34	983,77	935,62	23,15	25	56.777,74	483,77
35	979,95	931,9	23,05	25	56.388,85	479,95
36	976,14	928,18	22,96	25	55.999,96	476,14
37	972,32	924,46	22,86	25	55.611,07	472,32
38	968,51	920,75	22,76	25	55.222,18	468,51
39	964,69	917,03	22,67	25	54.833,29	464,69
40	960,88	913,31	22,57	25	54.444,40	460,88
41	957,06	909,59	22,48	25	54.055,51	457,06
42	953,25	905,87	22,38	25	53.666,62	453,25
43	949,43	902,15	22,29	25	53.277,73	449,43
44	945,62	898,43	22,19	25	52.888,84	445,62

45	941,81	894,71	22,09	25	52.499,95	441,81
46	937,99	890,99	22	25	52.111,06	437,99
47	934,18	887,27	21,9	25	51.722,17	434,18
48	930,36	883,55	21,81	25	51.333,28	430,36
49	926,55	879,83	21,71	25	50.944,39	426,55
50	922,73	876,11	21,62	25	50.555,50	422,73
51	918,92	872,39	21,52	25	50.166,61	418,92
52	915,1	868,68	21,43	25	49.777,72	415,10
53	911,29	864,96	21,33	25	49.388,83	411,29
54	907,47	861,24	21,23	25	48.999,94	407,47
55	903,66	857,52	21,14	25	48.611,05	403,66
56	899,84	853,8	21,04	25	48.222,16	399,84
57	896,03	850,08	20,95	25	47.833,27	396,03
58	892,21	846,36	20,85	25	47.444,38	392,21
59	888,4	842,64	20,76	25	47.055,49	388,40
60	884,58	838,92	20,66	25	46.666,60	384,58
61	880,77	835,2	20,56	25	46.277,71	380,77
62	876,95	831,48	20,47	25	45.888,82	376,95
63	873,14	827,76	20,37	25	45.499,93	373,14
64	869,32	824,04	20,28	25	45.111,04	369,32
65	865,51	820,32	20,18	25	44.722,15	365,51
66	861,69	816,61	20,09	25	44.333,26	361,69
67	857,88	812,89	19,99	25	43.944,37	357,88
68	854,06	809,17	19,89	25	43.555,48	354,06
69	850,25	805,45	19,8	25	43.166,59	350,25
70	846,43	801,73	19,7	25	42.777,70	346,43
71	842,62	798,01	19,61	25	42.388,81	342,62
72	838,8	794,29	19,51	25	41.999,92	338,80
73	834,99	790,57	19,42	25	41.611,03	34.010,29
74	831,17	786,85	19,32	25	41.222,14	somatório
75	827,36	783,13	19,22	25	40.833,25	
76	823,54	779,41	19,13	25	40.444,36	
77	819,73	775,69	19,03	25	40.055,47	
78	815,91	771,97	18,94	25	39.666,58	
79	812,1	768,25	18,84	25	39.277,69	
80	808,28	764,54	18,75	25	38.888,80	
81	804,47	760,82	18,65	25	38.499,91	
82	800,65	757,1	18,56	25	38.111,02	
83	796,84	753,38	18,46	25	37.722,13	
84	793,02	749,66	18,36	25	37.333,24	
85	789,21	745,94	18,27	25	36.944,35	
86	785,39	742,22	18,17	25	36.555,46	
87	781,58	738,5	18,08	25	36.166,57	
88	777,76	734,78	17,98	25	35.777,68	
89	773,95	731,06	17,89	25	35.388,79	
90	770,13	727,34	17,79	25	34.999,90	
91	766,32	723,62	17,69	25	34.611,01	
92	764,97	719,9	20,06	25	34.222,12	
93	761,12	716,18	19,94	25	33.833,23	
94	757,28	712,47	19,82	25	33.444,34	
95	753,44	708,75	19,69	25	33.055,45	
96	749,59	705,03	19,57	25	32.666,56	

97	745,75	701,31	19,44	25	32.277,67
98	741,91	697,59	19,32	25	31.888,78
99	738,07	693,87	19,2	25	31.499,89
100	734,22	690,15	19,07	25	31.111,00
101	730,38	686,43	18,95	25	30.722,11
102	726,54	682,71	18,83	25	30.333,22
103	722,69	678,99	18,7	25	29.944,33
104	718,85	675,27	18,58	25	29.555,44
105	715,01	671,55	18,45	25	29.166,55
106	711,17	667,83	18,33	25	28.777,66
107	707,32	664,11	18,21	25	28.388,77
108	703,48	660,4	18,08	25	27.999,88
109	699,64	656,68	17,96	25	27.610,99
110	695,79	652,96	17,84	25	27.222,10
111	691,95	649,24	17,71	25	26.833,21
112	688,11	645,52	17,59	25	26.444,32
113	684,26	641,8	17,47	25	26.055,43
114	680,42	638,08	17,34	25	25.666,54
115	676,58	634,36	17,22	25	25.277,65
116	672,74	630,64	17,09	25	24.888,76
117	668,89	626,92	16,97	25	24.499,87
118	665,05	623,2	16,85	25	24.110,98
119	661,21	619,48	16,72	25	23.722,09
120	657,36	615,76	16,6	25	23.333,20
121	653,52	612,04	16,48	25	22.944,31
122	649,68	608,33	16,35	25	22.555,42
123	645,84	604,61	16,23	25	22.166,53
124	641,99	600,89	16,11	25	21.777,64
125	638,15	597,17	15,98	25	21.388,75
126	634,31	593,45	15,86	25	20.999,86
127	630,46	589,73	15,73	25	20.610,97
128	626,62	586,01	15,61	25	20.222,08
129	622,78	582,29	15,49	25	19.833,19
130	618,93	578,57	15,36	25	19.444,30
131	615,09	574,85	15,24	25	19.055,41
132	611,25	571,13	15,12	25	18.666,52
133	607,41	567,41	14,99	25	18.277,63
134	603,56	563,69	14,87	25	17.888,74
135	599,72	559,97	14,74	25	17.499,85
136	595,88	556,26	14,62	25	17.110,96
137	592,03	552,54	14,5	25	16.722,07
138	588,19	548,82	14,37	25	16.333,18
139	584,35	545,1	14,25	25	15.944,29
140	580,51	541,38	14,13	25	15.555,40
141	576,66	537,66	14	25	15.166,51
142	572,82	533,94	13,88	25	14.777,62
143	568,98	530,22	13,76	25	14.388,73
144	565,13	526,5	13,63	25	13.999,84
145	561,29	522,78	13,51	25	13.610,95
146	557,45	519,06	13,38	25	13.222,06
147	553,6	515,34	13,26	25	12.833,17
148	549,76	511,62	13,14	25	12.444,28

149	545,92	507,91	13,01	25	12.055,39
150	542,08	504,19	12,89	25	11.666,50
151	538,23	500,47	12,77	25	11.277,61
152	536,07	496,75	14,32	25	10.888,72
153	532,16	493,03	14,14	25	10.499,83
154	528,26	489,31	13,95	25	10.110,94
155	524,36	485,59	13,77	25	9.722,05
156	520,46	481,87	13,59	25	9.333,16
157	516,55	478,15	13,4	25	8.944,27
158	512,65	474,43	13,22	25	8.555,38
159	508,75	470,71	13,03	25	8.166,49
160	504,84	466,99	12,85	25	7.777,60
161	500,94	463,27	12,67	25	7.388,71
162	497,04	459,55	12,48	25	6.999,82
163	493,14	455,84	12,3	25	6.610,93
164	489,23	452,12	12,12	25	6.222,04
165	485,33	448,4	11,93	25	5.833,15
166	481,43	444,68	11,75	25	5.444,26
167	477,52	440,96	11,57	25	5.055,37
168	473,62	437,24	11,38	25	4.666,48
169	469,72	433,52	11,2	25	4.277,59
170	465,82	429,8	11,02	25	3.888,70
171	461,91	426,08	10,83	25	3.499,81
172	458,01	422,36	10,65	25	3.110,92
173	454,11	418,64	10,46	25	2.722,03
174	450,2	414,92	10,28	25	2.333,14
175	446,3	411,2	10,1	25	1.944,25
176	442,4	407,48	9,91	25	1.555,36
177	438,5	403,77	9,73	25	1.166,47
178	434,59	400,05	9,55	25	777,58
179	430,69	396,33	9,36	25	388,69
180	417,41	392,41	0	25	0

Valor Pago 138.270,68 130.586,72 3183,89 4500
Total pago + entrada 168.270,68

Fonte: www.caixa.gov.br

Anexo C - Principais tipos de investimento e suas características

Tipo de investimento	Rentabilidade	Risco	Liquidez
Ações de grandes empresas	Média	Médio	Alta
Ações de empresas menores	Alta	Alto	Média
CDB/RDB	Baixa	Muito baixo	Média
Debêntures	Média	Baixo	Média
Derivativos	Muito alta	Muito alto	Alta
Dólar ou outras moedas	Média	Alto	Muito alta
Fundos de ações	Alta	Médio	Alta
Fundos de renda fixa	Baixa	Baixo	Média
Imóveis	Média	Baixo	Muito baixa
Ouro	Média	Médio	Alta
Poupança	Muito baixa	Muito baixo	Muito alta
Previdência privada	Média	Baixo	Média
Títulos públicos	Baixa	Baixo	Alta

Ações

É um título pelo qual o investidor passa a deter parte de uma determinada empresa. Seu rendimento vem de duas formas: valorização da empresa como um todo, e por conseqüência, de cada parte, ou através dos dividendos (repartição dos lucros e benefícios dados pela empresa em questão). Investir em ações pode ser feito diretamente, através do chamado *home broker* (operação em casa), usando uma corretora como intermediadora, ou através de fundos de ações e clubes de investimentos.

Dentro desses papéis há vários níveis de risco e liquidez. Ações de grandes empresas, por exemplo, costumam ter um desempenho mais linear porque há muita gente comprando e vendendo ao mesmo tempo, ou seja, tem mais liquidez. Já ações de pequenas empresas (chamadas de "small caps") não possuem grande

liquidez e variam mais, o que dá mais possibilidades de ganho (e de perda) com a compra e venda dos papéis.

Quem investe em ação precisa saber que as oscilações são comuns, e que dez entre dez consultores recomendam a modalidade para quem tem "sangue frio" e sabe esperar uma crise passar. Assim, recomenda-se que o dinheiro investido em ações seja um montante com que o dono não precise contar no curto prazo. Com isso, fica mais fácil esperar a recuperação da queda de uma ação, por exemplo.

Fundo de Ações e Clubes de Investimentos

Trata-se da associação de vários investidores, o que dá mais "poder de fogo" nos investimentos, já que há mais dinheiro disponível para se investir. Normalmente são organizados por corretoras e geridos por profissionais de mercado. O tipo de fundo de ações mais comum é o atrelado ao Ibovespa, principal indicador da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). O Ibovespa é uma "cesta" composta pelas ações mais negociadas na Bovespa, com uma proporção equivalente a estas negociações. O ganho do investidor, no caso, é o mesmo da variação do Ibovespa no período em que o recurso esteve aplicado.

Derivativos

É um investimento pouco recomendado para pessoas com pouca familiaridade com o assunto. São ativos financeiros que derivam do valor de outro ativo financeiro ou mercadoria. Sua variação é muito alta, fazendo com que o investidor ganhe e perca toda a aplicação em pouco tempo. Investimentos deste tipo são realizados através de corretoras associadas à BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros). Seus tipos mais comuns são os mercados de opções (onde o investidor compra uma opção de compra de algum ativo em um determinado dia, onde pode ganhar com a diferença entre o preço combinado e o preço real ou, no caso de não exercer a opção, perder o recurso pago para ter direito à compra) e o mercado de futuros (compra de um ativo dentro de um determinado período por um preço pré-fixado). Um exemplo: no mercado de futuros, o investidor pode fechar um contrato de compra de laranjas por um determinado valor daqui, por exemplo, um mês. O ganho ocorrerá se, por motivos diversos, o preço da laranja disparar no mercado (consumo em alta, geadas em áreas produtoras, etc.), já que o investidor comprará pelo preço previamente combinado. Em compensação, pode perder dinheiro se o

preço do produto no mercado cair. Este expediente é usado como proteção pelo produtor, afinal, independente do que ocorrer no mercado, ele receberá pelo preço já acordado.

Títulos de Renda Fixa

Papéis onde se sabe antecipadamente qual será o retorno (pré-fixado) ou com ganho atrelado a um índice, como o CDB (Certificado de Depósito Bancário), RDB (Recibo de Depósito Bancário) ou a taxa básica de juros, a Selic (pós-fixados). Eles podem ser privados (emitidos tanto por empresas de capital aberto como pelas instituições financeiras) e públicos emitidos pelos governos federal, estadual e municipal. O investimento nesses títulos pode ser feito através de instituições financeiras ou diretamente, no caso dos títulos públicos, através do Tesouro Direto. Os títulos de dívida (debêntures, notas promissórias e recebíveis, no caso das empresas; e títulos de dívida pública, no caso do poder público) e os atrelados ao CDB e ao RDB são os mais comuns papéis de renda fixa.

Sua liquidez é relativa, dependendo de seus prazos. Mas, no mercado, é comum a negociação desses papéis enquanto eles não vencem, o que lhe dá maior liquidez. Seu rendimento também depende a quem está atrelado, mas normalmente a possibilidade de ganho é menor do que em investimentos de renda variável.

Fundos de Renda Fixa

São fundos cujo recurso aplicado é usado para investimentos em títulos de renda fixa. São feitos através de instituições financeiras, que normalmente usam o recurso em aplicações mais arriscadas, tomando para si os lucros ou perdas resultantes dessa operação.

Previdência Privada

Geralmente é indicado ao investidor que pretende guardar dinheiro para ter uma aposentadoria mais tranqüila, já que sua tributação é mais alta conforme o tempo de investimento. Dois tipos de planos de previdência são mais comuns: o PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) - indicado para quem pretende poupar até 12% da renda bruta e usá-lo realmente para aposentadoria - e o VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) indicado para quem investe mais do que os 12% da renda e que usa a previdência privada como investimento de médio prazo.

O rendimento depende da forma de gestão do fundo pela instituição financeira. Os que possuem maior alavancagem rendem mais, mas podem perder dinheiro. Os menos alavancados, portanto, são mais seguros e com menor rentabilidade. O nível de alavancagem de um fundo é pré-determinado em contrato.

Dólar ou outras moedas

Comprar moedas estrangeiras, em especial o dólar, por ser a moeda mais "líquida", sempre foi uma maneira eficaz de se proteger contra a desvalorização da moeda local, uma vez que a cotação da moeda estrangeira se eleva nesses casos. Mas essa lógica pode ser invertida se a própria moeda comprada estiver desvalorizada. O uso do dólar como investimento é comum a empresas e pessoas com grandes dívidas realizadas nesta moeda. Assim, se o dólar sobe, o custo maior da dívida devido à variação é compensada pelos ganhos do investimento, e vice-versa.

Ouro

Investimento dado como seguro para momentos de crise nos mercados financeiros por ser um ativo físico de alta liquidez. Assim como o dólar, a rentabilidade é ligada à sua cotação diária.

Poupança

É considerado o investimento mais conservador. Tem rentabilidade de 0,5% ao mês mais a variação da TR (Taxa de Referência), um fundo garante investimentos de até R\$ 60 mil em caso de quebra da instituição financeira que a gere e é isento de Imposto de Renda para pessoa física. Também tem alta liquidez (pode-se retirar os recursos a qualquer momento). Seu maior problema é a rentabilidade muito baixa. É recomendado principalmente a quem tem baixa renda ou não pode correr o risco de perder o dinheiro.

Imóveis

Procurado normalmente por quem quer segurança, pois é um ativo real (não suscetível à variação de humor do mercado). A rentabilidade pode vir tanto pela valorização do bem (localização que se torna mais privilegiada ao longo do tempo, por exemplo) ou através de arrendamento (aluguel). O risco fica na possibilidade de

depreciação do imóvel (incêndio, enchentes, desgaste do tempo) e na sua baixa liquidez. Dentro desta linha ainda aparecem vários fundos imobiliários, onde o investidor aplica um recurso para outra pessoa, normalmente construtoras ou incorporadoras, administrar.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/364895-confira-os-principais-tipos-de-investimento-e-saiba-como-aplicar.shtml>

**Anexo D – Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 que institui a
Estratégia Nacional de Educação Financeira**

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.397, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Art. 2º A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- I - atuação permanente e em âmbito nacional;
- II - gratuidade das ações de educação financeira;
- III - prevalência do interesse público;
- IV - atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V - centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
- VI - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
- VII - avaliação e revisão periódicas e permanentes.

Art. 3º Com o objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF, é instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF, cuja composição compreenderá:

- I - um Diretor do Banco Central do Brasil;
- II - o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários;
- III - o Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar;
- IV - o Superintendente da Superintendência de Seguros Privados;
- V - o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda;
- VI - o Secretário-Executivo do Ministério da Educação;
- VII - o Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social;
- VIII - o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça; e
- IX - quatro representantes da sociedade civil, na forma do § 2º.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I a VIII, bem como seus suplentes, serão indicados pelos seus respectivos órgãos e entidades, no prazo de quinze dias contados da publicação deste Decreto.

§ 2º Os representantes de que trata o inciso IX, bem como seus suplentes, serão indicados nos termos estabelecidos pelo regimento interno do CONEF.

§ 3º Os representantes indicados na forma dos §§ 1º e 2º serão designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 4º O CONEF será presidido, a cada período de seis meses, em regime de rodízio e na ordem a seguir, pelo representante do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, da Superintendência de Seguros Privados e do Ministério da Fazenda.

§ 5º O Banco Central do Brasil exercerá a secretaria-executiva do CONEF, prestando o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos objetivos do Comitê.

§ 6º O CONEF poderá criar grupos de trabalho, por prazo determinado, destinados ao exame de assuntos específicos, bem como comissões permanentes, de atividades especializadas, para dar-lhe suporte técnico, integrados por representantes dos órgãos e entidades que dele participam.

§ 7º O CONEF poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil para participar e colaborar com a consecução de seus objetivos, na forma do seu regimento interno.

Art. 4º Ao CONEF compete:

I - promover a ENEF, observada a finalidade estabelecida no art. 1º, por meio da elaboração de planos, programas e ações; e

II - estabelecer metas para o planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF.

Parágrafo único. Caberá aos membros do CONEF elencados nos incisos I a VIII do art. 3º aprovar, por maioria simples, seu regimento interno.

Art. 5º Para assessorar o CONEF quanto aos aspectos pedagógicos relacionados com a educação financeira e previdenciária, é instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Grupo de Apoio Pedagógico - GAP, que terá em sua composição um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Educação, que o presidirá;

II - Banco Central do Brasil;

III - Comissão de Valores Mobiliários;

IV - Ministério da Fazenda;

V - Superintendência de Seguros Privados;

VI - Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

VII - Conselho Nacional de Educação; e

VIII - instituições federais de ensino indicadas pelo Ministério da Educação, até o limite de cinco, no máximo de uma por região geográfica do País.

§ 1º O Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação serão convidados a integrar o GAP.

§ 2º O Ministério da Educação exercerá a secretaria-executiva do GAP, ao qual prestará o apoio administrativo necessário.

§ 3º Os órgãos e entidades representados no GAP deverão, em até quinze dias após a designação dos membros do CONEF, indicar os seus representantes e respectivos suplentes ao presidente do Comitê, a quem competirá designá-los.

§ 4º O GAP poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil para participar de suas reuniões, na forma do seu regimento interno.

§ 5º A primeira reunião do GAP será convocada pelo presidente do CONEF.

§ 6º O GAP aprovará o seu regimento interno por maioria simples, presentes pelo menos metade mais um dos seus membros.

Art. 6º A participação no CONEF e no GAP é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Guido Mantega,

Fernando Haddad

Carlos Eduardo Gabas

Henrique de Campos Meirelles

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2010 e retificado no DOU de 23.12.2010 - Edição extra

Anexo E – Salário Mínimo Nominal e Necessário, segundo o DIEESE

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2010		
Dezembro	R\$ 510,00	R\$ 2.227,53
Novembro	R\$ 510,00	R\$ 2.222,99
Outubro	R\$ 510,00	R\$ 2.132,09
Setembro	R\$ 510,00	R\$ 2.047,58
Agosto	R\$ 510,00	R\$ 2.023,89
Julho	R\$ 510,00	R\$ 2.011,03
Junho	R\$ 510,00	R\$ 2.092,36
Mai	R\$ 510,00	R\$ 2.157,88
Abril	R\$ 510,00	R\$ 2.257,52
Março	R\$ 510,00	R\$ 2.159,65
Fevereiro	R\$ 510,00	R\$ 2.003,30
Janeiro	R\$ 510,00	R\$ 1.987,26
2009		
Dezembro	R\$ 465,00	R\$ 1.995,91
Novembro	R\$ 465,00	R\$ 2.139,06
Outubro	R\$ 465,00	R\$ 2.085,89
Setembro	R\$ 465,00	R\$ 2.065,47
Agosto	R\$ 465,00	R\$ 2.005,07
Julho	R\$ 465,00	R\$ 1.994,82
Junho	R\$ 465,00	R\$ 2.046,99
Mai	R\$ 465,00	R\$ 2.045,06
Abril	R\$ 465,00	R\$ 1.972,64
Março	R\$ 465,00	R\$ 2.005,57
Fevereiro	R\$ 465,00	R\$ 2.075,55
Janeiro	R\$ 415,00	R\$ 2.077,15

Salário mínimo nominal: salário mínimo vigente.

Salário mínimo necessário: Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada Mês o maior valor da razão essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário.

Fonte: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>

Anexo F - Valor da Cesta Básica em função da quantidade de horas de trabalho

São Paulo Fevereiro de 2011						
Produtos	Quantidades	Gasto Mensal		Variação anual %	Tempo de Trabalho(1)	
		Fevereiro de 2010 R\$	Fevereiro de 2011 R\$		Fevereiro de 2010	Fevereiro de 2011
Carne	6 kg	75,96	94,68	24,64	32h46m	38h34m
Leite	7,5 l	15,53	16,88	8,69	6h42m	6h53m
Feijão	4,5 kg	10,35	12,83	23,96	4h28m	5h14m
Arroz	3 kg	6,36	5,76	-9,43	2h45m	2h21m
Farinha	1,5 kg	2,60	3,23	24,23	1h07m	1h19m
Batata	6 kg	14,52	10,68	-26,45	6h16m	4h21m
Tomate	9 kg	24,12	31,32	29,85	10h24m	12h46m
Pão	6 kg	36,60	40,56	10,82	15h47m	16h31m
Café	600 g	6,35	6,41	0,94	2h44m	2h37m
Banana	7,5 dz	15,38	17,48	13,65	6h38m	7h07m
Açúcar	3 kg	6,48	6,78	4,63	2h48m	2h46m
Óleo	900 ml	2,32	2,76	18,97	1h00m	1h07m
Manteiga	750 g	13,07	11,81	-9,64	5h38m	4h49m
Total da Cesta		229,64	261,18	13,73	99h04m	106h24m

(1) Tempo que o trabalhador de salário mínimo precisa para comprar a Ração Essencial
(Decreto Lei no. 399 de 30/04/1938)

Fonte: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/tramar11.xml#SAMPA>

Anexo G - Taxas de juros de operações de crédito com cheque especial

Modalidade: **Pessoa física - Cheque especial** Tipo: **Prefixado** Período: de **28/02/2011** a **04/03/2011**
 Taxas efetivas ao mês (%) Publicado em: **19/03/2011**

Posição	Instituição	Taxa de juros
1	BCO CRUZEIRO DO SUL S A	1,60
2	BCO INTERCAP S A	1,62
3	BCO MATONE S A	1,62
4	BCO CEDULA S A	2,01
5	BCO VOTORANTIM S A	2,01
6	BCO ALFA S A	2,17
7	BCO FATOR S A	2,66
8	BCO PROSPER S A	2,94
9	BANCOOB	2,99
10	BANCO BONSUCESSO S.A.	3,52
11	BCO DAYCOVAL S.A	3,57
12	BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A	3,63
13	BCO RIBEIRAO PRETO S A	3,69
14	BCO INDUSVAL S A	4,88
15	BCO SAFRA S A	5,44
16	BCO PAULISTA S A	5,65
17	BCO LUSO BRASILEIRO S A	6,31
18	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S A	6,33
19	BANCO JBS	6,43
20	BCO CAPITAL S A	6,52
21	BCO DO EST DO PA S A	6,63
22	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6,85
23	BCO DA AMAZONIA S A	7,23
24	BCO LA NACION ARGENTINA	7,86
25	BCO SCHAHIN S A	7,90
26	BCO MERCANTIL DO BRASIL S A	8,10
27	BCO RENDIMENTO S A	8,15
28	ITAÚ UNIBANCO	8,33
29	BCO DO BRASIL S A	8,43
30	BCO DO EST DE SE S A	8,52
31	BCO BRADESCO S A	8,68
32	BCO DO EST DO RS S A	8,96
33	BRB BCO DE BRASILIA S A	9,05
34	BCO BANESTES S A	9,21
35	HSBC BANK BRASIL SA BCO MULTIP	9,26
36	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	9,51
37	BCO CITIBANK S A	10,14

Fonte: Instituições financeiras

Obs.: As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas-dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo o último. Caso a data final seja em dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente. Caso alguma instituição não apareça no ranking, ou ela não opera na modalidade ou não prestou informação para todo o período, estando, neste segundo caso, sujeita às penalidades previstas na legislação vigente. Verificar a posição individual da instituição.

Fonte: Banco Central do Brasil (<http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/tx012010.asp>)

Anexo H - Taxas de juros para financiamento de veículos

Taxas de juros praticadas em operações de empréstimo da modalidade Financiamento de Veículos automotores (ex: carros, automóveis, motocicletas etc.) entre o período de 22/02/2011 a 28/02/2011, publicadas pelo Bacen no dia 15/03/2011, divulgadas pelas diversas instituições financeiras relacionadas abaixo:

Posiçã	Instituição (Bancos)	Taxas de juros efetivas ao mês (%)
1	BMW FINANCEIRA S A CFI	0,93
2	BANCO MERCEDES BENZ S.A	1,05
3	BANCO PSA FINANCE BRASIL S A	1,17
4	CIA CFI RCI BRASIL	1,21
5	BANCO HONDA S A	1,26
6	BANCO TOYOTA DO BRASIL S A	1,36
7	BANCO VOLVO BRASIL S A	1,36
8	BANCO FIDIS	1,44
9	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,44
10	BANCO VOLKSWAGEN S A	1,47
11	BANCO DO EST DO RS S A	1,54
12	BANCO DO BRASIL S A	1,56
13	BANCO GMAC	1,59
14	AYMORE CFI	1,61
15	BRB - CFI S/A	1,63
16	HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIP	1,64
17	BANCO GUANABARA S A	1,66
18	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,67
19	FINANC ALFA S A CFI	1,68
20	GOLCRED	1,69
21	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS	1,70
22	HSBC FINANCE S.A. BM	1,70
23	BANCO BANESTES S A	1,72
24	BANCO RODOBENS	1,74
25	BANCO BRADESCO S A	1,77
26	ITAÚ UNIBANCO	1,81
27	BANCO BGN S A	1,88
28	BANCO FIAT S A	1,88
29	CARUANA SCFI	1,90
30	MERCANTIL BRASIL FIN S A CFIS	1,97
31	BANCO MONEO S A	1,99
32	SOROCRED CFI	2,01
33	BANCO DA AMAZONIA S A	2,03
34	BV FINANCEIRA SA CFI	2,03
35	BANCO J SAFRA S A	2,05
36	PORTOSEG S A CFI	2,07
37	BANCO MAXINVEST S A	2,10
38	BANCO ITAUCARD	2,10
39	SUL FINANCEIRA S A CFI	2,25
40	BANCO PECUNIA S A	2,50
41	BANCO A J RENNEN S A	2,59
42	FINAMAX S A CFI	2,60
43	CREDIFIBRA S.A. - CFI	2,66
44	FINANSINOS S A CFI	2,68
45	CREDIARE CFI	2,74
46	BANCO DAYCOVAL S.A	2,77
47	BANCO YAMAHA MOTOR S.A.	3,11
48	OMNI SA CFI	3,45
49	PORTOCRED S A CFI	4,04
50	SANTANA S.A. - CFI	4,18
51	CIFRA S A CFI	4,23
52	BANCO FICSA S A	4,72
53	BANCO AZTECA DO BRASIL S.A.	8,31

Anexo I - Taxas de juros de operações de crédito pessoal

Modalidade:	Pessoa física - Crédito pessoal	Tipo: Prefixado	Período: de 28/02/2011 a 04/03/2011
Taxas efetivas ao mês (%)			Publicado em: 19/03/2011
Posição	Instituição	Taxa de juros (%)	
1	BCO INDUSVAL S A	0,32	
2	BANCO SOFISA	1,00	
3	BCO ITAU BBA S A	1,01	
4	BCO SOCIETE GENERALE BRASIL	1,04	
5	BCO MERCEDES-BENZ S.A.	1,22	
6	BCO FIBRA S A	1,46	
7	GOLCRED	1,49	
8	BCO ALFA S A	1,62	
9	BRB - CFI S/A	1,69	
10	BANCO FIDIS	1,70	
11	BCO CRUZEIRO DO SUL S A	1,72	
12	BCO PAULISTA S A	1,81	
13	TODESCREDI S/A - CFI	1,84	
14	BCO ARBI S A	1,92	
15	BCO PECUNIA S A	1,93	
16	BARIGUI S A CFI	1,93	
17	BANCO RODOBENS	1,94	
18	LECCA CFI	1,94	
19	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S A	1,95	
20	BCO MATONE S A	1,96	
21	SENEFF S.A. - CFI	2,02	
22	BCO BANESTES S A	2,02	
23	BCO SAFRA S A	2,03	
24	BCO BGN S A	2,03	
25	BCO DAYCOVAL S.A	2,05	
26	BANCOOB	2,06	
27	GAZINCRED S.A. SCFI	2,06	
28	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2,09	
29	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S A	2,18	
30	BCO RURAL S A	2,18	
31	BCO VOTORANTIM S A	2,19	
32	PARANA BCO S A	2,19	
33	BCO BRADESCO FINANCIAMENTOS	2,21	
34	BCO VOLKSWAGEN S A	2,23	
35	BCO LUSO BRASILEIRO S A	2,25	
36	VIPAL FINANCEIRA	2,27	
37	BANCO BONSUCESSO S.A.	2,30	
38	BCO SCHAHIN S A	2,32	
39	BCO BMG S A	2,32	
40	BCO MERCANTIL DO BRASIL S A	2,33	
41	BCO FICSA S A	2,43	
42	BCO DO EST DE SE S A	2,46	
43	BCO A J RENNEN S A	2,47	
44	BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A	2,57	
45	BCO RIBEIRAO PRETO S A	2,57	

46	SANTINVEST S A CFI	2,58
47	BV FINANCEIRA SA CFI	2,69
48	BANCO INTERMEDIUM S/A	2,70
49	BCO CACIQUE S A	2,72
50	MÚTIPLA CFI S/A	2,77
51	PARATI CFI S A	2,81
52	BCO DO BRASIL S A	2,82
53	BCO DA AMAZONIA S A	2,99
54	BANIF BRASIL	3,00
55	FINANC ALFA S A CFI	3,01
56	PERNAMBUCANAS FINANC S A CFI	3,13
57	BCO CITIBANK S A	3,14
58	CREDITÁ S/A CFI	3,17
59	BCO DO EST DO PA S A	3,19
60	SUL FINANCEIRA S A CFI	3,30
61	UNILETRA S A CFI	3,30
62	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	3,39
63	SOCINAL	3,43
64	BCO DO EST DO RS S A	3,46
65	DIRECAO S A CFI	3,51
66	CREDIFIBRA S.A. - CFI	3,54
67	BRB BCO DE BRASILIA S A	3,70
68	CREDIARE CFI	4,02
69	BANCO CITICARD	4,10
70	HSBC BANK BRASIL SA BCO MULTIP	4,11
71	ITAÚ UNIBANCO	4,15
72	HERVAL FINANCEIRA	4,19
73	FINANSINOS S A CFI	4,25
74	PORTOSEG S A CFI	4,35
75	OMNI SA CFI	4,37
76	BCO BRADESCO S A	4,52
77	BIORC CFI	4,95
78	BANCO SEMEAR	6,00
79	SANTANA S.A. - CFI	8,17
80	FINAMAX S A CFI	8,29
81	CETELEM BRASIL S A CFI	9,21
82	KREDILIG	9,27
83	AYMORE CFI	9,31
84	GRAZZIOTIN FINANCIADORA SA CFI	9,44
85	CIFRA S A CFI	9,47
86	FAI S A CFI	9,49
87	ROTULA S/A SCFI	10,19
88	PORTOCRED S A CFI	10,56
89	QUERO QUERO S A CFI	10,71
90	BCO CSF S.A.	14,01
91	CREFISA S A CFI	14,33
92	SAX CFI	14,37
93	FIN ITAU CBD CFI	15,51

Fonte: Banco Central do Brasil (<http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/tx012010.asp>)